

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH
Departamento de Sociologia e Ciência Política – SPO
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Maristela Fátima Fabro

**A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO
VALE DO RIO DO PEIXE (1937–1945)**

Florianópolis

2010

Maristela Fátima Fabro

**A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO
VALE DO RIO DO PEIXE (1937–1945)**

**Dissertação submetida ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia
Política da Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC) para a
obtenção do Grau de mestre em
Sociologia Política. Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Elizabeth Farias da Silva.**

Florianópolis
2010

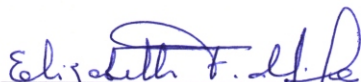



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br


**“A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO
VALE DO RIO DO PEIXE (1937–1945)”**

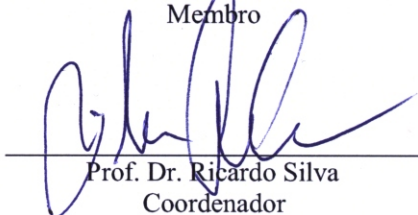
Maristela Fátima Fabro

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:


Prof. Dr^a. Elizabeth Farias da
Silva
Orientador/Presidente


Prof. Dr^a. Eunice Sueli Nodari
Membro


Prof. Dr. Yan de Souza
Carreirão
Membro


Prof. Dr. Ricardo Silva
Coordenador

FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA) AGOSTO DE 2010.

Fone (48) 3721-9253 Fax: (48) 3721-9098

<http://www.sociologia.ufsc.br/>

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Renato e Aurora...
Vocês são minha luz, minha vida, meu porto seguro....

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Dra. Elizabeth Farias da Silva, por todo o seu conhecimento, sua paciência e, acima de tudo, por me guiar por novos caminhos do saber.

Aos meus amados pais: Renato Antônio Fabro e Aurora Fabro.

À minha irmã Marisa Aparecida Fabro e ao meu cunhado Amauri Smiderle.

Aos meus sobrinhos amados Fernanda Fabro Smiderle e Fábio Smiderle.

À minha adorada afilhada: Larissa Smiderle Junqueira de Carvalho.

À Adriane Nopes, colega especialmente dedicada.

À Albertina, à Fátima e ao Otto, integrantes da secretária da pós-graduação.

Ao nosso grupo de estudo, formado por Silvana, Mamadú, Elyane e Adriane.

Pela compreensão e carinho de todos os meus amigos.

A todas as *nonnas e nonnos* que participaram das entrevistas e me ajudaram a realizar este trabalho.

Ao Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão, pela ajuda nas questões metodológicas e durante a realização do seminário de pesquisa.

À CAPES, pela bolsa de estudos.

EPIGRAFE

[...] o silêncio não é interpretável mas compreensível.
(ORLANDI, 1992).

RESUMO

Em Santa Catarina, no meio oeste, está situado o Vale do Rio do Peixe, que, durante o Estado Novo (1937-1945), sofreu forte influência da política nacionalista do então Presidente Getúlio Vargas. Dessa maneira, a política nacionalista interferiu de modo decisivo na vida dos migrantes italianos e seus descendentes daquela região. O Estado, em redefinição, objetivava gerar os “verdadeiros brasileiros” em zonas de colonização, ditas, estrangeiras principalmente para as de origem italiana e alemãs. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar as medidas nacionalistas da educação adotadas para Santa Catarina e como as mesmas refletiram na vida dos imigrantes e seus descendentes. Os descendentes de italianos mantinham ainda a cultura e a tradição de sua origem, principalmente no que se refere à questão da língua falada: a italiana. Para atingir o objetivo de impor a língua nacional, a portuguesa, o Interventor catarinense, Nereu Ramos, tomou medidas de cunho repressivo (coerção física direta) e de domínio (educação) para que a língua nacional substituísse a língua dos estrangeiros. O medo de falar a língua italiana passou a ser o cotidiano dos migrantes estabelecidos na região do Vale do Rio do Peixe: muitos deixaram de falar em público, viviam escondidos, foram perseguidos e constantemente vigiados, pois eram considerados inimigos do Brasil. A situação se agravou mais ainda após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. O silêncio passou a fazer parte da vida cotidiana de muitos imigrantes e descendentes de italianos e esse, junto com o medo, repercutiu até hoje.

Palavras-chave: Estado Novo. Educação. Nacionalização. Italianos. Língua.

ABSTRACT

In Santa Catarina, in the middle West is situated the Vale do Rio do Peixe, that, during the Estado Novo (1937-1945), was strongly influenced by the nationalist politics of President Getúlio Vargas. Thus, the nationalist politics interfered decisively in the life of Italian migrants and their descendants in that region. The state, through redefinition, aimed to generate the "true Brazilians" in areas of colonization said foreigner mainly for the Italian and German origin. Accordingly, the objective was to examine the nationalistic measures education in Santa Catarina and how they reflected on the lives of immigrants and their descendants. The descendants of Italians maintained the culture and tradition of its origin, especially when it comes to the spoken language: Italian. To achieve the goal of imposing a national language, Portuguese, the Mediator of Santa Catarina, Ramos Nereu took repressive measures to stamp (direct physical coercion) and field (education) so that the national language to replace the language of foreigners. The fear of speaking the Italian language has become the daily lives of migrants established in the region of Vale do Rio do Peixe: many no longer speak in public, lived in hiding, were persecuted and constantly monitored because they were considered enemies of Brazil. The situation deteriorated further after the entry of Brazil in World War II. The silence has become part of everyday life of many immigrants and descendants of Italians and this silence, along with fear, echoes today.

Keywords: New State. Education. Nationalization. Italian. Language.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	22
Figura 2	69
Figura 3	69
Figura 4	70
Figura 5	71
Figura 6	71
Figura 7	171
Figura 8	172
Figura 9	177
Figura 10	178
Figura 11	179
Figura 12	179
Figura 13	180
Figura 14	183
Figura 15	184
Figura 16	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	37
Quadro 2.....	90
Quadro 3.....	91
Quadro 4.....	105
Quadro 5.....	170
Quadro 6.....	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	175
Tabela 2	176
Tabela 3	176
Tabela 4	176
Tabela 5	189
Tabela 6	189
Tabela 7	190
Tabela 8	190
Tabela 9	190
Tabela 10	190

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.....	102
Mapa 2.....	103
Mapa 3.....	113
Mapa 4.....	113

LISTA DE SIGLAS

ANL - Aliança Nacional Libertadora
AIB - Ação Integralista Brasileira
CNE - Conselho Nacional de Educação
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
FGV - Fundação Getúlio Vargas
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LSN - Lei de Segurança Nacional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
PSD - Partido Social Democrata
PRP - Partido de Representação Popular
SIE - Secretaria de Infra-Estrutura de Santa Catarina
TSN - Tribunal de Segurança Nacional
SC - Santa Catarina
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNR - Serviço Nacional de Recenseamento
SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNC - Universidade do Contestado
UDN - União Democrática Nacional
UJB – União Jornalística Brasileira

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	16
1.1 Problemática	20
1.2 Metodologia.....	33
1.3 Dificuldades.....	38
1.4 Estrutura do Trabalho	38
2 - A POLÍTICA DE GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO - Uma Breve Caracterização Histórica	40
2.1 ANTECEDENTES AO GOLPE DO ESTADO NOVO	40
2.2 O ESTADO NOVO E OS DESDOBRAMENTOS DOS ACONTECIMENTOS	42
2.3 NA ESFERA ESTADUAL	46
2.4 NA ESFERA LOCAL.....	49
2.4.1 Jornal Voz D'Oeste	50
2.4.2 Jornal A Tribuna	61
2.4.3 Notícias Gerais Dos Jornais	64
2.5 NACIONALIZAÇÃO.....	65
2.6 REPRESENTAÇÕES E SÍMBOLOS NACIONAIS.....	68
2.7 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	71
3 - A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO	74
3.1 O CAMINHO DA NACIONALIZAÇÃO	74
3.2 A ESCOLA: SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO ESTADONOVISTA.....	80
3.3 OS OLHOS DE NEREU RAMOS: OS INTERVENTORES E OS PROFESSORES	87
3.4 AS TÁTICAS DA ESCOLA	
3.4.1 Gustavo Capanema: Ministro da Educação	92
4 - A COLONIZAÇÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE – Uma Reconstrução Histórica	100
4.1 ANTECEDENTES E A COLONIZAÇÃO DE ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES	100
4.1.1 As disputas e suas interferências na região	100
4.2 A COLONIZAÇÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE.....	102
4.3 A COLONIZAÇÃO ITALIANA.....	106
4.4 O VALE DO RIO PEIXE.....	109
4.4.1 Os primórdios	109
4.4.1.1 Cruzeiro/Joaçaba e a região	110

5 - A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE NACIONALIZAÇÃO NO VALE DO RIO DO PEIXE: destaque para os municípios de Joaçaba\Luzerna\Herval D'Oeste e repercussões	116
5.1 OS ENTREVISTADOS	117
5.1.1 Anotações da entrevistadora após as entrevistas	119
5.2 MEMÓRIA DE VELHOS	124
5.3 O VALE DO RIO DO PEIXE	126
5.3.1 A colonização	126
5.3.2 A viagem e o início em novas terras	127
5.4 A EDUCAÇÃO	131
5.4.1 A expansão educacional no Vale do Rio do Peixe	131
5.4.2 A escola pela visão dos entrevistados	133
5.4.3 Os educadores	136
5.4.4. A língua falada	138
5.5 PODER DO ESTADO	140
5.5.1 O perigo da colonização	142
5.5.2 Os inspetores	143
5.5.3 A política	144
5.5.4 Os espões e as perseguições	146
5.6 AS NOTÍCIAS	150
5.7 AS MÁGOAS E A PROTEÇÃO	151
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS	172

1 - INTRODUÇÃO

A memória se faz presente neste trabalho de mestrado, pois, é recordando a relação que tenho com o objeto desta pesquisa, que falo do lugar de onde venho. Durante minha infância, sentada na caixa de lenha na casa da *nonna* Marina, recordo-me, como se fosse hoje, dos adultos misturando as falas do italiano com o português, o que chamaria de “brasiliano”. Lembrar do cheiro de café em pó, presente naquele contexto, estimula ainda mais lembranças sobre as histórias da família. Mesmo com algumas dificuldades em viver na colônia (roça), aquelas comidas caseiras de origem italiana feitas pela *nonna* trazem-me lembranças maravilhosas.

Sempre tive muita satisfação de ter nascido no Brasil. Por outro lado, desde pequena, escuto minha família orgulhosa da descendência italiana que possui. Lembro, também, que quando me chamavam de “alemoa” por ter cabelos claros e olhos azuis, sempre revidava rapidamente enfatizando que “eu era italiana”. Falar e escutar em italiano é fascinante para mim e, quando tive a possibilidade de aprender essa língua, foi gratificante. Será falando da língua italiana que iniciarei este trabalho dentro de um contexto que conheço e sei: o “meu lugar”. Para isso, reconstruirei várias etapas da história dos ascendentes de italianos e dos descendentes que aqui no Brasil residem, salientando, principalmente, que o ato de falar italiano, entre outras línguas consideradas estrangeiras, tornou-se uma ameaça dentro do território brasileiro no período de 1937 a 1945 – período de formação do “Estado Novo”.

O Estado Novo teve a sua ênfase nas medidas nacionalizadoras, ou seja, na valorização extrema pelo nacional. O Brasil passou a ter uma nova ordem que afetou o país e o cotidiano da sociedade. Assim, Carone (1977, p. 81) reforça: “Não se pode entender os projetos iniciais e a existência de medidas nacionalizadoras sem saber que o Estado – e, mais ainda, o Estado Novo – se organiza de uma maneira nova, numa tentativa de planejar e criar uma visão própria dos problemas”. Para a formação do Estado Novo, o então presidente Getúlio Vargas determinou diversas medidas nacionalizadoras, atingindo todos os setores da vida do povo brasileiro, inclusive o âmbito educacional.

A complexidade dos fatos ocorridos na política de nacionalização do ensino sob o governo de Getúlio Vargas sugere aos estudiosos questionamentos de algumas situações que ainda hoje geram extrema inquietude. As estratégias educacionais tomadas pelos governantes do

período de nacionalização fizeram com que o setor da educação tomasse um caminho diferenciado no Brasil e no estado de Santa Catarina, assumindo um importante significado para as regiões de imigração alemã e italiana. Campos (2008, p. 212) destaca que além “[...] da fiscalização sobre a organização e o funcionamento das escolas, a campanha nacionalizadora fixou-se no espaço da sala de aula, a partir de esforços em intervir na prática cotidiana do professor junto aos alunos”. Como ainda observa Campos (2006, p. 19):

A prática interventora do Estado junto à sociedade foi tomada como parte do movimento dirigido para modificar comportamentos e sentimentos dos indivíduos na sua vida cotidiana. Essa prática passou pelo refazer de hábitos e condutas, elementares nas relações pessoais, na sociedade local, bem como pela transformação dos indivíduos em trabalhadores brasileiros. Isso implicou uma nova relação estabelecida entre o Estado e a sociedade. O movimento, vinculado a um amplo projeto de caráter nacionalista, atingiu diversas instituições, como família, escola, espaço de trabalho e lazer.

Assim no decorrer de 1937 a 1945, durante as medidas nacionalizadoras do ensino por decisão do Interventor Nereu Ramos, em Santa Catarina, muitas escolas foram fechadas e professores substituídos, passando a ser proibido o uso de nomes estrangeiros nas escolas¹ e sedes dos municípios. A partir desse período, as aulas passaram a ser exclusivamente em língua portuguesa. A língua era considerada como fator que iria unir o país e torná-lo soberano.

Segundo Santos (2000), “Muitos pais deixaram de falar seus idiomas de origem em suas casas ou abandonaram seus sobrenomes nos registros dos novos filhos”. Ao deixar as suas raízes, muitos imigrantes foram forçados a seguir as novas determinações.

A educação naquele período passou a ser utilizada como um meio não só de socialização, mas de constrangimento, para que as novas gerações do Vale do Rio do Peixe esquecessem as tradições de sua cultura e assim passassem a incorporar os costumes e as tradições, ditas, brasileiras.

¹ Decreto-Lei 35 de 13 de janeiro de 1938.

Quem não aceitasse a nova ordem passou a ser considerado um inimigo do Brasil. Assim o Vale do Rio Peixe, por ser uma região de imigração de italianos e alemães, sofreu forte interferência da política de nacionalização, alterando, subitamente, o cotidiano dos imigrantes, conforme sublinhado abaixo.

Uma das medidas que mais marcaram essa população foi a nacionalização das escolas. Embora mesmo os defensores de tal política admitissem que a proliferação de instituições de ensino onde a língua oficial não era a nacional fosse uma consequência do descaso do governo brasileiro pelas colônias de imigrantes, nem por isso defendiam uma repressão menos ‘enérgica’, pois era como ‘enérgica’ que se classificavam muitos atos de violência. (PAULILO, 1998, p. 115-116).

No intento de compreender as consequências das políticas de nacionalização, ressalta-se que O Vale do Rio do Peixe, como ficou conhecida a região meio oeste do estado de Santa Catarina, é composta por diversas cidades² que são banhadas pelas águas do Rio do Peixe. O seu maior desenvolvimento se deu no século XX.

Na margem esquerda do Rio do Peixe, passa a estrada de ferro chamada de São Paulo-Rio Grande, um dos grandes fatores da colonização da região³. Em primeiro de setembro de 1910, foram inauguradas as estações da Barra de São Bento (Luzerna) e de Herval (Herval d’ Oeste) (UNC - Museu do Contestado, 2007).

No início do século XX, após uma viagem pelo Vale do Rio do Peixe, o engenheiro eletrotécnico alemão Henrique Hacker, ficou impressionado com a região e decidiu adquirir uma área de 40.000 hectares e uma parte da Fazenda São Pedro. Juntamente com Augusto Scherer constituiu a Sociedade Sul Brasileira Henrique Hacker & Companhia. No ano de 1915, os sócios pretendiam estabelecer uma

² Os municípios que estão localizados no Vale do Rio Peixe são: Caçador, Rio das Antas, Videira, Tangará, Luzerna, Joaçaba, Pinheiro Preto, Piratuba, Capinzal, entre outros.

³ Em 1890, começa a construção da estrada de Ferro que iria de Santa Maria (RS) a Itararé (SP), chamada Ferrovia São Paulo-Rio Grande, pelo engenheiro João Teixeira Soares. Em 1906, ocorreu a entrega da concessão da construção a *Brazil Railway Company*. No estado de Santa Catarina, o período de sua construção foi entre 1907 a 1910; sua finalização foi em 17 de dezembro de 1910, num total de 373 quilômetros (SIE – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA (SC), 2007).

colonização germânica. Nesse mesmo ano, adquiriram mais uma área de 24.000 hectares para a formação da Colônia Bom Retiro à margem direita do Rio do Peixe, hoje cidade⁴ conhecida como Luzerna (LUZERNA, 2007). Henrique Hacker além de fundar Bom Retiro, ajudou na fundação de Cruzeiro, hoje chamada Joaçaba e Herval, hoje Herval D'Oeste. Assim, “Joaçaba foi colonizada por descendentes dos imigrantes italianos e alemães vindos, principalmente, do Rio Grande do Sul” (GOVERNO SANTA CATARINA - PORTAL TURISMO, 2009).

Segundo Queiroz (1967), Joaçaba, nome do atual município aqui estudado, teve a sua criação em 25 de agosto de 1917, pela lei estadual 1147 com o nome de Cruzeiro. Em 1928, passou a se chamar Cruzeiro do Sul; em 1938, voltou a se chamar Cruzeiro. Pelo Decreto-Lei Estadual 238 de 1943, passou a se chamar Joaçaba, que significa Cruzeiro em tupi-guarani.

Herval D'Oeste e Cruzeiro/Joaçaba⁵ são municípios separados pelo traçado do Rio do Peixe, formando, de certa maneira, um único território ligado pela ponte sobre esse mesmo rio. O desenvolvimento das cidades esteve diretamente ligado à estação de trem onde ali era um ponto de parada para chegadas e saídas de pessoas e mercadorias.

Segundo Radin (2003, p. 21), após a construção da estrada de ferro, muitos dos imigrantes que chegavam ao Vale do Rio do Peixe desembarcavam na atual cidade de Herval D'Oeste,

[...] estes estavam motivados pela idéia de fazer fortuna na nova fronteira agrícola. Almejavam conforto de toda a família e a possibilidade de construir uma comunidade onde pudessem, entre outras coisas, viver sua cultura, cultivar sua fé e expressar seus sentimentos. Tendo esse imaginário como parâmetro, milhares de agricultores se instalaram nessa terra e tornaram-se protagonistas de uma história que, ao longo de

⁴ Para efeitos deste trabalho, adotam-se as definições de cidade e município apontadas pelo IBGE: cidade é a “Localidade com o mesmo nome do Município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios das capitais.”; enquanto que município “São as unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, criadas através de leis ordinárias das Assembleias Legislativas de cada Unidade da Federação e sancionadas pelo Governador. No caso dos territórios, a criação dos municípios se dá através de lei da Presidência da República.”. Disponível em: (http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html)

⁵ Vamos utilizar essa nomenclatura para facilitar o entendimento, como Eunice Nodari (2009) utilizou em livro.

algumas décadas, modificou profundamente a região do Oeste catarinense.

No entanto, os fatos não ocorreram como idealizados pelos migrantes e os descendentes de italianos que queriam recriar o seu cotidiano em um novo território, mas que foram impossibilitados pela política nacionalista brasileira vigente. Entende-se, assim, que é necessária uma investigação histórica das transformações ocorridas na educação pela política de nacionalização de Getúlio Vargas – tendo em vista que a educação, naquele momento, era axial – o que permitiu uma melhor consecução do Estado-Nação moderno e do desenvolvimento do país.

Sobre a nacionalização em zona predominantemente germânica já existem referenciais como os de Cyntia Machado Campos (2006, 2008), Neide de Almeida Fiori (2003), Giralda Seyferth (1999), Jaecyr Monteiro (1979), César Paiva (2003), Denise Zago (2007), Adelar Heinsfeld (2005) entre outros estudiosos sobre o assunto. Os estudos sobre migrantes italianos são de menor número, principalmente sobre a região aqui apresentada. Destaca-se, entretanto, a contribuição de Eunice Nodari (2009).

Diante dessas considerações, surgiu o questionamento que norteou esta pesquisa: como se desenvolveu a política de nacionalização em relação à educação no Vale do Rio do Peixe com ênfase nas cidades de Luzerna, Herval D'Oeste, Joaçaba e seus respectivos distritos? Quais os impactos nessa região ocorridos com tal medida?

Na perspectiva de compreender a pesquisa, objetiva-se analisar a política de nacionalização do ensino e as repercussões no período do governo de Getúlio Vargas no Estado Novo nos anos de 1937 a 1945 no Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, sob a perspectiva dos remanescentes da experiência de nacionalização, em idade escolar, durante aquele período.

1.1 Problemática

Desconhecer a língua da pátria é pecar gravemente contra ela. É faltar a um dos seus grandes mandamentos. Desestimá-la, atentar contra a sua unidade. (RAMOS, 1939, p. 10).

As intensas imigrações européias ocorridas nos séculos XIX e XX provocaram diversas influências na ocupação e formação histórica do Brasil; no entanto, no que concerne à questão da língua, tornou-se uma “moléstia” ao projeto de nacionalização, pois as línguas estrangeiras representavam uma ameaça à soberania nacional. Com o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e, posteriormente, com o “governo constitucional (1934-1937)”, o Brasil promoveu uma reorganização política, econômica e social. Essa nova ordem exigia um fortalecimento do poder do Estado e, conseqüentemente, reformava o Estado-Nação brasileiro.

A redefinição da política brasileira, com a centralização do poder nas mãos de Getúlio Vargas, efetivou-se com o Golpe de 1937, denominado Estado Novo. A consolidação do Estado-Nação moderno demandou diversas medidas que interferiram em todas as esferas do país, bem como na esfera das relações familiares. Como descreve Schwartzman (1983, p. 44), ao citar Gustavo Capanema: “A desordem generalizada foi substituída pela ordem integral, que existe tanto nos quadros objetivos do país como no seu espírito esplendidamente unificado”⁶. Outros fatores que influenciaram a consolidação do estado moderno brasileiro naquele momento histórico foram os modelos europeus de estado do fascismo, do nazismo e do comunismo.

O fascismo, implementado por Benedito Mussolini, na Itália, simbolizava o poder do Estado e a unidade do povo. Esse sistema, por meio da propaganda, utilizava a imagem de seu governante sempre bem representado e com vestimenta específica. A censura também foi fortemente utilizada, ressaltando o nacionalismo e a liderança carismática. As características do sistema fascista no Brasil apresentavam-se na centralidade do poder de Getúlio Vargas e foram retratadas na política do Estado Novo, com a ideia de unidade do país, com a valorização do nacional e com o controle dos meios de comunicação⁷. A imagem a seguir, figura 1, disponibilizada em um cartão postal da época, demonstra uma das características desse modelo de estado: o poder centralizado na figura do governante, segundo o

⁶ Fragmento retirado da introdução de “um manuscrito datilografado que se encontra no arquivo de Gustavo Capanema, com o título de ‘O presidente Getúlio Vargas e a sua obra’ (apud SCHWARTZAMAN, 1983, p. 44).

⁷ Para maiores informações, ver René E. Gertz (1987), em seu livro **O Fascismo no sul do Brasil**.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas – (CPDOC/FGV)⁸.



Figura 1: Cartões postais exaltando as realizações do governo Vargas, editado pelo DIP, 1937/1945. Rio de Janeiro (RJ) – CPDOC/FGV foto 091/7. Fonte⁹.
Fonte: CPDOC/FGV, [19--], s/p

Naquele período, “Colocar-se contra o Estado era uma atitude considerada pelo fascismo como crime, que deveria ser punido sem piedade. Daí a máxima fascista: **‘Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora o Estado’**”. Percebe-se a centralidade definida não só na figura do líder, mas também do Estado, fundamental para o desenvolvimento do fascismo (JÚNIOR, 2006, p. 96, destaque do autor).

Assim como o fascismo, o nazismo de Adolf Hitler influenciou também o projeto getulista da política brasileira, valorizando a nação e a imagem do líder. Além disso, os representantes do nazismo tinham como objetivo dominar o sul do Brasil (CPDOC/FGV, [19--]). Em Santa Catarina, “A expansão do nazismo, o receio de controle do Sul do País pela Alemanha e a deflagração da Segunda Guerra Mundial

⁸ Segundo orientação de profissional de “Minicurso Normalização” oferecido pela Biblioteca da Universidade - UFSC em 17/11/2009.

⁹ Ao final do texto, em anexo, foi incluída uma foto de Benedito Mussolini e outra de Getúlio Vargas reafirmando a centralidade de poder.

exacerbaram as perseguições” e alguns imigrantes e descendentes foram presos naquele período (SANTOS, 2000, p. 28-29).

Maria¹⁰, descendente de italianos, conta que, quando morava em Capinzal, uma cidade próxima a Joaçaba, na loja de armarinhos de seu pai, algumas vezes, o delegado costumava ficar no balcão ou próximo a ele. Ao chegar alguém que não falasse “brasileiro”¹¹, a pessoa era presa. Ao ver que uma pessoa com descendência italiana estava prestes a entrar na loja de seu pai, Maria corria para avisá-la da presença do delegado no balcão, com o objetivo de livrar tal descendente da prisão. Os imigrantes e descendentes que viviam em Santa Catarina naquela época tinham medo das prisões ou represálias por parte de alguns brasileiros (SEYFERTH, 2003).

João¹², também descendente de italianos e de brasileiros, nasceu em 1924. Entre conversas e cuias de chimarrão, relatou-me que seu irmão e ele eram defensores dos descendentes de italianos que eram presos na cidade de Capinzal. O preço da fiança era de 200 mil réis e, para quem ganhava 60 mil réis por mês como ele, essa quantia era muito alta. Quem pagava pela fiança era a própria família do preso. Contou-me com orgulho sobre o seu posicionamento político e do irmão contra o delegado, que era “bugre”¹³.

Por outra perspectiva, agora política, o movimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, líder em 1932, tinha como lema: "Deus, Pátria e Família". Possuía “[...] sua própria milícia armada e uma considerável estrutura de imprensa, composta por diversos jornais de circulação local, revistas¹⁴”. Foi o “primeiro partido político de massa”, organizado nacionalmente no Brasil (CPDOC/FGVb, [19--], s/p).

O Manifesto Integralista, lançado na ocasião, sintetizava o ideário básico da nova organização: defesa do nacionalismo, definido mais sobre bases culturais do que econômicas, e do corporativismo, visto como esteio da organização do Estado e da

¹⁰ Maria é o nome fictício da informante cuja anotação da fala faz parte do diário de campo, instrumento auxiliar deste trabalho.

¹¹ O termo “brasileiro” refere-se ao falar em língua nacional, isto é, a língua portuguesa ou a língua oficial no Brasil.

¹² Anotação do diário de campo.

¹³ Os entrevistados descreveram como “bugres” os nascidos na região sem descendência considerada estrangeira. Não se percebeu uma diferenciação entre bugres e caboclos na fala dos mesmos.

¹⁴ Como exemplo a revista **Anauê**, dentre outras.

sociedade; combate aos valores liberais e rejeição do socialismo como modo de organização social. (CPDOC/FGVb, [19--], s/p).

Plínio Salgado, o chefe integralista, às “[...] vésperas da Revolução de 30, viaja à Europa, onde se fascina com a experiência de Mussolini e descobre a fragilidade do sistema liberal” e grifa que “o marco de referência interno que explica, pois, o surgimento da Ação Integralista Brasileira é a Revolução de 30” (TRINDADE, 1979, p. 277-278).

Em 1937, Plínio Salgado lança sua candidatura à presidência do Brasil que ocorreria em 1938. Contudo, com o Golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, isso não ocorreu. Após o golpe, Vargas decretou o fechamento de todas as organizações partidárias inclusive a AIB, insatisfeitos “[...] em maio de 1938 alguns dirigentes integralistas promoveram um levante no Rio de Janeiro para depor o governo, mas foram derrotados sem dificuldade”. Plínio Salgado vai para o exílio em Portugal e, em 1945, retorna ao Brasil e funda o Partido de Representação Popular (PRP) (CPDOC/FGVb, [19--], s/p).

O levante integralista foi um “movimento armado contra governo federal”, os seguidores do movimento integralista eram intelectuais, políticos, trabalhadores e colonos. Dentre suas ações, destacam-se:

No dia 11 de março de 1938, os integralistas deflagraram pequenas agitações na Marinha e uma tentativa de ocupação da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, que foram rapidamente debeladas. Seguiu-se uma violenta onda repressiva contra os conspiradores [...].

No dia 11 de maio, uma nova tentativa insurrecional foi promovida pelos integralistas. Dessa vez, sob o comando do tenente Severo Fournier, um grupo atacou o Palácio Guanabara, residência presidencial, com a finalidade de depor Vargas. A precariedade do ataque, porém, permitiu que a própria guarda do palácio, auxiliada pelos familiares do presidente, repelisse os invasores. A chegada, horas depois, das tropas comandadas pelo general Dutra, ministro da Guerra, acabou definitivamente com o levante. Os ataques previstos a outros pontos da cidade também fracassaram devido à total

desorganização dos revoltosos (CPDOC/FGVc, [19--], s/p).

Com relação ao comunismo, em setembro de 1937, foi divulgado o “Plano Cohen”, cujo documento relata um suposto plano de tomada de poder pelos comunistas, tendo como seu principal representante, no Brasil, Luís Carlos Prestes. O plano foi apreendido e apresentado à alta cúpula militar. Não tendo a validade questionada naquela data, o plano foi exposto e divulgado tendo repercussão nacional e desencadeando uma campanha anticomunista. No final do regime, em 1945, o plano foi denunciado como uma fraude. Mesmo já se sabendo anteriormente da fraude, esse fato ficou em segredo para não desmobilizar as Forças Armadas. Segundo Plínio Salgado, as Forças Armadas eram a única instituição capaz de fazer frente à ameaça comunista (CPDOC/FGVd, [19--]).

Para que não ocorresse o início de uma revolução comunista, o Brasil tomou as seguintes medidas:

A imagem pública de Vargas se fortaleceu e a necessidade de um poder firme e forte para reprimir o comunismo ganhou peso tanto nos meios militares como civis. Em 3 de dezembro, o ministro João Gomes reuniu no Rio de Janeiro todos os generais que serviam na capital para propor ao governo uma legislação mais rígida e a imediata expulsão do Exército dos militares envolvidos na revolta comunista. Góis Monteiro fez uma longa declaração de voto, por escrito, apontando três opções que se abriam no momento: 1ª) golpe de Estado e abolição da Carta de 1934, alternativa "perigosa" em virtude da "confusão social e política, da falta de coesão e de unidade das classes armadas e outras classes"; 2ª) execução da Constituição vigente, o que significaria "a impunidade, a anarquia, dificuldades invencíveis até a ruína completa"; e 3ª) reforma da Constituição conferindo ao governo "plenos poderes para enfrentar a situação sob todos os aspectos", solução que lhe parecia a melhor naquele momento. (CPDOC/FGVe, [19--], p. 16).

No entanto, outro movimento popular contra o governo de Getúlio Vargas se estabelecia como a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A ANL “[...] não desejava ser confundida com partido político [...]”. Assim ela “Pretende tornar-se uma agremiação de massas populares de um Brasil organizado para combater em favor das reivindicações do povo contra o imperialismo do capital estrangeiro [...]”. A tentativa de tomada do Rio Grande do Norte, de Recife e do Rio de Janeiro ficou conhecida como Intentona Comunista, que foi “[...] esmagada de imediato com o custo de duas centenas de mortos, um sem-número de feridos, quartéis em ruínas, grades para culpados e suspeitos” (SACHET, 1998 p. 566-573).

Com a efetivação do Estado Novo e o estabelecimento da Constituição de 1937¹⁵, ocorre o rompimento com antigas políticas, o que desencadeou o sentimento de insegurança e medo que dominaram o país devido aos ideais autoritários na consolidação do Estado-Nação moderno. Segundo Ramos (1939, p. 17) “o Estado Novo não é simples atitude. É realização em todos os setores da vida brasileira”.

Referente à modernização do Estado Novo brasileiro, Herschmann e Pereira (1994, p. 37) descrevem que:

Autoritarismo, exclusão de amplos segmentos sociais, prevalência do Estado sobre a sociedade civil, fragilidade da noção de cidadania, tudo isto aliado a um tom fortemente ufanista que ‘consolidava’ uma aliança (nem sempre igualmente vantajosa para todas as partes) entre o Estado e o “povo” e diferentes segmentos intelectuais. Evidenciava-se, assim, a forte associação, no Brasil, entre a construção de uma sociedade ‘moderna’ e a prevalência de um Estado especialmente forte e inibidor dos espaços seja da sociedade civil, seja da cidadania.

Das medidas tomadas pelo governo brasileiro, Ribeiro e Silva (2003, p. 7-8) destacam que “Com os Grupos Escolares, a República brasileira tenta imprimir via Educação, a concepção de Estado moderno – com feições do nominado Estado-Nação, implícita a ela, a República”.

¹⁵ Elaborada por Francisco Luís da Silva, Ministro da Justiça, foi baseada nas ideias do fascismo. A constituição delegava “amplos poderes ao presidente e aos seus ministros, em detrimento dos órgãos legislativos e judiciários (ARRUDA, 1996, p. 100).

Nessa direção, Getúlio Vargas nomeia como interventor catarinense Nereu Ramos.

Para garantir a consolidação do Estado-Nação moderno, implementaram-se políticas educacionais conforme descreve Ribeiro e Silva (2008, p. 3):

O lugar/espço da escola de primeiras letras e de formação de professoras (es) seria o *locus* privilegiado da constituição e construção do povo brasileiro baseada, esta constituição, em um biotipo de branco europeu e com uma moral acentuada e pautada nos ditames da psicologia (mensuração), sociologia (ordem e progresso), saúde (higiene).

As escolas passaram a ser peças fundamentais para a modernização que Getúlio Vargas estava predisposto a fazer com o objetivo de consolidar o poder, como reafirmam Ribeiro e Silva (2003, p. 13):

É a república brasileira circunscrevendo um lugar/espço próprio de cunhagem de corpos e espíritos sob nova dimensão. É a ereção de uma tentativa de um novo cunho nas subjetividades de alunos e alunas não só através da cultura letrada, mas também em um espço praticado, próprio do dominador – a escola. É nesse espço praticado onde as novas gerações receberão saberes e diretrizes condizentes com a concepção de Estado-Nação. A disciplina terá vínculo com o cidadão e a pátria será trabalhada pela escola, como uma segunda mãe.

E como filhos da pátria Brasil, a questão da língua nacional ficou atribuída à língua dos colonizadores portugueses, a língua portuguesa, “[...] não restando às línguas dos nativos e mesmo dos descendentes dos africanos aqui fixados fortemente, [...]”, bem como à língua dos imigrantes italianos, objeto de análise do presente trabalho, possibilidades de expressão oral. Com a implementação do Estado Novo, tivemos essa nova abordagem da língua fortemente enraizada pelas novas determinações que foram tomadas na área educacional e

refletidas na vida dos imigrantes e seus descendentes em todo o país (RIBEIRO e SILVA, 2003, p. 14-15).

A vinda dos imigrantes não ibéricos teve a sua intensificação após o período da abolição da escravidão no Brasil, pela Lei Áurea. O país necessitava importar força de trabalho de outros países para suprir a falta dessa força na agricultura. Dessa forma, muitos europeus não ibéricos, principalmente os alemães e italianos, imigraram para o território brasileiro para evitar a proletarização nos países de origem.

Outro fator que incentivou as imigrações estrangeiras foi a preferência dos grandes fazendeiros pelos trabalhadores “brancos” que vinham com dívidas da viagem e, geralmente, as pagavam com seu trabalho nas fazendas de cafés. Segundo Paulilo (1998, p. 76),

Não só a perspectiva do fim da servidão negra estimula a migração européia. O racismo desempenha seu papel. Mas também, o escravo, quando liberto, não se presta às novas formas contratuais de trabalho. Não tendo sido socializado como trabalhador livre, não podia competir com o europeu.

Ainda segundo Paulilo (1998, p. 81), “Santa Catarina foi a província que primeiro iniciou um programa de imigração”. Salienta, da mesma forma, como foi fundamental para o seu desenvolvimento a contribuição da migração européia. No final do século XIX e início do século XX, teve o incentivo do governo catarinense para o surgimento de novas colônias. O Governo Federal brasileiro, por meio da Diretoria Geral de Serviço de Povoamento, iniciou alguns núcleos coloniais com a venda dos lotes aos imigrantes em todo o país.

A imigração esteve, fortemente, concentrada nas áreas agrícolas das grandes fazendas de café do estado de São Paulo e na região sul do país, nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Alguns imigrantes fugiam do nazismo e do fascismo. Outros chegavam com dinheiro e se instalavam nas cidades com atividades diversas entre liberais e profissionais. Havia casos de imigrantes, como descreve Dalmolin (2004) que, ao chegarem ao Brasil, tinham em seu passaporte um carimbo “*senza ritorno*” (sem retorno). Com isso, não poderiam mais retornar ao seu país de origem e aqui passariam o resto de suas vidas. Consequentemente, o Brasil sofreu alteração no mercado de trabalho e nas leis trabalhistas; com a nova força de trabalho, foi

propiciada a emergência de novos sentimentos e novos ideais trabalhistas e sociais (NAGLE, 2001).

Um dos fatores da colonização do meio oeste catarinense se deu pela construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul pela *Brazil Railway Co.* Para a construção da estrada de ferro, a empresa recebeu quinze quilômetros de largura em terras ao longo dos trilhos, o que favoreceu a formação dos primeiros núcleos no Vale do Rio do Peixe, (PIAZZA; HÜBENER, 1983).

Segundo Santos (2000, p. 15-26), as “[...] primeiras décadas do século XX marcaram profundamente o futuro imediato de Santa Catarina”. Ressalta que “Os desdobramentos do projeto de modernidade que avassalava o mundo estavam chegando através de uma estrada de ferro[...]”, facilitando a fixação de muitos imigrantes na região oeste. A partir disso, a construção da estrada de ferro na região proporcionou o surgimento de várias cidades que atraíam cada vez mais os descendentes de imigrantes “[...] que originalmente haviam se localizado no Rio Grande do Sul e europeus que, vitimados pelas agruras da Primeira Guerra Mundial procuravam novas terras para refazer suas vidas”.

Nesse contexto, Santos (2000, p. 15) aponta que “O Estado-nação unitário e hegemônico tomava sua conformação, definindo limites, construindo estradas de ferro e linhas telegráficas, e criando seus símbolos”. Assim o Estado-Nação tomava sua nova configuração, desenvolvendo-se e criando seus símbolos firmados nas palavras “Ordem e Progresso”. Segundo Ribeiro e Silva (2003, p. 5), essas duas palavras podem ser associadas à bandeira brasileira republicana e vinculadas ao positivismo.

Outro fator de ocupação do Vale do Rio do Peixe esteve associado ao esgotamento da fronteira agrícola do estado do Rio Grande do Sul, fator que fez com que muitos descendentes de italianos e alemães migrassem para o estado vizinho, Santa Catarina, conseqüentemente colonizando a região. Sobre essas questões, Radin (2005, p. 205-206) descreve:

Também nesse contexto, a nova fronteira agrícola se abria à colonização, nos moldes que ocorrera em outras áreas de colonização do sul do Brasil, resultando num intenso processo colonizatório, em especial, entre as décadas de 1920 a 1960.

A abertura dessa nova fronteira agrícola ocorreu em um momento em que as outras regiões de

colonização, em particular em Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, passavam por dificuldades relacionadas à pressão demográfica e, por outro lado, as regiões de campo se encontravam ocupadas por fazendeiros detentores de grandes latifúndios.

Diante da dificuldade em conseguir terras contínuas no Rio Grande do Sul, muitos imigrantes se aventuraram em busca de novas terras, chegando a viajar dias de trem, de carroça ou mesmo a pé para chegar aos novos lotes no Estado vizinho onde se fixaram.

Segundo Piazza (1988, p. 203), “O imigrante italiano trouxe as suas culturas clássicas: o milho, o arroz, a uva e amoreira, com a consequente criação do ‘bicho-da-seda’ (*bombix-mori*), além do cultivo de fumo, nos processos tradicionais”. A plantação do milho garantiu a sua alimentação básica, como a polenta, que é um alimento típico da cultura italiana, prato diário de muitas famílias de descendentes de italianos.

No início da colonização, o distanciamento entre um e outro lote de terra, em razão das extensões geográficas, foi um dos fatores para que a língua portuguesa não chegasse com facilidade às comunidades, mantendo-se, assim, a língua materna. Esse fator de distanciamento favoreceu o surgimento das escolas que ensinavam na língua do país de origem, preservando as suas tradições.

Com a imigração, houve a necessidade de criação de novas escolas em várias regiões catarinenses, como descreve Fiori (2003, p. 13), mas “a política imigratória nacional, todavia, não incluía preocupações educacionais, e, assim, as zonas de colonização estrangeira apresentavam-se carentes de estabelecimento públicos de ensino [...]”. Assim, os próprios imigrantes eram os responsáveis por essas escolas e, conseqüentemente, pelos professores. Seyferth (1999, p. 292), na sua descrição da escola alemã, diz que

[...] foi criada para atender às necessidades de ensino elementar de uma população estrangeira, mas aos poucos tomou uma feição étnica, assumida na configuração da etnicidade como instrumento da germanidade e perpetuadora da língua e cultura alemã. Nessa perspectiva, objetivava educar os filhos dos imigrantes como cidadãos brasileiros pertencentes à etnia (ou

nação) alemã, dando-lhes uma consciência étnica [...].

No entanto, no decorrer dos anos 30, surgem as primeiras medidas de nacionalização e um maior controle para com os imigrantes que se estabeleciam no Brasil. As medidas nacionalizadoras que foram tomadas afetaram não só a vida econômica do país, mas, principalmente, a vida dos imigrantes e de seus descendentes que aqui escolheram viver, pois, “A campanha de nacionalização brasileira planejava ‘erradicar as influências externas’ através da assimilação compulsória dos descendentes de imigrantes, que se encontravam etnicamente diferenciados”, atingindo assim todas as etnias não brasileiras, ou seja, “abrasileirar uma população considerada estrangeira, à força, se necessário”. Em consequência às medidas tomadas, muitos imigrantes e descendentes passaram a se isolar em suas próprias casas, com medo de prisões ou represálias (SEYFERTH, 2003, p. 57).

As medidas nacionalizadoras corroboraram com o posicionamento do Estado Brasileiro frente à II Guerra Mundial¹⁶. As implicações, além de financeiras para os estrangeiros que aqui viviam, refletiram igualmente no aspecto emocional. Os fatos ocorridos nesse período deixaram marcas nas pessoas que aqui viviam. Foram afetadas diretamente pela guerra, com perdas de vidas, nascidas no Brasil, mas ainda consideradas pela própria comunidade como estrangeiras, para além de familiares, que, aí sim, viviam no espaço real da guerra, a Itália.

A escola foi utilizada como um meio para o objetivo nacionalizante. As medidas tomadas para o sul do país pelo então Ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, Gustavo Capanema, foram peças fundamentais para o governo de Getúlio Vargas e suas medidas educacionais e nacionalizadoras, como descrito abaixo:

Imbuído de ideais nacionalistas, Capanema promoveu a nacionalização de cerca de duas mil escolas localizadas nos núcleos de colonização do sul do país, medida intensificada após a decretação de guerra do Brasil à Alemanha, em 1942. (CPDOC/FGVf, [19--], s/p).

A utilização das escolas foi uma das principais ferramentas para que fosse inculcado o ideal de nacionalização nas futuras gerações,

¹⁶ O posicionamento brasileiro contra a Itália e a Alemanha em 1942.

fazendo com que as crianças deixassem para trás a cultura de suas famílias e se tornassem “verdadeiros brasileiros”. Segundo o General Osvaldo Cordeiro de Farias, que descreveu a situação do Rio Grande do Sul, em relatório dos anos de 1938-1943, para o presidente Getúlio Vargas, argumentando:

Imperioso se fazia prender e banir os agitadores nazistas que nos minavam o organismo nacional; não menos imperativo era, porém, pôr termo ao estado moral de poderosos núcleos populacionais cuja mentalidade era moldada, desde a infância, pela língua, pela cultura, e pela tradição estrangeira.

A polícia sanara o mal momentâneo, a crise; cabia à educação curar a causa da epidemia, para que não se repetisse. Impunha-se, pois, condenar definitivamente a indiferença e a desatenção do Estado para com esta verdadeira nacionalização dos brasileiros oriundos das correntes migratórias do último século. Era preciso penetrar nesses densos aglomerados teuto e ítalo-brasileiros e não apenas com a administração pública e autoridade policial, mas também e principalmente com a escola, e, por intermédio desta com a língua, a história, o civismo e o culto da tradição da pátria. (FARIAS, 1943, p. 10).

Para também cumprir as diretrizes do Estado Novo, o Interventor catarinense Nereu Ramos “[...] sancionou decretos impondo maior eficiência na nacionalização do ensino. Passaram a ser proibidos nomes estrangeiros nas escolas e o não funcionamento de escolas particulares sem a devida licença do Estado” (PIAZZA; HÜBENER, 1983, p. 137).

As medidas nacionalizadoras expandidas para o estado de Santa Catarina configuraram um novo contexto para os imigrantes italianos e seus descendentes no Vale do Rio do Peixe, em especial, nos municípios de Luzerna, Herval d’Oeste, Joaçaba e distrito de Nova Petrópolis que serão estudadas neste trabalho.

1.2 Metodologia

Para compreender o que ocorreu no período de nacionalização de ensino, além da documentação histórica, utilizou-se a fonte das entrevistas. É pela memória dos que viveram aquele período, preferencialmente, que vamos verificar na fala reverberações daquele momento histórico para posterior contextualização.

Utilizar as memórias dos entrevistados fará com que novos fatos venham a agregar um conhecimento do que aconteceu na região do Vale do Rio do Peixe e como isso afetou, principalmente, toda uma geração de imigrantes italianos e seus descendentes que escolheram a região de Joaçaba para se instalar e viver.

A cada nova entrevista surgiram fatos novos, que trouxeram informações desconhecidas, ou, pelo menos, ainda não publicadas. Como destaca Smiderle (2006, p. 10), “É necessário considerar que uma pesquisa histórica não é definitiva, novas fontes podem aparecer modificando o seu contexto final, pois a história é viva e mutável possuindo lacunas a serem preenchidas”.

Esta pesquisa foi realizada com base nas análises bibliográficas, análise de jornais, decretos, legislação, monografias e entrevistas com dezesseis descendentes de italianos que vivenciaram a política de nacionalização e/ou remanescentes do período. Para a sua realização, foram previstos três momentos distintos, conforme descritos a seguir.

No primeiro momento, a base da pesquisa foi a leitura crítica da bibliografia clássica, teses universitárias, artigos, decretos e jornais, procurando circunscrever as principais questões que envolveram a política de nacionalização de Getúlio Vargas. Nessa etapa foram aprofundados os estudos sobre a implementação da política educacional do Brasil durante o período do Estado Novo na região sul e em especial no estado de Santa Catarina.

Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas, análises de documentos, jornais e coletadas fotos do período estudado. Com esses dados, foi possível entender o que os indivíduos remanescentes daquele período passaram e quais as consequências da política nacionalizadora de Getúlio Vargas em suas vidas. Sobre a experiência de vida, Thompson (1992, p. 25) descreve:

No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a

sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia, mas de muito maior alcance. [...] A entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados.

Para a reconstrução dos acontecimentos foi utilizada a trajetória de vida dos migrantes italianos através das entrevistas com a técnica proveniente da história oral. A metodologia de entrevista foi qualitativa, conforme descrita por Alves-Mazzotti (2001, p. 169) na tentativa de reconstruir e coletar informações, pela fala dos entrevistados sobre os fatos ocorridos no período histórico de 1937 a 1945.

A memória está interligada aos fatos individuais ou coletivos que aconteceram com determinado indivíduo. A expressão oral, neste trabalho, tem como finalidade o registro escrito (PORTELLI, 1993; PORTELLI, 2001).

A intenção das entrevistas foi quebrar o silêncio e falar sobre as memórias que, para muitos, estavam esquecidas. Para alguns, construir os fatos que estavam no esquecimento foi doloroso, para outros, o relato foi feito com o máximo de empenho e alegria.

Ao recordar-se dos fatos anteriormente vividos, tem-se a impressão de que o passado é reconstruído de acordo com motivações de cada um, e algumas dessas lembranças são guardadas para si mesmo. Isso pode ocorrer com fatos dolorosos, erros cometidos ou lembranças que causam sofrimento (SANTOS, 2003).

Ao longo da realização desse trabalho, vários sentimentos foram despertados, como medo e satisfação, tristeza e alegrias, sonhos e frustrações. São sensações que podem causar saudades dos que não estão mais presentes e que devem ser respeitados. Dessa forma, acima de tudo, existe o dever de respeitar e de entender os limites de cada entrevistado.

Em algumas falas dos entrevistados, pode ser percebido que não se têm a exatidão de alguns acontecimentos, podendo, desse modo, deixar de lado fatos que são importantes para esta pesquisa. Contudo sobre a memória individual e a coletiva, Halbwachs (2006, p. 29) destaca que “[...] se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão será maior [...]”, no sentido de que uma mesma experiência possa ser recomeçada por muitas pessoas.

No entanto, segundo Halbwachs (2006, p. 30), “Os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior

intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós". Em conversas entre os entrevistados, isso é possível perceber, quando, na conversa informal que antecede à entrevista, o marido pede à sua esposa que conte como era a escola naquela época, fatos esses que só eles viveram.

Nesse sentido, Halbwachs (2006) reforça que se várias pessoas juntarem suas lembranças de um fato, elas conseguirão descrever melhor. Mostra-se, com isso, a grande importância que a técnica de entrevista com idosos terá para a riqueza do presente trabalho.

Para certas pessoas, alguns fatos tiveram uma menor influência e não se lembraram de tudo com detalhes, pois a memória é seletiva. Assim como as histórias que os pais contavam: nunca se sabia exatamente onde estava o limite entre história real e imaginação. Ainda segundo Halbwachs (2006, p. 33), pode ocorrer que o indivíduo “não tenha guardado nenhuma lembrança” de um determinado acontecimento.

Em um almoço familiar, uma “conhecida¹⁷” relatou: “Eu lembro que meu pai contava sobre a proibição, mas é isso, só isso que eu lembro, eu não sei falar mais nada sobre o assunto”. Alguns entrevistados lembraram fatos acontecidos com maior intensidade que outros. Os entrevistados que somente ouviram os fatos como histórias, tiveram lembranças diferentes quando comparadas àquelas que as vivenciaram.

Como instrumento de rememoração dos entrevistados, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, deixando as respostas em aberto para que os entrevistados falassem o máximo possível. Foi feita uma observação indireta, que Quivy (1992, p. 166) esclarece: “O instrumento de observação é ou um questionário, ou um guião de entrevista. Um ou outro têm como função produzir ou registrar as informações requeridas pelas hipóteses e prescrita pelos indicadores”. Assim, por meio das entrevistas, foi possível restaurar fatos da época estudada dos quais muitos ainda não estão registrados.

As entrevistas foram realizadas pela técnica da “bola de neve”, elaborada por Collins em 1981 (apud NOPEs, 2007, p. 16). Essa técnica consiste em cada entrevistado sugerir possíveis nomes para as novas entrevistas. Alguns dos entrevistados são conhecidos dos meus familiares, em especial, dos avós também da autora, igualmente de

¹⁷ A conhecida é descendente de origem alemã e suas falas estão registradas nas anotações do diário de campo.

descendência italiana, por terem morado em cidades próximas e frequentarem a igreja católica local.

Não foi definido um número de entrevista, mas foi coletado o máximo de indicações dos entrevistados e, no momento em que os nomes começaram a se repetir, a etapa estava finalizada. As entrevistas foram realizadas nas cidades de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, sendo que algumas foram gravadas por autorização do informante e outras somente digitadas.

Algumas entrevistas tiveram um tempo de duas e outras de seis horas de duração entre chegar, sentar, conversar e depois tomar um café, um chimarrão ou mesmo um chá. Os deslocamentos da casa dos pais da autora até a zona rural, desde a cidade, levavam, em média, de trinta a sessenta minutos, de carro.

A experiência dos entrevistados é única, trabalhosa e extremamente delicada. Tratava-se de indivíduos com idade acima de 70 anos. Como descreve Thompson (1992, p. 196), “fontes vivas” e assim se pode aprender com elas, respeitando o tempo e o momento de cada entrevistado e que “a narração de sua história pode também ter um impacto sobre elas”. Bosi (1983 p. 22) defende o estudo das lembranças dos idosos assinalando que:

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis; enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade.

A fim de manter o sigilo e a validade da pesquisa, os nomes dos informantes foram modificados (Ver Quadro 1). Contudo, as falas foram mantidas na linguagem original dos entrevistados (sotaques e dialetos), bem como os artigos de jornais e outros materiais, foram transcritos sem correções, conforme a época, evitando ao máximo perder a originalidade e a cultura obtida em cada uma das fontes.

Entrevistado	Idade	Sexo	Nascimento
José	79	Masculino	Rio Grande do Sul
Ana	77	Feminino	Rio Grande do Sul
Giacomo	73	Masculino	Rio Grande do Sul
Augusta	75	Feminino	Santa Catarina
Pedro	72	Masculino	Rio Grande do Sul
Marina	74	Feminino	Santa Catarina
Alcides	76	Masculino	Santa Catarina
Angela	72	Feminino	Santa Catarina
Duzolina	75	Feminino	Santa Catarina
Filomena	72	Feminino	Santa Catarina
Luiza	75	Feminino	Rio Grande do Sul
Hortência	75	Feminino	Santa Catarina
Zelinda	80	Feminino	Santa Catarina
Faustina	80	Feminino	Paraná
Inês	75	Feminino	Santa Catarina
Mafalda	77	Feminino	Santa Catarina

Quadro 1: Quadro descritivo dos entrevistados

Muitos fatos que aconteceram no período em estudo ficaram registrados nos jornais que facilitaram o entendimento do que ocorreu em termos históricos, mas principalmente a sistemática e a dinâmica da nacionalização na esfera da educação, portanto, foi dada ênfase ao contexto educacional das matérias jornalísticas. Os jornais do período e de circulação regional pesquisados foram o Jornal **Voz D'Oeste** e **A Tribuna**.

Depois de cumpridas as etapas anteriores foi feito um estudo analítico e interpretativo, a partir dos dados coletados, confrontando com a revisão da leitura realizada anteriormente. Essa etapa representa a contribuição da presente proposta no sentido de reconstruir os fatos ocorridos no período estudado.

1.3 Dificuldades

A idade avançada dos entrevistados interfere na questão das doenças que afetam o corpo físico e a memória. Outro fator foi o medo da guerra e da ditadura que ainda permeia a mente das pessoas que viveram no período do Estado Novo e da II Guerra Mundial. Pessoas que tiveram seus familiares e amigos envolvidos têm lembranças dolorosas que machucam e fazem voltar ao sofrimento, como perda de familiares, amores e a perda da esperança de uma vida tranquila e segura no país de sua escolha.

A respeito do medo, Bauman (2008, p. 8, destaque do autor) esclarece:

O medo é mais assustador quanto difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. ‘Medo’ é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e de que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.

A maioria das entrevistas não foi gravada, pois, sempre que se falava em gravação, o entrevistado ficava inquieto. A maioria preferiu que eu digitasse, enquanto eles falavam. Percebem-se, aqui, os resquícios de um período que ainda gera medo e insegurança para os descendentes de italianos e a dificuldade em lidar com as novas tecnologias.

Três possíveis entrevistados que viveram naquele período, simplesmente, ao tomar conhecimento do tema estudado não aceitaram participar da entrevista. Alguns proferiram poucas palavras, outros silenciaram. Um silêncio que gerou extrema inquietude. Outra possível entrevistada era analfabeta e não quis conversar, alegando ter vergonha por ser analfabeta. Outros quatro não se conseguiu o contato pessoalmente para a realização da entrevistas.

1.4 Estrutura do Trabalho

Este trabalho foi elaborado em quatro capítulos a fim de estabelecer os fatos ocorridos durante o Estado Novo, sob a política de nacionalização junto aos imigrantes italianos e seus descendentes em uma região do Vale do Rio do Peixe.

No primeiro capítulo, A POLÍTICA DE GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO, mostram-se os fatos antecedentes da vida política, econômica e social do Brasil antes da declaração do golpe do Estado Novo por Getúlio Vargas e de como o seu posicionamento político interferiu na vida dos brasileiros e como medidas nacionalizadoras foram fortalecendo a imagem e o poder sob o domínio de Getúlio Vargas dentre outros fatos que interferiram nesse período.

No segundo capítulo, A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO Uma Breve Caracterização Histórica: analisam-se as medidas educacionais da política de nacionalização durante o período do Estado Novo entre o período de 1937 e 1945, e como essas foram repassadas às novas gerações e a sua internalização. Verificamos o papel dos professores no processo de nacionalização do ensino e a interferência sobre as crianças em idade escolar.

No terceiro capítulo, A COLONIZAÇÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE – Uma Reconstrução Histórica: descreve-se como ocorreu o processo de colonização da região e o surgimento das cidades estudadas na sua formação étnica.

No quarto capítulo, A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE NACIONALIZAÇÃO NO VALE DO RIO DO PEIXE: destaque para os municípios de Joaçaba\Luzerna\Herval D'Oeste e repercussões: mostra-se a interferência na questão educacional do poder local por intermédio das medidas nacionalizadoras tomadas pelo governo de Getúlio Vargas e quais métodos ou ações educacionais foram utilizados como meio de manipulação sobre as novas gerações.

2 - A POLÍTICA DE GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO – Uma Breve Caracterização Histórica

A prática interventora do Estado junto à sociedade foi tomada como parte do movimento dirigido para modificar comportamentos e sentimentos dos indivíduos na sua vida cotidiana. [...] Isso implicou uma nova relação estabelecida entre o Estado e a sociedade. O movimento, vinculado a um amplo projeto de caráter nacionalista, atingiu diversas instituições, como família, escola, espaço de trabalho e lazer. (CAMPOS, 2006, p. 19).

Este capítulo objetivou analisar o posicionamento político de Getúlio Vargas e como o mesmo influenciou o cotidiano brasileiro pela utilização da repressão e por meio das medidas políticas que estavam reconfigurando uma nova ordem do Estado-Nação brasileiro, intensificadas pelo golpe do Estado Novo em 1937, deflagrado por Getúlio Vargas.

2.1 ANTECEDENTES AO GOLPE DO ESTADO NOVO

O Brasil do final do século XIX e início do século XX demonstrava indícios de que ocorrências iriam abalar a sociedade. A república velha foi marcada pelas oligarquias regionais e pelo poder local fraco. A crise da estrutura política, econômica, social e cultural reverberou na revolução de 1930, assim “[...] começa-se a implementar não apenas uma nova ordem republicana, mas, sobretudo, um novo modelo de Brasil, o modelo de um Brasil *moderno*” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 12, destaque do autor).

Nesse contexto, o governo do brasileiro lutava contra percalços que não permitiam uma tranquilidade para os brasileiros, como a inflação que gerava o alto custo de vida, os déficits orçamentários, os baixos salários e o crescente desemprego (CARONE, 1977).

Contudo, no Brasil, desde os anos 30, já ocorriam debates sobre a formação e os aspectos da sociedade, relacionados aos dilemas da questão nacional. Esses debates foram acontecendo, tentando buscar a solução para os problemas nacionais (IANNI, 2004).

As questões políticas, ocorridas após 1930 e que antecederam o Estado Novo, mostravam uma nova forma, onde os elementos principais

eram a consolidação do processo de centralização política e a reorganização do Estado. As esferas do poder público alteraram-se: tornava-se necessário eliminar qualquer resistência regional para garantir o desenvolvimento brasileiro (COLUSSI, 1996).

A falta de força de trabalho para a agricultura gerou a necessidade de uma solução para a ocupação territorial. A imigração estrangeira, inicialmente defendida pelas elites e pelo governo, surgia, assim, como resposta a essa necessidade. Contudo, diante das políticas nacionalizadoras, tornaram-se um problema para o governo brasileiro. Esses fatores interferiram na consolidação do processo do Estado-Nação, que vinha ocorrendo desde o início do século XIX (CAMPOS, 2008).

O processo de reorganização do país deveria ser desenvolvido segundo os interesses políticos do presidente Getúlio Vargas. Para isso, diversas medidas foram tomadas, objetivando uma nova postura política. Dentre elas, ocorreu a votação da Lei de Segurança Nacional (LSN), em março de 1935. A LSN tinha como função definir os crimes contra a ordem política e social do país, tendo no governo de Getúlio Vargas seu período mais rigoroso (CPDOC/FGVg, [19--]).

Carone (1977, p. 253), reportando-se à situação geral da época, afirma que “as restrições aumenta[va]m cada vez mais, a liberdade torna[va]-se cada vez mais diminuta[...]” e deste modo reforça que “[...] a revolução comunista de 1935 [era] pretexto último, que permit[ia] permanente decretação do estado de sítio e, esdruxulamente, o da decretação do estado de guerra em pleno regime de paz”.

Em setembro de 1936, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), subordinado à Justiça Militar. A sua criação deve-se ao levante da Aliança Nacional Libertadora de 1935. Composto por juízes civis e militares, escolhidos pelo Presidente da República, a função desse tribunal era processar e julgar os acusados de promover atividades contra a segurança externa do país em primeira instância. Caso o país entrasse ou decretasse estado de guerra, seria acionado o tribunal. No período de setembro de 1936 e dezembro de 1937 foram julgadas 1.420 pessoas (CPDOC/FGVh, [19--]).

Desde o final de 1936, o golpe de estado já estava sendo preparado. As articulações e as consequências da economia e da política iriam se concretizar no ano de 1937 com a efetivação da tomada do poder. O novo regime pretendia acabar com todos os gastos desnecessários para o país. Para a construção do sistema ideal, devia

destruir toda a tradição política, assim, criando uma nova sistemática política (CARONE, 1977).

Getúlio Vargas, em seu diário, nos dias 20 a 22 de outubro de 1937, registra sua preocupação diante da precária situação econômica do Brasil, destacando as crises do café e do algodão, a baixa do câmbio, a alta de preços e o acréscimo do custo de vida. Para a superação desses percalços, o país necessitava de novos rumos (VARGAS, 1995).

Ainda no contexto político brasileiro, os regimes do Fascismo, Nazismo e Comunismo, já descritos anteriormente, tiveram forte influência nas novas medidas que foram adotadas pelo então presidente Getúlio Vargas. Delineavam-se pela centralização do poder nas mãos do presidente e pelo fortalecimento da imagem de líder onipotente, utilizando-se dos meios de comunicações como forma de afirmação.

Segundo Carone (1977), Plínio Salgado e Getúlio Vargas, em 1937, aprovaram o texto da Constituição Brasileira que entrou em vigor no mesmo ano. O chefe integralista, Plínio Salgado, acreditava que a Ação Integralista Brasileira (AIB) seria, ainda, o único partido ativo; no entanto, isso não ocorreu, pois, após o golpe de Estado getulista ser decretado, todos os partidos políticos foram extintos inclusive a AIB¹⁸.

2.2 O ESTADO NOVO E OS DESDOBRAMENTOS DOS ACONTECIMENTOS

O Estado novo não é uma simples atitude.
(RAMOS, 1939, p. 17)

Os dias que antecederam ao golpe de Estado foram, para Getúlio Vargas, dias de aflição. O Presidente mesmo relata em seu diário os fatos acontecidos naquele período:

Dia 7 de novembro 1937.
Não é mais possível recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado, outorgando

¹⁸ Nesse contexto político, Skidmore (1982, p. 41-42) relata que “Muito significativo era o fato de que o integralismo e a Aliança Nacional Libertadora constituíam os primeiros movimentos políticos nacionais de aguda orientação ideológica”.

uma nova Constituição e dissolvendo o Legislativo. [...]

Provavelmente será na próxima quinta-feira. [...]

Dias 9 e 10.

No primeiro dia, pela manhã, o novo ministro da Justiça mostrava aos seus outros colegas civis o projeto de Constituição, que já fora examinado pelos militares. [...]

Ao regressar, já à noite, tive conhecimento de que a carta do candidato Armando Sales, lida na Câmara pelo deputado João Carlos Machado, fora profusamente espalhada entre os militares [...]

Pedi ao Macedo que fosse ao ministro da Guerra, e este ao palácio, para confirmar-me não só que a data do movimento marcado para quinta-feira, 11, já estava conhecida, como se estava fazendo um trabalho de intriga e divisão dos militares.

Em vista disso, era preciso precipitar o movimento, aproveitando a surpresa. E assim se fez. Mandeí chamar em seguida o chefe de Polícia e o ministro da Justiça. Com este e o ministro da Guerra, combinamos todas as medidas.

No dia seguinte, 11#, as duas casas do Congresso amanheceram guardadas pela polícia. [...] As 10 da manhã, reuniu-se no Guanabara o Ministério, e assinamos a Constituição. Só não compareceu o ministro da Agricultura, que pediu demissão. [...] às 8 horas da noite, quando pronunciei pelo rádio o *Manifesto à nação*[...]

[Nota de rodapé do documento:]

No dia seguinte a que Vargas se refere é 10, e não 11.

O estopim para o golpe de Estado foi o “Plano Cohen”, divulgado em setembro de 1937 e atribuído à Internacional Comunista. Esse plano era uma suposta tomada de poder por parte dos comunistas que eram considerados uma ameaça para os brasileiros. O plano previa uma greve geral, dentre outras manifestações, até a eliminação de civis e militares que se colocassem contra a revolta. Em 1945, foi divulgado que o plano teria sido forjado para justificar a tomada de poder por parte de Getúlio Vargas, efetivando, assim, o Estado Novo. O golpe de 1937 foi explicado e justificado como a salvação contra o perigo comunista (CPDOC/FGVi [19--]).

Na efetivação do Golpe, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas não encontrou resistência, o Congresso estava dissolvido e tinha sido outorgada a nova constituição; a Câmara e o Senado amanhecera cercados, e a maioria dos parlamentares aceitaram o golpe. Getúlio Vargas governou por oito anos com poderes ditatoriais, tornou-se de fato o centro político do Estado Novo, mais ainda do que fora como chefe dos governos anteriores. Ao promulgar a nova Constituição, garantiu os poderes autocráticos e, em seis anos, previu um plebiscito para escolha de um novo presidente (BRANDI, [19--]; SKIDMORE, 1982).

Nessa efervescência, o integralismo continuava a ser um problema para o governo nacionalista; contudo, foi silenciado, devido à repressão que Getúlio Vargas tinha imposto ao país (SKIDMORE, 1982).

No contexto da política internacional, a Itália e Alemanha receberam com entusiasmo as notícias sobre o golpe de estado brasileiro. O ministro da propaganda alemão, Joseph Goebbels, declarou que Getúlio agiu no momento certo (BRANDI, [19--]).

A Constituição de 1937 ficou conhecida como a constituição “polaca”, por ter sido inspirada na constituição da Polônia. Seguiu, também, modelos corporativistas e fascistas europeus, baseado nos modelos de Portugal e da Itália (ARRUDA, 1999; SKIDMORE, 1982).

O Brasil, durante o Estado Novo, refletiu características dos sistemas autoritários e totalitários, desenvolvidos na Europa naquele momento, destacando-se a centralidade do poder na figura do seu líder, sob o poder de Getúlio Vargas, o controle dos meios de comunicações e a valorização do nacional. Nesse contexto de valorização extrema, a língua nacional e a educação foram fortemente utilizadas conforme as palavras de Seyferth (1999, p. 219):

O significado simbólico da língua vernácula e o papel atribuído à educação nos processos assimilacionistas alimentaram a ênfase na nacionalização cultural, embora a defesa do Estado incluísse o expurgo das influências externas (onde a referência básica eram o nazismo e o fascismo) e a nacionalização econômica.

Pelo controle da língua falada, foi exercido um maior domínio sobre os estrangeiros que ainda utilizavam a língua materna para a sua comunicação, como destaca Campos (2006, p. 114):

A questão da língua tornava-se estratégica: o controle sobre o seu uso passou a constituir-se num elemento de significativa importância para garantir a homogeneidade cultural, a afirmação do Estado sobre a sociedade e a integração sobre a nação.

Muitos imigrantes e seus descendentes tentavam manter a sua cultura e a fala da língua italiana, contudo “O Estado brasileiro cumpria seu papel, naquele momento, de padronizar a fala, de tornar único um falar que fugia às possibilidades de controle oficial” (CAMPOS, 2006, p. 114).

Dessa maneira, o Estado Novo organizava a cultura com base em experiências europeias, consideradas suporte para política nacional (CAPELATO, 1998).

Outro sustentáculo importante para a política foram os meios de comunicações, que sofreram forte controle por parte do governo brasileiro durante o Estado Novo. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tinha como uma das suas funções a de difundir a imagem do Estado Novo. Seu diretor, em 1939, era Lourival Fontes. Carone (1977, p. 169-170) explica:

O poder de falar sozinho, de ser o único porta-voz livre, dá inteira liberdade de ação ao governo, o que o torna praticamente único a se expressar publicamente durante o Estado Novo. Sem oposição, sem ninguém para poder contestar-lhe a propaganda e a verdade, o governo usa de todos os meios para se expressar e para impor a sua imagem. Durante o Estado Novo, a censura dos jornais é total, não se vislumbrando o mínimo sinal de notícias contrárias ou de subentendidos que possam sugerir idéias ou fatos contrários ao governo.

Ficava evidente que “Cabia ao novo Estado Nacional conciliar homem e sociedade, liberdade e autoridade, entendida como qualidade de força coercitiva indispensável à garantia do desenvolvimento do homem como povo” (CAPELATO, 1998, p. 174).

Nessa conjuntura, a unidade nacional constituiu-se como o principal elemento para a formação de uma identidade nacional coletiva fundamentada na educação. Sobre esse aspecto, Capelato (1998, p. 218-

220) observa: “Nesse contexto de preocupação com a formação da nova identidade política, a educação foi considerada como elemento prioritário para a introdução de valores criados para conformar a identidade nacional”.

Com a deflagração da II Guerra Mundial, após a invasão da Polônia em 1939 pela Alemanha, emerge a guerra na Europa. O Presidente brasileiro inicialmente declara neutralidade, que passa a ser mais ativa por parte do Brasil só após o ataque a Pearl Harbor. Os Estados Unidos entraram na guerra contra o eixo (Alemanha, Itália e Japão) e, nesse mesmo dia do ataque, Vargas declara seu apoio aos países aliados liderados por Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos. Essa atitude de Getúlio Vargas gerou uma grave consequência para os estrangeiros, principalmente para os italianos e os alemães, que passaram a ser inimigos em solo brasileiro, sofrendo diversas humilhações e perseguições por parte dos brasileiros em razão da sua nacionalidade (BRANDI, [19--]).

2.3 NA ESFERA ESTADUAL

No contexto político anterior ao golpe, Santa Catarina foi fortemente influenciada pelo integralismo. A organização da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político inspirado no sistema fascista europeu, surgiu na segunda metade de 1934, disseminando-se rapidamente em região de colonização europeia não ibérica. Itajaí aderiu, fundando um núcleo da AIB. Assim, o integralismo¹⁹ expandiu-se em todo Estado. Algumas lideranças locais eram: Juventino Linhares, Carlos Remor, José Vieira da Rosa e Othon Gama Lobo D’Eça, algumas dessas famílias eram bem conhecidas. Muitos deles estavam desiludidos com a política do momento e, em consequência, procuravam uma agremiação onde se filiar. Ainda no ano de 1934, ocorreu a eleição para o governo catarinense com os candidatos Nereu Ramos e Aristiliano Ramos. Venceu Nereu Ramos. Após o Golpe de 1937, passou a ser o Interventor do Estado de Santa Catarina (FALCÃO, 1999; PIAZZA, HÜBENER, 1983, p. 133; CORRÊA, 1984).

Outro desafio da época era superar o perigo vermelho do comunismo. O Estado necessitava que fossem erguidas barreiras protetoras, pois, “Pode-se dizer que a exaltação da Alemanha nazista e

¹⁹ Sobre a questão do Integralismo, ver Correa (1984), em seu livro **Um Estado entre duas Repúblicas**: a revolução de 1930 e a política de Santa Catarina até 35.

da Itália fascista era quase unânime na imprensa catarinense nos anos trinta, independente de sua filiação partidária, da sua área de circulação ou mesmo da língua que estava sendo redigida” (FALCÃO, 1999, p. 182).

Diante dessa situação, Nereu Ramos, o Interventor catarinense, adotou uma imagem de modernidade em Santa Catarina e, segundo Campos (2008, p. 26), “Os discursos e práticas desse Interventor se direcionaram para a institucionalização de concepções educativo-pedagógicas, cientificistas, industriais, médico-higiênicas, assistencialistas e de urbanização”.

Nereu Ramos cumpriu exemplarmente as ordens emanadas de Getúlio Vargas, principalmente no que se referiu ao fortalecimento do Estado-Nação por meio das medidas nacionalizadoras. Para a política nacionalista, um dos problemas em Santa Catarina eram os imigrantes e seus descendentes que, instalados desde o início do século XX, ainda mantinham cultura e língua materna do país de origem, o que era considerado uma ameaça à soberania nacional. Nesse contexto, os imigrantes de diferentes etnias que conviviam entre os brasileiros, muitas vezes, não eram aceitos devido à sua origem e pela ameaça que representavam face ao Estado. Assim descreve Bomeny (1999, p. 157):

O contexto da guerra, a expansão do nazismo e a conjuntura discricionária que caracterizou a política no Estado Novo, tudo isso fortaleceu no interior da burocracia estatal a convicção de que medidas enérgicas poderiam e deveriam ser tomadas. Não foi difícil, com a justificativa de impedir a infiltração nazista no Brasil, transformar a questão da nacionalização do ensino em questão de segurança nacional. Sendo uma questão de segurança nacional, caberia ao Exército um papel estratégico no contexto da política nacionalizadora, uma política que envolvia definições a respeito da imigração de estrangeiros para o Brasil.

Imigrantes europeus e seus descendentes se estabeleceram em Santa Catarina no século XX, devido às propagandas sobre as terras férteis e prósperas e, assim, outros vieram. Essa imigração teve como consequências conflitos entre alemães, italianos e brasileiros.

Os primeiros, vinculados a uma concepção de identidade cultural com acentuados contornos de superioridade étnica, viam com desconfiança um país composto na maioria por mestiços, descendentes de africanos ou de índios. Os segundos sonhando com uma sociedade de feição européia nos trópicos ou procurando realçar as heranças da colonização portuguesa, não estavam dispostos a tolerar uma diversidade cultural que pudesse abalar seus planos. (FALCÃO, 1999, p. 167).

Dessa maneira, a campanha nacionalista catarinense passou a ganhar força entre os brasileiros que consideravam os estrangeiros uma ameaça em razão das suas origens. Muitos imigrantes e descendentes sofreram constrangimentos. O projeto brasileiro previa nacionalizar todos os estrangeiros para que esses internalizassem o verdadeiro sentido de ser brasileiro (SANTOS, 2000).

As primeiras medidas nacionalizadoras ocorreram durante a I Guerra Mundial, atingindo principalmente as escolas que ensinavam em língua alemã. Por decreto, foram incluídas, no currículo escolar, as disciplinas de língua portuguesa, educação cívica, história e geografia do Brasil. Livros didáticos de autores brasileiros passaram a ser obrigatórios. Contudo, essas medidas perderam seu efeito após a guerra. Somente a partir de 1933, o Governo Federal consistiu na concessão de auxílios aos Estados para a nacionalização do ensino (SEYFERTH, 1999).

Nesse contexto, Campos (2006, p. 103) reforça:

Com a instalação do governo Vargas no Brasil e a intervenção de Nereu Ramos em Santa Catarina, evidenciaram-se mudanças de enfoque nos temas que tratavam de trabalho como atividade construtora do futuro e progresso do país. Preocupações a respeito de possibilidades de formação de castos raciais, grupos lingüísticos, vinculação com o estrangeiro, desrespeito a medidas de caráter nacional e separatismos levaram governos federal e estadual a intervir nas regiões em que se concentravam núcleos de imigrantes estrangeiros e seus descendentes.

Ocorreram diversos conflitos com as populações de origem estrangeira. A estratégia para dirimir tais conflitos fundamentou-se na educação da geração que seria o futuro do país: as crianças que ainda não eram nacionalizadas e falavam em língua estrangeira, sem conhecimento da língua portuguesa.

Assim, as medidas nacionalizadoras vieram com o objetivo de substituir as escolas que ensinavam em língua estrangeira por escola de língua portuguesa. Consecutivamente, passou a ser obrigatório o ensino para crianças e adolescentes entre oito e quatorze anos. Não era possível a utilização de nomes de origem estrangeira para designar cidades e escolas. Muitos jovens catarinenses foram recrutados para prestar o serviço militar em outras partes do país. Ocorreu repressão promovida pelos brasileiros e muitos descendentes dos imigrantes estrangeiros sofreram agressões físicas e morais, além de perdas materiais. Essa maneira centralizadora do Estado Novo procurou homogeneizar a sociedade da época entre os anos de 1930 e 1940 (GOVERNO SANTA CATARINA, 2009; SANTOS, 2000; CAMPOS, 2008).

Sublinha-se, aqui, que o processo educativo, que atingiu a população catarinense e a reorganização escolar, foi apenas uma das medidas tomadas pelo Estado Novo. O objetivo era redefinir a conduta dos cidadãos catarinenses (CAMPOS, 2008, p. 39).

2.4 NA ESFERA LOCAL

O Vale do Rio do Peixe, situado no meio oeste catarinense, recebeu levas de imigrantes estrangeiros, com destaque para os de origem italiana e alemã. Durante o Estado Novo, as cidades que compõem o Vale sofreram diversas intervenções sob o pretexto de promover a nacionalização desses imigrantes e seus descendentes. Para cumprir o seu intento de nacionalização, Getúlio Vargas utilizou os meios de comunicações a seu favor, com o objetivo de fortalecer sua imagem e repassar os ideais nacionalistas à população.

As notícias que chegavam aos municípios ou ao interior eram por meio de alguns jornais como o **Correio Riograndense**, **A Tribuna** e o **Voz D'Oeste**. Para a elaboração deste trabalho, teve-se acesso à consulta dos dois últimos periódicos sobre as notícias publicadas durante o período estudado. Pretendeu-se demonstrar, por intermédio das notícias dos jornais, como as mesmas eram repassadas aos moradores locais.

2.4.1 Jornal Voz D'Oeste

A primeira edição do jornal **Voz D'Oeste** está datada de 30 de novembro de 1938. Seu proprietário: A. J. Guérios; diretor-gerente: Artur M. Moraes. O jornal assumia-se como católico. Algumas notícias eram repasses de outros jornais ou se identificavam, no início, como “*Copyrigh* da União Jornalística Brasileira Ltda para **Voz D'Oeste**”; *Copyrigh* da U.J.B para **Voz D'Oeste**”.

Em 17/12/1938, o jornal trouxe uma notícia sobre “Nacionalização do ensino”, iniciando a reportagem com um questionamento “Quem poderá censurar²⁰ a nacionalização do ensino em nossa pátria?”, na qual descrevia a importância da nacionalização frente aos “abusos” que ocorreram no território nacional: professores ensinavam em sala de aula sobre geografia e história da pátria de origem, quando deveriam ensinar sobre a pátria brasileira, e “Pessoas residentes no Brasil, muitas vezes a vinte trinta anos, e outros mesmos filhos daqui, nascidos e criados em terras brasileira, nem sequer sabem falar na lingua da Patria.”

No mês de janeiro de 1939, o jornal foi suspenso. Retornou em 08/02/1939. Dava destaque para o desenvolvimento da harmonia da família e de todas as classes produtoras do Oeste Catarinense dos municípios de Campos Novos, Chapecó, Concórdia Caçador e Cruzeiro. A. J. Guérios continuava a ser o proprietário e a diretora-gerente passou a ser a Sra. Heraclides P. Guérios; havia colaboradores diversos. Era produzido na Livraria e Tipografia Santa Terezinha.

Na referida edição, o jornal ressaltava a importância da nacionalização dos estrangeiros sob o título “Convem parar com isso”. Percebeu-se, nessa matéria e em outros textos, que os alemães eram instigados e estigmatizados na questão da nacionalização, pois guardavam a sua cultura e os brasileiros não entendiam sua língua. O autor demonstra também que o Estado de Santa Catarina, embora tivesse entre seus habitantes uma parcela de descendente de estrangeiros, era a favor da nacionalização.

Do nosso destinto colega de Canoinhas ‘Barriga Verde’![...].

<<Temo sido, desde o nosso aparecimento no operário jornalístico catarinense, batalhadores

²⁰ Conforme explicitado anteriormente será mantida a grafia original das obras, entrevistas e dos jornais utilizados neste trabalho.

assíduos e incansáveis em prol do abrasileiramento do Brasil, mesmo antes da campanha nacionalizadora, como podemos provar com a coleção 'Barriga Verde'[...].

E é por isso que nos julgamos com o direito de, ao lado de outros colegas do Estado, protestar com energia contra o excesso de certos jornalistas que, á procura de sensação e escândalo ousam tentar diminuir os sentimentos cívicos do povo catarinense, dando a impressão de que neste belo pedaço da Pátria só vivem brasileiros traidores e estrangeiros ingratos Santa Catarina possui, é verdade, sua parcela de filhos ingratos, mas, queremos crer que São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul também têm as suas e ninguém <<atira pedras>> contra esses Estados irmãos por essa desventura que há de desaparecer.

Até um conhecido cantor de rádio, em uma de suas criações, enche os céus do Brasil com a frase que nos magoa: <<Santa Catarina tem é alemão>> Saibam esses jornalistas impertinentes, esses cantores mal informados que mais de setecentos mil catarinenses desconhecem a língua germânica; saibam também que a maioria dos descendentes de alemães residentes nesse glorioso Estado já está nacionalizada e que Santa Catarina lamenta a ingratidão de alguns brasileiros de outras plagas que, talvez agindo impensadamente, magoam o ardor nacionalista de TODOS os catarinenses[...]. Recebam com carinho os louros brasileiros filhos de alemães que aqui nasceram em <<aglomerados raciais>> de que Santa Catarina não tem culpa e ajudem nos a nacionalizar esse pobres irmãos.[...] A quasi totalidade dos filhos de Santa Catarina repêe a pèche injusta daqueles que duvidam de seu civismo, de seu amor á bandeira estrala da Pátria>>. (08/02/1939, s/a, p.3).

Outra notícia publicada pelo jornal **Voz D'Oeste** foi a respeito do Comunismo, como vivia quem estava sob esse regime e as dificuldades de viver nele, exemplificando que ninguém tinha direito a nada. O perigo do comunismo assolava todos os governantes (08/02/1939, O. C. p.4).

Em 18/02/1939, o mesmo jornal ressaltava a importância do registro de quem possuísse rádio com a pena de quem não o fizesse de ter o aparelho apreendido (s/a, p. 3).

Na edição de 25/02/1939 a noticiava em “Nós E Os Estrangeiros”:

Já foi suficientemente discutido na imprensa do país o caso dos quinhentos conscritos que o General Meira de Vasconcelos enviou ao Rio, e que nem síquer conheciam a língua e as insígnias de sua patria.[...]

Não somos, nem nunca fomos inimigos dos nossos irmãos que de outras terras, buscaram as plagas hospitaleiras do Brasil, onde não existem ódios de raças, nem preconceitos de religião.

A imigração européia foi até a notável artífice do nosso progresso[...].

Mas compreende-se: queremos e desejamos estrangeiros que entrem as fronteiras do Brasil, concientes de que as nossas leis deverão ser observadas.

Que pela nossa Constituição, a sua descendência aqui nascida, será brasileira, e assim, profundamente vinculadas, por laços de direitos e deveres, ao grande caudau da comunhão nacional! O que não se compreende è a conduta de muitos que timbram em conservar, no afeto e juízo de seus filhos, não o ideal de sua verdadeira patria, mas os pendores da patria longuinqua de seus ancestrais.

Isso constitui um mal para a existência de nossa patria.

È um atentado a unidade e soberania brasileira.

Não aceitar os desígnios da pátria brasileira, não amar a pátria Brasil era desconsiderar quem os acolheu e o que lhes dá o seu sustento. Segue dizendo que:

[...] Esses moços que não articulam uma palavra da lingua nacional nasceram no Brasil e portanto são brasileiros. Não obstante, viviam á margem da civilização brasileira, noutro mundo, não chegando a sua receptividade o clangor de nossas

tradições, nem os contagiando o entusiasmo de nossas almas, orgulhosas da gloria imensa de haverem despertado no solo impotente da grande patria!

Daí a reação de nossos dirigentes, no sentido de acabar com esses quistos sociais, que tanto poderiam comprometer a unidade do nosso país.

[...]É preciso incutir no ânimo de nossos patricios, filhos de pais estrangeiros, o grande sentimento de amor de sua propria patria.

É preciso que eles se habituem a falar o nosso doce idioma, não só no recesso do lar, que é o prolongamento da escola, mas também, em publico, nos centros de diversões nas estradas de ferro, e em toda parte afim de que o continuo cavaquear em lingua estrangeira não fira a natural susceptibilidade do povo brasileiro. (GASPAR COUTINHO, p. 4).

Retirada do jornal **Barriga Verde**, a **Voz D'Oeste** publicava, em 04/03/1939, na sua primeira página, o artigo “Dentro de nossa casa mandamos nós”, afirmando que o Brasil devia ser único e não uma reunião de pequenas colônias com outra língua e outros costumes. Caso alguém não cumprisse alguma lei do nosso país seria punido, mas nunca por ser de outra etnia. Dizia mais: Brasil não é “a casa da sogra” e “Dentro do Brasil ou si é brasileiro ou se vai embora. E quem quiser, pode ir indo desde já...” (s/a).

Com destaque de capa, publicava-se no dia 11/03/39 “O sentido verdadeiro do nacionalismo”, para despertar o entendimento dos estrangeiros a respeito da campanha nacionalizadora. Em razão da independência do território nacional e dos vários acontecimentos surgidos nesse sentido foram necessárias leis de nacionalização, evitando qualquer possibilidade de um golpe que transformasse o Brasil em uma colônia estrangeira. Era pelo registro de estrangeiros que se tinha controle sobre quem estava contra o país. “O Brasil precisa incontestavelmente do braço alienigena; mas, precisa tão sómente daquele que veio para cá com o intuito de adotar a nossa, como segunda patria, [...] conhecerem a sua história os seus grandes homens e amá-la.” Alertavam ainda: fique quem quer ser brasileiro, “[...] que em casa ensinas os seus filhos a desprezarem a sua pátria que evitam o contato com a nossa nacionalidade que pretendem que as crianças não conheçam a língua da sua patria, [...] esses não poderão se manter aqui”(s/a, p. 1).

Segue outro artigo, publicado no mesmo periódico, sobre o registro de estrangeiros:

UMA COMUNICAÇÃO DA DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA.

O sr. Capitão Lemos do Prado, digno Delegado Regional de Policia, péde-nos que comunique aos nossos leitores estar já aberto e em pleno funcionamento o serviço de identificação e registro de estrangeiros creado recentemente pelo Governo da Republica, com o fim de acelerar a nacionalização das zonas, onde fôr intensa a colonização por elementos nascidos fôra do Brasil e compeler àqueles que desejam se tornar brasileiros a procederem mais rapidamente sua naturalização.

[...] Ate dezembro corrente ano todo o estrangeiro que não quizer adquirir a nacionalidade brasileira bem como aqueles que não possuírem os requisitos que a lei exige, devem fazer o seu registro perante a Delegacia Regional de Policia.

Depois de dezembro o estrangeiro que não se registrou fica sugeito a multa de quinhentos mil reis (art. 266 e, si deixou de se registrar com intuito provado de despreitar a lei, (dólo) será expulso do territorio nacional.

Nesse caso, o estrangeiro pagará a multa e só podera se registrar perante o Serviço Federal de Registro de Estrangeiros ou com carteira de identidade do Ministerio do Trabalho expedida especialmente para estrangeiros.

A partir de dezembro do ano passado todo o estrangeiro é obrigado a comunicar à autoridade policial, todas as vezes que mudar de residencia, sob pena de multa[...].

Assim, portanto o estrangeiro que não quizer se tornar brasileiro tem o prazo que decorre até dezembro para registrar. O estrangeiro que quizer se naturalizar brasileiro deve providenciar com urgencia a sua naturalização, para que, ao se extinguir o prazo de registro, já esteja isento.

Outra disposição importante da lei é a que se refere ao trabalho de estrangeiros. Determina o art. 241§ Único que todo o patrão que admitir ao

serviço um estrangeiro que não tenha os papéis legalizados está sujeito à multa de 100\$ até 500\$ e o dobro da reincidentia.

O funcionario publico que deixar de cumprir ou fazer cumprir as disposições da lei de nacionalização, è passivel de pena de suspensão dobrado na reincidentia em caso de culpa e de demissão havendo dolo sem prejuizo de responsabilidade criminal [...] (s/a p. 4).

O artigo “A Campanha de Nacionalização”, publicado em 01/04/1939, no mesmo periódico, enfatizava a posição do Presidente da República como lutador em favor da campanha nacionalista e do registro de estrangeiros. Muitos imigrantes e/ou seus descendentes tinham inveja da nossa terra, contudo, viviam aqui e tiravam seu sustento. Questionava, ainda, o articulista, “porque não se nacionalizam?” Finalizava, pedindo aos estrangeiros para se nacionalizarem, “pois queremos um Brasil forte e unido” (EUGENIO LAZARO CIDADE, p. 2).

A partir de 05/04/1939, repetiu-se em outras edições do jornal **Voz D’Oeste**, o seguinte artigo: “Extrangeiros. O Estado Novo exige que todo o extrangeiro cumpra em nossa Patria o seu dever. Se ainda não o fez faça o seu registro na Delegacia de Policia, em obediencia às leis de nacionalização” (s/a, p. 3).

No dia 15/04/1939, segue esclarecimentos sobre o registro de estrangeiros que se referiam às reclamações sobre altas taxas cobradas pelo governo. O decreto-lei 253 de 1938 estabeleceu o valor de 145\$500 no total de despesas para o registro. Segue afirmando que as taxas eram altas, contudo tivemos que seguir a lei (s/a, p. 1). No dia 26/04/1939, na primeira página, o jornal entrava em defesa dos estrangeiros para que os valores cobrados para o registro de pessoa estrangeiras baixassem (s/a, p. 1).

Notícia proveniente de São Paulo e publicada no jornal **Voz D’Oeste** alertava que os estrangeiros que moravam no país deveriam tirar a carteira de identidade, passando assim a ser um “brasileiro”, justificando que essas medidas serviriam para organizar o país (10/05/1939, U.J.B, p. 3).

Em 27/05/1939, o mesmo jornal imprime uma nota a respeito da “Nacionalização Domestica-rural”, almejando que os “4.876.000 imigrantes e mais uma porcentagem de elevada de brasileiros apenas pelo nascimento e estrangeiros pelos habitos, pela lingua, pelo

sentimento pátrio, estejam integrados na comunhão nacional, de corpo e de alma.” Dizia que a escola não conseguira resolver o problema totalmente, que os alienígenas²¹ se consideravam superiores ao brasileiro caboclo²², exemplificava que quando alguém chegava à colônia e perguntava a quem pertencia aquela casa, a resposta era: “ao italiano” e não “ao brasileiro”. O idioma nacional ficava de lado; nas casas, os calendários eram estrangeiros. As famílias de imigrantes evitavam o casamento com os brasileiros, mesmo que no Brasil já estivessem na terceira geração, que ainda não estava assimilada (s/a, p. 1).

No dia 03/06/1939, o periódico trazia incentivo para a audição de um programa de rádio que oferecia maiores informações sobre a nacionalização que ocorria no país.

No texto publicado em 21/06/1939 (s/a, p. 2), “O Brasil quer ler”, era incentivada a leitura de livros nacionais com preços mais acessíveis para compra. Outra notícia intitulada “Meninos Brasileiros” explicava a importância do amor à pátria, dizendo que deviam estudar, trabalhar, crescer tanto fisicamente quanto no saber, assim o Brasil teria orgulho e que homens fracos e doentes não conseguiriam defender a pátria.

Em 19/07/1939, com a instituição da carteira de Quitação Escolar²³, esse documento passou a ser exigido em certas repartições públicas para a prestação de alguns serviços. Essa notícia informava também sobre a dispensa de 60 alunos em Cruzeiro por falta de espaço físico. Em Herval, existia um maior número que o citado de alunos sem ir à escola. Os professores eram poucos e, quando existiam, eram mal pagos. O autor do artigo solicitava providências (s/a, p. 4). Em 09/08/1939, era dada a notícia da possibilidade de criação de uma nova escola para resolver alguns dos problemas da região (s/a, p. 4).

No artigo “Nacionalização, o bom senso”, de Hernani Pereira, *Copyright* da U.J.B, era demonstrado que, por mais de meio século, esse assunto fora relegado e, agora com vistas à nacionalização brasileira, foi retomado. Descrevia como a educação fora deixada de lado: em alguns lugares ainda havia pessoas que não falavam a língua nacional (19/08/1939).

²¹ O termo alienígena aqui se refere aos estrangeiros.

²² Caboclo: mistura de índio e branco.

²³ A carteira de Quitação escolar tinha como objetivo o controle da frequência dos alunos principalmente em zonas rurais. Ver Decreto-Lei nº 301, de 24 de fevereiro de 1939, que estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário, institui a quitação escolar e cria o registro do censo escolar. Outro Decreto-Lei n.142, Dispõe sobre sociedades escolares.

Em 01/09/1939, o jornal anuncia a invasão da Alemanha em Varsóvia. Nas edições seguintes, trouxe outras notícias sobre os ataques e as consequências da II Guerra Mundial (s/a, p.1).

Em 11/10/1939, afirmava o jornal que, em uma reunião no clube Cruzeiro, na cidade do mesmo nome, alguns nascidos fora de nossa pátria demonstravam já estar nacionalizados enquanto outros, dentro de pouco, tomariam o mesmo o rumo (s/a, p.1).

A Voz D'Oeste, em 18/11/1939, declarava que a “Cruzada Nacional da Educação” tinha como base a Constituição cujas finalidades eram: alfabetização, assistência social e promoção da cultura do país (CNE, p. 4).

Em 25/11/1939, notícia enviada pela Agência Nacional, “A Mística do Palavrório”, expôs a reforma política realizada por Getúlio Vargas. Em outro artigo fornecido pela Diretoria Regional CNE, a Cruzada Nacional descreve que 100 novas escolas foram abertas em 30 municípios, sendo 5 na cidade de Cruzeiro (CNE, p. 4).

Em 16/12/1939, o “Recenseamento de 1940” demonstrou a relevância de conhecermos a nós mesmos, notícia fornecida pelo Serviço Nacional de Recenseamento (SNR, p. 4). Em edições seguintes repetiram-se outras informações sobre o recenseamento. Em destaque no cabeçalho da página, encontrava-se a seguinte frase: “Patriotismo lúcido é aquele que se baseia no conhecimento objetivo das causas da Pátria. Os censos nacionais, são, pois, fontes seguras com que os verdadeiros patriotas se devem inspirar” (10/08/1940, s/a p. 4).

A partir do ano de 1940, o jornal passou a ser editado semanalmente – um Semanário Independente – Nova Fase.

Em 9 de março do mesmo ano, publicou-se a notícia sobre o ensino primário como uma missão para o professor. Finalizava escrevendo que “Despreocupemos-nos de tudo o que possa nós preocupar prejudicar a sagrada missão, e com os olhos fitos no futuro, possâmos orientar a infância de hoje, da melhor maneira possível, pois é nela que a Pátria deposita sua esperança” (A. CORDEIRO, p. 4).

No artigo do mesmo periódico, “Rumos da Nacionalização”, destacou-se que a culpa da não nacionalização de alguns é dos antigos governantes que não se aproximavam dos imigrantes e esses só pediam duas coisas: estradas e escolas. Devíamos abraçar os imigrantes de forma pacífica, pela bondade, pelo raciocínio, com firmeza e patriotismo. Seguiram-se outras notícias, uma sobre a infância, a qual devíamos cuidar, pois assim iríamos garantir a nacionalidade do país, e outra sobre o ensino primário, de como o professor deveria conhecer os

alunos, motivá-los, recebê-los em sala de aula e proporcionar-lhes uma escola ativa (16/03/1940, s/a, p. 1).

Em 30/03/1940, matéria sobre o ensino primário descreveu sobre a educação e suas transformações ocorridas, reforçou a importância do educador e que a criança deve ser o centro da escola. O autor finalizava escrevendo: “A educação da infância brasileira, cai sobre nossos ombros e como patriotas procuremos orientar a geração nascente, pois a ela pertence a direção da Pátria de amanhã” (A. CORDIERO, p. 1).

Em 18/05/1940, “O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã” descreveu sobre o regime do Estado Novo, suas realizações e as futuras para o desenvolvimento do país, seguindo com a reportagem por várias edições (s/a, p. 4).

O recenseamento no que se refere à questão da língua, afirmava que, no Brasil, há mais de um milhão e meio de alienígenas (estrangeiros), sendo que uma fração ainda está atrasada na questão da nacionalização (28/09/1940, RAFAELA MAGALHAES, p. 1).

Destacou-se, em 08/03/1941, a oração à bandeira, e o valor que essa tem para o povo brasileiro (FAUSTO, p. 3). Ver anexo p. 151.

Em 05/04/1941(s/a, p.1), o artigo “As realizações de Nereu Ramos”, descrevia a construção de um grupo escolar em Cruzeiro/Joaçaba, destacando a área específica para a prática da educação física e demonstrando preocupação com as futuras gerações. Já no dia 17/05/1941(s/a, p. 5), era dada notícia sobre o lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar Roberto Trompowski.

O artigo “Pela nossa infância”, descreveu as escolas criadas para nossas crianças do norte ao sul do país e reforçou que era necessário cuidarmos das crianças (12/04/1941, p.).

Na comemoração do sexto aniversário do governo do Interventor Nereu Ramos, noticiou-se que foram criadas 325 escolas isoladas, outros 22 modernos edifícios para 22 novos grupos e 6 escolas ainda estavam em construção (10/05/1941, J. AMAZONAS, p. 1).

Em 1941, destacou a função educadora do rádio, de como se devia instruir os ouvintes. Para isso, os locutores deveriam falar o bom português, o que não ocorria (26/05/1941, GERALDO ORNELAS ACHÉ, p. 4). Portanto, a língua nacional, quer na forma direta ou indireta, foi enfatizada pelo jornal em pauta.

A distribuição de símbolos pátrios recebeu nota para a posteridade. Assim destacou o Congresso Escolar, que reuniu 128 professores, no Grupo Escolar Roberto Trompowski. Para alguns, como

prêmio de destaque, foram distribuídas diversas bandeiras da pátria (05/07/1941, s/a, p. 1).

“O nosso professor primário”: esse artigo reforçou a importância do professor escolar, bem como as suas qualidades, pois, é era ele quem fornecia as primeiras instruções para todos, sejam médicos, juristas dentre outros (02/08/1941, J. AMAZONAS, p. 2).

Em 20/09/1941, ocorreu uma reprodução na íntegra do discurso de Getúlio Vargas, pronunciado no dia sete de setembro, que finalizava com as seguintes palavras: “Neste glorioso 7 de setembro cheio de vibração cívica, concito o povo brasileiro a continuar disciplinado e coeso, laborioso e confiante, porque, mesmo através de riscos e provações, saberemos manter bem alta e inviolável a dignidade da Pátria”(s/a, p. 1).

O “Primeiro Congresso de Brasilidade”, realizado em todo o Brasil no dias 10 a 19 de 1941, demonstrou grande exaltação ao nacional. Em todas as solenidades, foi cantado o hino nacional pelos participantes no início e no encerramento das atividades (08/11/1941, s/a, p. 6).

Percebeu-se uma tônica no jornal **Voz d’Oeste**, perseguida e assediada para fins pragmáticos: a questão da nacionalização. Assim é que tivemos a seguinte manchete “A nacionalização do ensino”, notícia do Rio de Janeiro, com o objetivo de “[...] eliminar as chamadas escolas estrangeiras, que se haviam transformado em perigosos focos de propagação anti-brasileiras.” Em 1937, no Brasil havia um total de 774 escolas consideradas estrangeiras, existindo em Santa Catarina 298. Em 1940, foram fechadas e, em seu lugar, foram abertas outras num total de 876; em Santa Catarina 471. O artigo sublinhava que fora proibida a importação de livros em outra língua para o ensino primário (16/11/1941, s/a, p. 2).

Em 13/12/1941, novo artigo descrevia o decreto que proibia aos estrangeiros não americanos a fazer retiradas nos bancos valor superior a 5 contos de réis. Os japoneses não podiam retirar nenhum valor. A notícia vinha do Rio de Janeiro (s/a, p. 1).

Em março de 1942, em plena guerra, um título ao mesmo tempo assertivo impunha receio: “Vigilantes pelo Brasil”. Acrescentava, ainda, o jornal: “nunca se fez distinção entre os brasileiros e estrangeiros e esses fizeram de seus núcleos colônias sua pátria dentro do Brasil, mesmo os nascidos aqui não a consideram como pátria. Todos devem estar vigilantes para o Brasil contra as ameaças” (28/03/1942, J. AMAZONAS, p. 1).

O artigo “Nacionalizemos o Brasil”, relatou que, no norte do país, o homem não tem duas pátrias como aqui no sul. Não precisa ir muito longe para ouvir pessoas falando em língua estrangeira. “Mas essa comédia já durou bastante.” Devemos cumprir as medidas para uma completa nacionalização (27/06/1942, J. AMAZONAS, p. 1).

Em 29/08/1942, ocorreu um discurso na cidade de Cruzeiro, aproximadamente mil pessoas presentes, demonstrando repulsa ao eixo: “Brasileiros! Chegou a nossa hora”. O artigo relatava que o país vinha sendo apunhalado por “NIPO-NAZI-FACISTA e propunha um combate a esses inimigos, os Quinta Coluna, que vinham usufruindo dos mesmos direitos que os brasileiros. Devíamos vencer os “kitos” existentes em Cruzeiro/Joaçaba (JOAQUIM ENNES TORRES, p. 1).

O título: “Liga de Defesa Nacional, Bandeira e Hino Nacionais”, segundo o decreto 4.545, de 31 de junho 1942, destacou respeito ao hino e à bandeira, todos deveriam ficar de pé e em silêncio ao cantar o hino, colocando a mão direita ou o chapéu sobre o coração. Descrevia que essa atitude já vinha sendo seguida por alguns professores e alunos. A matéria viera de Florianópolis, na data de 05/09/1942, assinada por Altamiro Guimarães (presidente) e A. Muniz de Aragão (secretário) (19/09/1942, p. 2).

Em 21/11/1942 (s/a, p. 1) artigo relatando sobre as comemorações do Segundo Congresso de Brasilidade.

Muitas notícias, no ano 1942, repetiram-se da mesma forma que nos anos anteriores, como semana da pátria, dia do soldado, proclamação da república, entre outros, os quais não iremos abordar nesse momento.

No mês de dezembro de 1943, a Tipografia pegou fogo; nela o jornal **Voz D'Oeste** era editado, findando assim um dos meios de comunicação da cidade.

2.4.2 Jornal A Tribuna

As notícias retiradas do Jornal **A Tribuna** que pertencia à Editora A Tribuna Limitada, tendo como gerente Genésio Pas seguia as mesmas regras que os demais jornais, isto é, o nacionalismo e as notícias oficiais como de praxe em regimes autoritários. Abaixo, alguns exemplos:

“Foi nomeado para Inspetor do Ginásio Municipal do Frei Rogério, o Sr. Elpidio Caetano da Silva”; em sua visita à escola, demonstrou a sua boa impressão (14/02/1943, s/a p. 5).

Em 07/11/1943, ocorreu o Terceiro Congresso de Brasilidade amplamente divulgado (s/a, p.1 e 2).

Um incêndio destruiu a Tipografia Santa Terezinha, o fogo iniciou no prédio ao lado na Funilaria Zanardo e logo se espalhou incendiando a tipografia, que editava o jornal **Voz d'Oeste** (08/12/1943, p. 2).

No dia 23/01/1943, destacou-se o recebimento pelo jornal do livro: **Nacionalismo da Educação Aspectos Políticos**, de Ivo d'Aquino (s/a, p. 1).

Em 27/03/1943, artigo publicado anunciava que, em Herval, seria inaugurado, no dia 11/04, o Ginásio Municipal Frei Rogério, com a promessa de progresso para a cidade e a vizinha Cruzeiro (s/a, p. 4).

No dia 22/09/1943, **A Tribuna** notificava que a Itália firmara a paz com os Estados Unidos. Descrevia que o “O espírito do povo italiano é bom e pacífico.” Como nós os brasileiros, e fala de Hitler que tentou passar seu sonho a Mussolini, seu súdito, contudo não aconteceu. “A Alemanha não vencera esta guerra. Abaixo os fantoches comunistas” (J. AMAZONAS, p. 1).

Noticiou-se, no dia 10 de novembro, o Terceiro Congresso de Brasilidade, de norte a sul do país, no mesmo sentido patriótico com todas as comemorações, destacando-se que “Cruzeiro cumprira bem o seu dever” (06/11/1943, s/a, p. 4).

Nereu Ramos, em visita a Cruzeiro, no dia 03 de dezembro, em Herval, na estação férrea, foi homenageado, após um churrasco oferecido; às 16:00 horas aconteceu a inauguração do Grupo Escola Roberto Trompowski. No dia 05 do mesmo mês, o interventor fez uma visita ao Ginásio Municipal Frei Rogério (08/12/1943, s/a, p.1). Percebeu-se, no arrazoado das notícias, a importância dada para as possíveis construções de escolas, na época, denominadas Grupos Escolares, quando de cunho estadual.

A entrada do Brasil na guerra foi noticiada com a manchete seguinte: “O Brasil lutando ao lado das Nações Unidas envia o primeiro contingente aéreo para a luta contra os inimigos” (GERALDO N. SERRA, 01/01/1944, p. 4).

O aniversário do chefe de Estado foi anunciado no dia 16/04/1944; a comemoração aconteceu no dia 19: “mais um aniversário

do presidente Getúlio Vargas, com concentração escolar, hino nacional cantado pelos alunos e uma matine escolar (s/a, p.1).

Sobre a comemoração do aniversário do governo de Nereu Ramos, no dia 01 de maio, circularia uma edição especial onde estariam listadas as homenagens ao administrador (23/04/1944, s/a, p.1). No dia 01/05/1944, o jornal transcreveu a listagem das homenagens ao Interventor Nereu Ramos, dando destaque para os valores da nacionalidade, criação de escolas, abertura de estradas e melhoria em todos os setores de administração. E mais, transformaria o interventor em “um estadista iluminado”, pois “Nacionalizando – integrando no seio da comunhão nacional, populações alienígenas.” Agregou, ainda, que nos nove anos de seu governo, Nereu Ramos realizou uma grande obra em Santa Catarina (s/a, p.1).

Sobre a vitória das Nações Unidas, o jornal noticia: “Joaçaba vibrou, ontem, do mais justificado entusiasmo com a notícia da extraordinária vitória das Nações Unidas -- a Invasão”. Relatava que, com a notícia da Invasão, a população inteira demonstrou intensas manifestações de civismo pela cidade e nos sub-distritos. A partir das primeiras notícias, fecharam-se as portas do comércio e as pessoas se dirigiram à praça pública, muitos foguetes eram ouvidos por toda a cidade. Com execução do Hino Nacional, cantado pelo povo, seguiu-se uma passeata, tendo à frente duas bandeiras nacionais (07/06/1944, s/a, p.1).

No dia 18/10/1944, reproduziu-se a prestação de contas do prefeito de Joaçaba do ano de 1943 ao Interventor. O jornal **A Tribuna** destacou o problema da instrução primária. Foram criadas mais de 10 escolas, sendo que 7 ainda não funcionavam por falta de professores ou por matrículas irregulares. Com a educação popular, havia sido gasto Cr\$170.389,20 (s/a, p. 4). Novamente a situação da educação ganhava importância dado o contexto.

Ainda em 19/11/1944, um artigo referiu-se ao Quarto Congresso de Brasilidade, um movimento de civismo, criado para a comemoração do aniversário do Estado Novo (s/a, p. 4).

As notícias do ano de 1945 voltavam-se para a II Guerra Mundial, tanto internacionalmente como para a participação brasileira na guerra.

Já no dia 28/02/1945, retirado da **Folha da Manhã**, da cidade de São Paulo, o jornal **A Tribuna** reproduzia nota sobre a propaganda da campanha de Getúlio Vargas para a presidência (s/a, p. 1). Na sequência, o apoio à candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes,

retirado da **Agência Nacional**, São Paulo (s/a, p. 1). Aqui já se observava a gradativa degradação do Estado Novo e o retorno do país à democracia representativa. A notícia da “Lei Constitucional Número Nove”, ato adicional, dizia que o brasileiro escolhera livremente seus governantes, pelo voto livre (04/03/1945 s/a, p. 1). Nessa edição, outra nota sobre “As eleições” relatava sobre os feitos do presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo e alertava que, a partir daquele momento, ia ser escolhido, livremente, pelo povo os governantes (U.J.B., p. 4).

A chegada, no dia 08 de abril de 1945, de Nereu Ramos a Joaçaba, é indicada, e sua hospedagem na cidade é registrada. O Interventor estava em viagem por diversos municípios para inspeção dos empreendimentos e das obras em andamento. Após a notícia, segue o cronograma de homenagens (A COMISSÃO, p.1). No dia 11/04/1945, tem-se o relato de como se procedeu a visita com as devidas homenagens (s/a, p.1). Já praticamente a guerra terminada, e com eleições em previsão, o interventor fará seu périplo em áreas diretamente afetadas pelos estilhaços da guerra na Europa e pelo regime autoritário de que era representante político máximo no Estado.

Em 18/04/1945, o periódico traz artigo sobre os “Professores Particulares”, destacando-os como uma classe esquecida. O professor particular em sua atuação tinha como recompensa a gratidão, sem valor na formação da nacionalização. O Ministério da Educação acabava de determinar o que todos esperavam: uma remuneração devida (A.N., p. 2).

No dia 13/06/1945, nota sobre instalação no dia 15 do Diretório Municipal do Partido Social Democrático em Joaçaba, como seu presidente Atilio Fontana, apontava outra direção: em termos formais de representação política, o jornal destacaria “as eleições que iriam acontecer no dia 02 de dezembro com o candidato a presidência o General Eurico Gaspar Dutra” (s/a, p. 4). As edições seguintes dariam maiores detalhes.

Em artigo do mesmo periódico, no dia 24/06/1945, destacava-se que “Irão às urna, em dezembro próximo, seis milhões de eleitores”. A notícia da **Agência Nacional** – Rio de Janeiro, descrevia o jornal que, segundo estimativas do alistamento eleitoral, já chegavam a mais de seis milhões de eleitores. Já haviam sido entregues três milhões de títulos de eleitor e a justiça colocara à disposição mais um milhão para a entrega (s/a, p. 1).

No dia 12/09/1945, o periódico destacou que pelo decreto-lei 1.202, criou-se a biblioteca municipal na cidade de Joaçaba com o nome

de Nereu Ramos. Seu secretário: Octavio Montenegro de Oliveira (s/a, p. 2).

O fim do Estado Novo ocorreu com a queda de Getúlio Vargas no dia 29 de outubro de 1945. Ele foi deposto pelo Alto Comando do Exército Brasileiro. Assumiu em seu lugar, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, até assumir Eurico Dutra, após vencer as eleições presidenciais (CPDOC/FGVj, [19--], s/p).

2.4.3 Notícias Gerais dos jornais

Dentre outras notícias publicadas pelos periódicos a **Voz D'Oeste** e a **Tribuna**, nem todas puderam ser destacadas neste trabalho. Foi necessário fazer escolhas para levar a melhor informação referente ao tema estudado.

Assim, ficaram excluídos artigos sobre fatos e acontecimentos, tais como, a comemoração de Tiradentes, descobrimento do Brasil, dia do trabalhador, dia do reservista, dia do soldado, 7 de setembro, dia do funcionário público, finados, 15 de novembro, festa da bandeira, semana da criança. Temas diversos como: educação sexual, a importância da prática do atletismo, destaque aos produtos nacionais, juramento à bandeira, higiene, colônias militares, curiosidades da história brasileira, legislação trabalhista, industrialização do Brasil, defesa ao Estado Novo. Destaques para: o ensino militar naval, escola militar, informações sobre a II Guerra Mundial; questões sobre língua portuguesa, código de processo civil, ministério do Exército, exames finais escolares, encerramento do ano escolar; notícias fornecidas pelo Tribunal de Segurança Nacional; informações sobre a população brasileira, visitas do Presidente Vargas ao Estado; informações sobre nacionalização em cidades de origem alemã, aniversário de Getúlio Vargas; revalidação de registro de estrangeiros. Demonstrava as festas escolares, religiosas, aniversário e visitas de Nereu Ramos, implementação de novos distritos, eventos nacionais em outros países, natal dos expedicionários, inaugurações de retratos do Presidente Getúlio Vargas e Nereu Ramos, e, ainda, os expedicionários, a reconstrução das cidades destruídas pela guerra, fascismo, comunismos, notícias retiradas de outros jornais, alistamento eleitoral, eleições dos novos governantes. Muitos artigos dos jornais são assinados contendo abreviações parciais ou totais dos nomes.

É importante frisar que, no decorrer do denominado “Estado Novo”, a época pesquisada foi a forte tônica para o processo de reordenamento do Estado-Nação no Brasil em período de paroxismo nacionalista na Europa com reverberações no país e, em particular, em Santa Catarina, com destaque, neste trabalho, para o Vale do Rio do Peixe. A ênfase dada às notícias oficiais, ao destaque ao Interventor Nereu Ramos e à esfera da educação conjuga o contexto autoritário e a importância para o texto da educação e sua relevância em área de imigração não ibérica, no caso da pesquisa, para área de “colonização” italiana. Teve, como corolário, a introjeção do movimento de nacionalização imposta pelo Estado brasileiro como uma dinâmica, fazendo parte do cotidiano dos habitantes do país e, em particular do Vale do Rio do Peixe, com repercussões nas cidades de Joaçaba, Herval D’Oeste, Luzerna e respectivos distritos.

Os jornais pesquisados indicam como o cotidiano foi transformado nas cidades analisadas. Para além dos conteúdos lidos, pode-se perceber, a partir da tônica enfática do nacionalismo e de como os daqui – de Santa Catarina – estão em sintonia com as diretrizes emanadas do Estado brasileiro. É a tática e a tensão dos dominados frente à estratégia do dominador, frente a um não-lugar de reação: “desliza-se” de acordo com o lugar estabelecido pelo dominador. Para compreender o fazer de novas táticas do dominado na área em pauta, ver o esclarecedor livro de Nodari (2009), intitulado **Etnicidades Renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina.

2.5 NACIONALIZAÇÃO

Articulam-se, neste item, as categorias “nacionalismo” e “nacionalização”, configurando-se, assim, do geral para o particular o conteúdo exposto acima, bem como, a instrumentalização dessas categorias para Santa Catarina.

Segundo Lima (1981, p. 71), o nacionalismo pode ter vários significados como: de um “modo abstrato, poder-se-ia conceituar o nacionalismo como a atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam”. Já para Carone (1977, p. 72) o: “Nacionalismo significa restrição à iniciativa estrangeira, tanto política como econômica”, o que também representou algumas reações econômicas contrárias para o país.

No contexto da nacionalização brasileira, Seyferth (2003, p. 52, grifos nossos) argumenta que “A campanha de nacionalização brasileira planejava **‘erradicar as influências externas’**, através da assimilação compulsória dos descendentes de imigrantes, que se encontravam etnicamente diferenciados”. A campanha nacionalizadora atingiu todas as etnias não brasileiras, ou seja, **“abrasileirar uma população considerada estrangeira, à força**, se necessário.” Muitos imigrantes e seus descendentes passaram a se isolar em suas próprias casas, com medo de prisões ou represálias pelas autoridades vigentes e os brasileiros pelas delações.

Segundo Nagle, (2001, p. 299), entre os anos de 1910 e de 1920, o nacionalismo esteve presente no clima social do país, sob uma corrente de idéias e, mais tarde, como o movimento político-social, a exaltação do “homem e das coisas brasileiras” na tentativa de reconstruir as instituições da verdadeira nação brasileira. O “[...] nacionalismo é principalmente, um ideário” que acompanha o desenvolvimento econômico-social capitalista.

A “ação nacionalizadora”, como ficou conhecida, teve o intuito de extrema valorização da nação, principalmente de seus símbolos nacionais: a bandeira, o hino nacional e a língua portuguesa. Campos (2006) destaca que, durante o governo Vargas, Santa Catarina teve em seu comando Nereu Ramos, que estimulou fortemente o uso da língua por meio de incentivos nacionalistas à população estrangeira, principalmente, nas colônias de imigrantes italianos e alemães.

Nesse sentido, a medida mais importante para a esfera da educação, durante o governo Getúlio Vargas, foi a ação de nacionalização da educação ocorrida em todo o país. Com destaque para o contexto de Santa Catarina. O principal método utilizado foi a proibição de falar a língua de origem dos imigrantes e seus descendentes, e a escola catarinense fez o seu papel de nacionalizador. Segundo Seyferth (1999, p. 211):

A campanha educativa além da escola incluía, portanto, outras formas de inculcar ‘sentimentos de brasilidade’, como palestras cívicas em clubes, estímulo à formação de grupos de escoteiros, exposição de retratos de heróis nacionais e diversas autoridades, frases de efeito (‘Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor’) afixadas em prédios públicos, hospitais, sedes de associações recreativas etc., e serviço militar

obrigatório em local distante da comunidade étnica.

Nesse sentido, Fiori (1991, p. 115) argumenta que:

A diretriz metodológica de ensino diversificada, para os descendentes de alienígenas e para os filhos de população brasileiras, visava atender mais eficientemente à dimensão psicológica do processo ensino/aprendizagem. Essa situação, porém, originou, como consequência, a coexistência de dois tipos qualitativos de estabelecimentos de ensino primário em Santa Catarina: a escola destinada à zona colonial habitada por estrangeiros e seus descendentes e a escola que devia servir à comunidade brasileira.

Dentre os estados brasileiros, a região sul de imigração fortemente estrangeira causava preocupações: “Esses grupos étnicos e seus descendentes conservavam, ainda, muitos traços culturais da pátria de origem, o que obstaculizava o conceito de unidade nacional então endossado pelo Poder Central e Governos Estaduais” (FIORI, 1991, p. 134).

Durante o Estado Novo, a educação teve papel fundamental, assim “A dimensão político-ideológica constituiu-se em âncora de sustentação do regime autoritário que se consolidava sob a liderança de Getúlio Vargas”. O Ministério da Educação, criado em 1930, recebia, quatro anos depois, como seu representante, Gustavo Capanema, que auxiliaria no processo de nacionalização (BOMENY, 1999, p. 141).

Bomeny (1999) descreveu que, durante o Estado Novo, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) fornecia ao governo informações sobre os estrangeiros nas zonas de colonização e destacava, como consequência, que o governo era incapaz “de estabelecer uma política eficaz de aculturação”.

2.6 REPRESENTAÇÕES E SÍMBOLOS NACIONAIS

Uma das táticas utilizadas pelos responsáveis pelo governo brasileiro na campanha de nacionalização foi o uso das imagens dos desfiles e eventos que aconteciam em público sempre tentando

demonstrar uma enorme harmonia no país e a felicidade do povo. Segundo Capelato (1998, p. 58-60), “A propaganda política enfatizava a busca de harmonia social e a eliminação dos conflitos.” Reforça a autora que “As mensagens indicavam a construção de uma sociedade fraterna, via Estado, e com base nessa utopia criou-se a imagem da ‘sociedade em festa’, coesa e unida em torno de um líder”. Os principais órgãos responsáveis pelos festejos eram o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério da Educação e Saúde que pretendiam demonstrar a relação entre as festividades e uma sociedade feliz. Na utilização das propagandas, eram ressaltadas a alegria e a felicidade brasileira como destaca o autor:

Os jornais varguistas, nas ocasiões festivas, expressam essas imagens de formas variadas: ‘a feição animada do centro da cidade’, ‘o grande entusiasmo e alegria’, ‘vibrantes manifestações operárias’, ‘o aspecto festivo da cidade’, ‘entusiasmo popular’, ‘carinhosas manifestações’, ‘multidão vibrante’. (CAPELATO, 1998, p. 60).

O uso de imagens para a demonstração dessa realidade foi largamente aproveitado para influenciar positivamente o povo brasileiro, as propagandas demonstravam que “[...] a ‘felicidade brasileira oficial’ era comemorada em todas as datas cívicas por meio de festas promovidas pelo Estado para celebrar as realizações do governo” (CAPELATO, 1998, p. 61). A seguir, pelas figuras 2, 3, 4, 5 e 6, serão demonstrados alguns exemplos retirados do Jornal **Fon-Fon** – Rio de Janeiro.

A figura 2 retrata a comemoração do Dia do Pan-americano, em solenidade cívica.

Na figura 3, sob a presidência do chefe nacional da Ação Integralista Brasileira. Sr. Plínio Salgado, e com a presença de outras altas figuras do movimento, aparece a inauguração do núcleo das Laranjeiras, que tem como chefe o Professor Rocha Vaz.



Figura 2 - Dia do Pan-americano

Fonte: Jornal **Fon-Fon** – Rio de Janeiro, 24 /04/1937, s/a, p. 27



Figura 3 - Dia do Pan-americano

Fonte: Jornal **Fon-Fon** – Rio de Janeiro, s/a, 24 /04/1937 p. 27



Figura 4 – Inauguração do núcleo das Laranjeiras pelo chefe nacional da Ação Integralista Brasileira, Sr. Plínio Salgado

Fonte: Jornal **Fon-Fon** – Rio de Janeiro, 24 /04/1937, s/a, p. 36

O “Dia do Soldado”, festejado na data de nascimento de Duque de Caxias, era comemorado pelo exército, que promoveu várias solenidades cívico-militares em honra de seu patrono. A principal comemoração do ano de 1937 realizou-se pela manhã, junto ao monumento de Caxias, no largo do Machado e contou com a presença do chefe na Nação e outras autoridades. Momentos das comemorações do Dia do Soldado estão registrados nas figuras 5 e 6, abaixo:



Figura 5 - Comemoração do Dia do Soldado

Fonte: Jornal **Fon-Fon** – Rio de Janeiro, 04/09/1937, s/a, p. 34

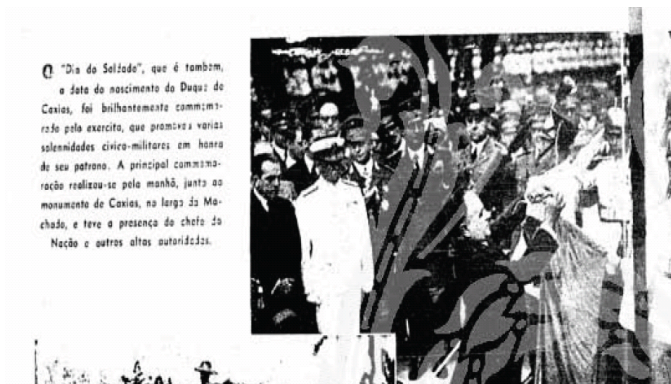


Figura 6 - Comemoração do Dia do Soldado
Fonte: Jornal **Fon-Fon** – Rio de Janeiro, 04/09/1937, s/a, p. 34

A legenda da figura 6 diz que: O “Dia do Soldado” que é também a data de nascimento de Duque de Caxias, foi brilhantemente comemorada pelo exército, que promoveu várias solenidades cívico-militares em honra de seu patrono. A principal comemoração realizou-se pela manhã, junto ao monumento de Caxias, no largo do Machado e teve presença do chefe na Nação e outras altas autoridades.

Capta-se pelas figuras a superposição de comemorações cívicas em clima de festividade. A prática de utilização das imagens objetivava entusiasmar quem assistia às comemorações ou quem as via por reprodução.

2.7 Os meios de comunicações

Segundo Capelato (1998), o objetivo da utilização dos meios de comunicação durante o Estado Novo foi o de conquistar o apoio do trabalhador mediante o despertar das emoções, e as mesmas eram intensificadas por outros instrumentos como os ritos das festas, comemorações cívicas e que todos esses elementos combinados podem provocar os resultados mais variados.

Capelato (1998, p. 66) descreve a utilização da propaganda política no governo de Getúlio Vargas:

O poder político, nestes casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. Tenta suprir, dos imaginários sociais, toda a representação do passado, presente no futuro coletivo, distinto do que atestam sua legitimidade e caucionam seu controle sobre o conjunto da vida coletiva.

Os organizadores das propagandas varguista e peronista, atentos observadores da política de propaganda nazi-facista, procurando adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e de persuasão usados no Alemanha e na Itália, adaptando-os às realidades brasileira e argentina.

Em seguida, Capelato (1998, p. 66) deixa claro que “[...] nem todos os ideólogos ou adeptos do Estado Novo declaravam-se simpatizantes do nazi-facismo [...]”.

Além do controle dos meios de comunicação, ocorreram algumas suspensões de edições de jornais, como por exemplo, com o jornal local **Voz D’Oeste**, na cidade Cruzeiro/Joaçaba. Essa “suspensão forçada” demonstrava o poder do Estado (08/02/1939, p. 1).

Sobre os jornais, Campos (2008, p.44) reforça a sua importância:

Por ter uma circulação diária e exercer um poder vigilante traduzido na existência de um olhar fixado na vida dos cidadãos, o jornal foi capaz de produzir intervenções vinculadas a práticas cotidianas do público leitor. Mesmo quando de circulação restrita, o jornal tende a atuar como uma espécie de eco na sociedade, produzindo, a partir de comentários e repercussões das notícias que veiculou, efeitos de grande alcance em amplos segmentos das populações urbanas.

Para o funcionamento dos jornais, os mesmos teriam que obter os registros concedidos pelo DIP e, conseqüentemente, suas atividades estavam sob o controle do referido órgão. “O varguismo, como o fascismo italiano, preocupou-se mais com o controle da imprensa do que do rádio, apesar de considerá-lo de grande importância para a propaganda política” (CAPELATO, 1998, p.74-76).

O controle do uso dos aparelhos de rádio passou a ser uma constante. Registrar o aparelho era uma obrigação; caso isso não

ocorresse, o proprietário poderia ter seu rádio confiscado. Como se observa em um artigo do jornal **Voz D'Oeste**, sobre o registro de rádios. (18/02/1939, s/a, p. 3). Os programas de rádio possuíam algumas funções que demonstravam a importância e as belezas do nosso país, como descreve Capelato (1998, p. 77):

Além de divulgar as mensagens e os atos oficiais, os diferentes programas deveriam decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais. Muito se insistia no fato de que o rádio deveria estar voltado para o homem do interior com o objetivo de colaborar para o seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional.

Capelato (1998) reforça ainda que Vargas queria estabelecer uma relação entre as “massas” para ganhar assim o seu apoio. Os meios de comunicação, além desse papel, eram responsáveis pela divulgação das atividades e qualidades do Presidente, afim de que fossem seguidas por todos os cidadãos. Os periódicos reproduziam os discursos, enfatizavam todas as notícias do governo e publicavam fotos de Getúlio Vargas.

Toda a utilização dos meios de comunicação atuou de forma efetiva sobre os imigrantes e seus descendentes para que esses se tornassem **os verdadeiros brasileiros** como veremos com maiores detalhes no contexto do Vale do Rio do Peixe.

3 - A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

A questão da língua era estratégica naquele momento. Fazia-se necessário, para o nacionalismo do Estado Novo, generalizar seu uso inclusive nas regiões de ‘colonização estrangeira’. (CAMPOS, 2006, p. 45).

A nacionalização do ensino primário poderia ser justificada, simplesmente, como um imperativo constitucional do próprio regime político que adotamos. (D’AQUINO, 1942, p. 7)

Este capítulo demonstra como a política de nacionalização da educação interferiu na vida dos imigrantes e seus descendentes de italianos que vieram para o Brasil. A proposta de formar um novo brasileiro fez com que o governo de Getúlio Vargas tomasse diversas medidas para que a língua portuguesa substituísse a língua materna dos **estrangeiros** e dos seus filhos que nasceram no Brasil.

A valorização extrema do nacional fez com que a educação seguisse um caminho diferenciado, corrigindo os descasos de governos passados para com a língua pátria, a língua portuguesa. Com as diversas medidas tomadas, os professores, os inspetores e os pais tiveram novas funções no campo da educação. Os decretos passaram a traçar um novo caminho e queriam formar um novo cidadão, um novo indivíduo, um novo soldado: **o verdadeiro brasileiro**.

3.1 O CAMINHO DA NACIONALIZAÇÃO

A questão educacional no Estado Novo teve proeminência na política do Presidente Getúlio Vargas que comandava o país com plenos poderes. Em Santa Catarina, seus olhos, era o Interventor Nereu Ramos, que fez cumprir as medidas nacionalizadoras para a formação dos novos brasileiros, evitando a todo custo a herança da língua materna dos imigrantes e seus descendentes.

Moldar o novo brasileiro para que esse servisse aos desígnios do novo regime, para o progresso da nação e que não causasse nenhuma ameaça à soberania nacional, assim queriam os governantes. Para isso, o

Brasil teria que começar a corrigir as lacunas deixadas nos períodos anteriores desde o início das imigrações estrangeiras.

Piazza e Hübener (1983, p. 136-137), ao estudarem o período do império, descrevem: “[...] Santa Catarina não teve capacidade de arcar com o ônus de estruturar uma rede de escolas para dar ao filho de imigrante, as aulas básicas de língua portuguesa”. Fator esse que influenciou a criação de suas próprias escolas, dando prioridade ao ensino da língua materna e aos seus respectivos costumes. Muitas vezes, os próprios imigrantes eram os professores.

A nacionalização do ensino já estava em destaque no início do século XX. O nacionalismo, inicialmente, uma corrente de ideias, foi se constituindo como um movimento político-social, que agrupava homens e instituições de diversas naturezas e de diferentes posições ideológicas. Contudo, “desde o seu aparecimento, o nacionalismo provocou o desenvolvimento de novos padrões de cultura, como o demonstram a efervescência ideológica da época [...]”, o nacionalismo “esteve associado a uma intensa preocupação com a educação, em primeiro lugar, e com a escolarização em segundo lugar, que se transformam instrumento para dar solidez às bases da nacionalidade” (NAGLE, 2001, p. 299).

As primeiras medidas de nacionalização do ensino foram tomadas a partir de 1915, com o inspetor Orestes Guimarães e com a criação da Inspeção de Nacionalização do Ensino. A tentativa era de assimilação da fala, o que não surtiu efeito imediato; somente a partir de 1930 é que o processo de nacionalização do ensino, mais os inspetores e o Departamento de Educação, passaram a agir de forma mais eficiente (PIAZZA, HÜBENER, 1983; MONTEIRO, 1979).

A nacionalização atinge seu ponto máximo no final da década de 30, quando o governo passou a interagir fortemente nas escolas principalmente em áreas de colonização estrangeira de origem alemã e italiana (MONTEIRO, 1979).

Nesse contexto, Seyferth (1999, p. 218) demonstra que “A unidade nacional tornou-se assim um imperativo de natureza lingüística e uma questão de educação – o ‘ensino nacionalizador’ (que inclui o civismo) encarregado de exorcizar o fantasma da inassimilação, do segregamento, que purifica a etnia.”

Monteiro (1979, p. 44) afirma que “O advento da República, em tese, abriria novas perspectivas para a instrução pública. O novo regime se dizia alicerçado no direito das massas. O voto seria a arma do povo e a mola propulsora do governo”. Naquele período, muitos brasileiros não

eram alfabetizados e o ensino era de baixa qualidade, o que justificava a ação das autoridades e a manipulação da população. O sistema de ensino era atrasado; mesmo assim, o número de escolas crescia, sendo necessária uma medida por parte das autoridades.

Os pais preocupados com a educação de seus filhos passaram a ter cada vez mais interesse nas escolas particulares e essas proliferaram em meio aos imigrantes; em consequência, “[...] para milhares de brasileiros, o desconhecimento de nossa língua, de nossa história, de nossa geografia, de nossa cultura” fazia com que, cada vez mais, as crianças aprendessem os costumes do país de origem dos imigrantes e a sua língua materna. Outras famílias, pelo afastamento regional, não aprendiam a língua portuguesa, pois, ficavam isolados dentro de suas comunidades²⁴ (MONTEIRO, 1979, p. 2).

A nacionalidade brasileira era desconhecida para esses migrantes e descendentes; alguns só aceitavam professores da mesma origem. Assim, o ensino era voltado para os costumes do seu país de origem (CAMPOS, 2008).

Dessa forma, as zonas de colonização estrangeiras ficavam carentes no setor educacional, pois a política imigratória nacional, no início da colonização, não teve a preocupação com os estabelecimentos de ensino. A imigração que ocorreu no início do século foi intensa, foram criados pequenos povoados, as famílias eram numerosas, aumentando gradativamente a necessidade de mais escolas. O governo não conseguiu prover todas as escolas que os filhos de imigrantes necessitavam; a solução encontrada foi pela reunião das famílias, ocorrendo a criação da escola local de iniciativa própria, mantendo inclusive o professor (FIORI, 2003).

Para que algumas escolas em áreas coloniais fossem mantidas, alguns investimentos foram necessários. Fiori (1991, p. 101) destaca:

As escolas estrangeiras eram mantidas com contribuições da comunidade, embora freqüentemente os colonos fossem ávaros nesse sentido, certamente por não terem, em seus países de origem, conhecido esse padrão de comportamento. Essas escolas recebiam ainda a colaboração do município e também auxílio de países estrangeiros, através dos consulados.

²⁴ Sobre a questão do isolamento e da falta de escola em língua portuguesa, outros estudiosos escreveram sobre o tema, com destaque para Campos (2008) e Orlandi (2009).

Essas circunstâncias contribuíam para que as escolas públicas catarinenses fossem consideradas simples e mesmo pobres, quando comparadas com as escolas particulares que recebiam até material didático doado por evoluídos países europeus.

Outros fatores interferiram negativamente na escola catarinense:

Na ocasião tornou-se também causa do problema para a escola pública catarinense, o baixo custo do trabalho do professor particular em zonas coloniais: recebia ajuda de seu país de origem e ele também era um colono com terra, gado e lavoura. Estava perfeitamente integrado na comunidade local, cujas festas organizava e participava ativamente das reuniões religiosas; por vezes, era até médico, juiz e conselheiro. Durante as aulas acontecia, com freqüência, de um grupo de colonos trabalhar gratuitamente na roça do mestre da escola: a plantação necessitava ser cuidada e as aulas não podiam ser interrompidas. (Fiori, 1991, p. 101).

Dessa maneira, “Os valores culturais básicos transmitidos pelas escolas estrangeiras e mesmo em escolas públicas, e especialmente públicas e municipais, eram, com freqüência, os vigentes no país de origem do imigrante” (FIORI, 1991, p. 101).

Antes de 1930, procurava-se nacionalizar aos poucos, o que os estrangeiros aceitariam de forma gradativa, evitando confrontos. Após essa data, durante o Estado Novo, passou a ter conotação coercitiva, já que “O objetivo era nacionalizar, não importando que muitas vezes, os meios manipulados ferissem instituições, correndo o risco de ficarem sem instrução crianças em uma faixa etária, em que pela instituição, o ensino deveria ser obrigatório” (Monteiro, 1979, p. 47).

As escolas que não utilizavam a língua portuguesa constituíam um problema para as autoridades escolares, como assinalou Ramos (1938, p. 17):

Êste²⁵ o máximo problema da hora presente em Santa Catarina. É que aqui, por motivos vários e

²⁵ Conforme explicitado anteriormente será mantida a grafia original das obras, entrevistas e dos jornais utilizados neste trabalho.

que vêm de longa data, se instalaram centenas de escolas que, zombam da fiscalização, não ministram o ensino na língua vernácula. Por espírito partidário, estreito e condenável, pretendeu-se negar o fato, que a realidade punha à mostra na exibição de brasileiros que ignoravam a língua de sua pátria, apesar de haverem frequentado escolas dentro no território nacional. Tanto que assumi o govêrno, conhecendo a realidade catarinense, porque percorri por vezes o Estado, em suas várias direções, determinei fiscalização escolar mais rigorosa, que a sabia deficiente e frouxa, e exigi fosse cumprido o preceito constitucional que determinava o ensino em português, salvo de línguas estrangeiras. Não pequeno foi assim o número de escolas particulares substituídas por oficiais.

Não foi somente no Estado Novo que a educação teve tamanha importância, ela sempre influenciou todas as gerações e é por meio dela que aconteceram as principais formas de aprendizagem, sejam iniciadas dentro de casa ou, posteriormente, na sala de aula.

Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina tinham características alarmantes – na perspectiva oficial contemporânea – face ao problema de nacionalização, devido aos núcleos adensados de imigrantes, principalmente, os de origem alemã e italiana. Em certos núcleos, a língua nacional era desconhecida ou pouco praticada pela população. Com a influência das ditaduras fascistas, alemã e italiana, a partir de 1933, ocorreu o agravamento dessa questão em áreas de colonização de imigrantes oriundos desses países, pois se passou a considerá-los como inimigos devido a sua origem (D'AQUINO, 1942; PIAZZA; HÜBENER, 1983).

A educação nacionalista proposta por Getúlio Vargas teve o desígnio de formar os novos brasileiros. Nesse contexto, Durkheim (1984, p. 68) reforça que, ao falar do homem, a educação deve prepará-lo. Percebe-se que, no período Vargas, o homem era o trabalhador; nesse sentido, a preparação do homem trabalhador, o que ama o seu país, o que morreria pelo Brasil. Assim, “O homem que a educação deve realizar, não é o homem tal como a natureza o fez, mas tal como a sociedade quer que seja; e esta quere-o tal como a sua economia interna o exige”(DURKHEIM, 1984, p. 68).

A técnica utilizada pelo governo catarinense quanto ao problema da nacionalização foi a escola unificada com o objetivo de alcançar todas as camadas sociais. Todas as crianças nascidas no Brasil são brasileiras; caso se fizesse uma distinção do ensino poder-se-ia impor a lei. Assim, a lei catarinense foi aplicada a toda e qualquer escola. A escola nacional seria destinada a formar o cidadão brasileiro; a alfabetização teria essa finalidade. Todos os nascidos no Brasil teriam oportunidade de aprender a língua nacional, afim de que todas as crianças brasileiras, sem distinção de “origem racial”, fossem educadas no culto às tradições, a língua, aos costumes, compreendendo os direitos e os deveres do cidadão brasileiro. Nem a escola particular poderia ser diferente da pública. Em Santa Catarina, no ano de 1937, conforme D’Aquino (1942), existiam 661 educandários particulares, muitos em zona alienígena. No ano de 1941, sobraram 72, e, a cada escola fechada, outra era aberta pelo poder público. O Decreto-Lei n. 301 (Estadual), de 24 de fevereiro de 1939, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário e a frequência escolar, de certa maneira, ajudou a acabar com o ensino domiciliar.

Portanto, com a adoção obrigatória do ensino em língua nacional nas escolas particulares com Decreto-Lei n. 88 (Estadual), de 31 de março de 1938, o qual estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no Estado, um passo a mais para a nacionalização foi dado. Nesse contexto, Heinsfeld (200X, p. 3) grifa que:

Havia urgência por parte do governo em buscar um caráter de brasilidade para a nação, e então sob a direção do interventor Nereu Ramos começa a nacionalização do ensino, cujas escolas passaram a funcionar com leis que proibiam a língua estrangeira, tendo como professores os brasileiros, e com o ensino voltado para o patriotismo.

Aos poucos, foi-se nacionalizando os imigrantes e seus descendentes. Os ensinamentos em sala de aula eram repassados em casa e, gradativamente em certos casos, e, em outros abruptamente, a língua pátria foi tomando o lugar da língua materna estrangeira.

3.2 A ESCOLA: SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO ESTADONOVISTA

A educação, além da função de ensinar e moldar o indivíduo, também teria outra função, segundo Durkheim (1984, p. 69): “[...] muito longe da educação ter por objectivo único e principal o indivíduo e seus interesses, a educação é antes do mais, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições próprias de sua existência”. Mais adiante aponta:

A educação não se limita a desenvolver o organismo individual no sentido traçado pela natureza, em evidenciar potencialidades ocultas que apenas anseiam revelar-se. Ela cria no homem um ‘homem novo’, e este é constituído por tudo quanto de melhor há em nós, por tudo quanto faculta valor e dignidade à existência. Esta virtude criadora é, aliás, um privilégio especial da educação humana. (Durkheim, 1984, p. 71).

Ainda segundo Durkheim (1978, p. 41), a educação é o meio em que a criança é preparada, garantindo as possibilidades para a sua existência, tendo a educação papel fundamental no desenvolvimento de toda uma sociedade. O texto abaixo reforça essa ideia:

A educação é ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

Para o desenvolvimento educacional e a aprendizagem, a criança necessita do auxílio da escola juntamente com o professor como mediadores. Nesse universo, Charlot (2000, p. 54) descreve sobre a educação e como essa se processa na criança:

A educação é uma produção de si por si mesmo, mas essa autoprodução só é possível pela mediação do outro e com sua ajuda. A educação é

produtora de si por si mesmo; é o processo através do qual a criança que nasce inacabada se constrói enquanto ser humano, social e singular. Ninguém poderá educar-me se eu não consentir, de alguma maneira, se eu não colaborar; uma educação é impossível, se o sujeito a ser educado não investe pessoalmente no processo que o educa. Inversamente, porém, eu posso educar-me numa troca com os outros e com o mundo; a educação é impossível, se a criança não encontra no mundo o que lhe permite construir-se.

A concepção durkheimiana de educação coaduna-se com a proposição do Estado brasileiro no período de análise. O contexto do aparecimento do conteúdo sobre Educação de Émile Durkheim foi diferente, entretanto os fins são os mesmos, adequar as novas gerações, com e na escola pública, aos renovados interesses da sociedade. Observa-se que, para Durkheim, o Estado, quando emite suas proposições, emite para um todo o orgânico, o social. O Estado pensa o bem comum. Quando Durkheim escreveu o que é considerado, hoje, o marco da Sociologia da Educação, ele estava a pensar a República – “res” pública – a coisa pública.

Percebe-se que o Brasil utilizou a escola como um artifício para “entusiasmar” as novas gerações de migrantes e seus descendentes, assim, aos poucos, seria internalizada a cultura brasileira e a valorização nacional do país.

Conforme Durkheim (1984, p.7), “O termo ‘educação’ foi por vezes empregado num sentido muito alargado, para designar o conjunto das influências que a natureza e os outros homens podem exercer, quer sobre a nossa inteligência, quer sobre a nossa vontade”, mas, ainda para o mesmo autor, a educação deve vincular-se, principalmente, aos preceitos morais associados ao republicanismo. No Brasil, os ensinamentos foram sendo repassados aos alunos com sentido direcionado para a valorização do nacional, do cívico e da moral, principalmente. Sobre os elementos da moralidade e o espírito da disciplina da criança, Durkheim (1984, p. 115) descreve:

Na infância, poder-se-ão distinguir duas idades, ou seja, dois períodos: o primeiro, que decorre quase inteiramente entre a família, ou no ensino maternal que, como o nome indica, é um sucedâneo da família, o segundo, que decorre da

escola primária, onde a criança começa a sair do círculo familiar para se iniciar na vida ambiente. É aquilo que chamamos ‘o período da segunda infância’. [...] É, aliás, o instante crítico para a formação do carácter moral.

Em relação ao tema, Durkheim (1984, p. 116) destaca: “É que, normalmente, as escolas públicas são e devem ser o mecanismo regulador da educação nacional”, reforçando que “Na escola se encontra uma boa parte da cultura, e a mais elevada, que não pode ser dada em qualquer outra parte.” Nesse sentido, percebe-se a importância da escola e da educação como meio de interferência a favor dos ideais governamentais de Getúlio Vargas e para o contexto do período.

Os atos humanos se diferenciam pelas finalidades que tentam concretizar, ensina Durkheim (1984, p. 157), e as ações propostas sobre o indivíduo fazem o adestramento do novo indivíduo que passou a ser formado dentro da escola, com a ação, também intencionadas para e sobre os corpos.

Desse modo Machado (2008, p. XX) descreve:

A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular individualizada – o homem – como produção de poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências humanas.

Nos anos 30, novas fórmulas e propostas foram utilizadas para o gerenciamento da sociedade, aprofundando e generalizando o exercício do poder. Eram cada vez mais autoritárias as formas de disciplina utilizadas no Estado Novo (CAMPOS, 2008, p. 63):

O totalitarismo como um conjunto de discursos e práticas orientadas para obter um minucioso controle da população pelo aparelho burocrático-estatal manifestou-se durante a campanha de nacionalização do governo Nereu Ramos, onde se

fez urgente a criação de dispositivos que prestassem auxílio ao governo para proceder investimentos na produção de uma saber sobre a sociedade.

A utilização do corpo como um “objeto de poder” é descrito por Foucault (1986, p. 125):

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo - ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.

Dessa forma, Foucault (1986, p. 127) descreveu sobre a disciplina; por meio dela é possível obter, “um corpo dócil”:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma <<aptidão>>, uma <<capacidade>> que ela procura aumentar; inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa força e produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.

Com a função de moldar o novo brasileiro, um homem forte, um trabalhador para o progresso do Brasil, ocorreu o incentivo ao desenvolvimento do corpo nas aulas de educação física. Algumas escolas, durante o período do Estado Novo, ganharam área para a sua prática. Em Santa Catarina, o Interventor Nereu Ramos (1939, p. 20-21), em seu pronunciamento aos alunos da primeira turma de professores de educação física na cidade de Blumenau, no dia 06 de maio de 1939, declara a importância da educação física:

Orientando a escola ‘no sentido da saúde’, pela prática de exercícios físicos tecnicamente ministrados; instituindo os serviços de higiene pre-natural, pré-escolar e escolar, metódicos, regulares e meticolosos, procuramos, dentro nas possibilidades do erário, assegurar à raça que, neste pedaço privilegiado do Brasil, por ele porfiada e dedicadamente trabalha, com o fortalecimento e o vigor, a alegria santa de viver, que é o melhor instrumento das realizações humanas.

Compareço, por isso, diante de vós com a satisfação íntima e o orgulho patriótico de quem ajustou cuidadosamente mais uma pedra ao monumento dos nossos destinos.

Seguindo em seu discurso, reforça:

Dando ao corpo solidez, agilidade, harmonia e beleza sadia, garantiremos do mesmo passo ao país as energias de que há mister [ofício] para o seu desenvolvimento e para o seu progresso.

Nesta hora de renascimento nacional, a cultura física deve ser ‘parte integrante da vida brasileira’. Não cumprirá o seu dever para com o Brasil a juventude que se não se afeiçoar aos exercícios físicos, deles fazendo o artigo de fê e mandamento cívico.

Nas escolas a educação física. Fóra e além delas, o *esporte*, não como simples diversão, sinão sobretudo como o meio de revigoramento da raça.

Segundo Durkheim (1984), cada sociedade possui um sistema educativo que se impõe aos indivíduos com uma força irresistível; assim, sobre a socialização das novas gerações argumenta que:

A sociedade encontra-se pois, aquando de cada nova geração, em presença de uma quase tábua rasa em que terá de investir novos encargos. Torna-se necessário que, pelas mais rápidas vias, ao ser egoísta e insocial que acaba de nascer, a sociedade lhe acrescente um outro, capaz de levar uma vida moral e social. Eis a obra da educação, cuja grandeza é evidente! Ela não se limita a

desenvolver o organismo individual no sentido traçado pela sua natureza, a tornar evidentes as potencialidades ocultas que apenas pretendiam revelar-se. A educação gera no homem um ser novo.

Esta virtude criadora é, aliás, um privilégio especial da educação humana. (DURKHEIM, 1984, p. 18).

Durkheim (1984, p. 22-23), citando Pestalozzi, descreve que:

Ao aprendermos uma língua, aprendemos todo um sistema de idéias, distintas e classificadas, e herdamos todo o labor de que resultaram essas classificações que se resumem a séculos de experiências. Mais ainda: sem a linguagem, nós não teríamos, por assim dizer, ideias generalizadas, já que é a palavra que, ao retê-las, transmite aos conceitos uma consistência bastante, para que eles ser comodamente dirigidos pelo espírito.

Por outro lado, Durkheim ao enfatizar a intervenção do Estado republicano, assinala: “A criança, exclusivamente educada no seio da família, torna-se no objecto dessa mesma família; ela reproduz todas as particularidades, todos os traços [...]”. A citação de Durkheim (1984, p. 247), corrobora o *status quo* de muitas “colônias²⁶” no sul do Brasil e, em particular no Estado de Santa Catarina, durante o início do século XX: os migrantes e seus descendentes estavam em condições praticamente de isolamento regional: a dificuldade de acesso às colônias foi o ponto que dificultou a penetração da língua portuguesa. Até a criança chegar à idade escolar recebia as primeiras informações dentro do seio familiar, tendo contato com a herança cultural do país de origem de seus familiares. A língua italiana era, em muitas famílias, aprendida naturalmente, em casa e, só após o primeiro filho ir para a escola, é que, muitas vezes, os pais e os outros irmãos, aprendiam, junto com ele, a língua portuguesa.

²⁶ Um território onde diversos indivíduos estão unidos pela proximidade de suas terras; com essa formação tem a criação da igreja e escola para o desenvolvimento local. Podem ou não ser todos da mesma etnia.

O desenvolvimento intelectual e moral são de responsabilidade da família e, somente na falta da mesma, o Estado pode intervir, não devendo imprimir orientações no espírito da juventude a menos que sua família não tenha condições ou não esteja cumprindo seus deveres. Contudo, “A partir do momento que a educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode desinteressar-se dela. Pelo contrário, tudo quanto seja educação deve estar, de algum modo, submetido à sua acção” (DURKHEIM, 1984, p. 25-47).

Durkheim (1984, p. 31) estabelece ainda que, nas relações entre a criança e o educador, esse exerce uma ação sobre a mesma, que se encontra num estado de passividade e

A sua consciência ainda mal contém um reduzido número de representações capazes de lutarem contra as que lhe são sugeridas; a sua vontade ainda é rudimentar. Também se apresenta facilmente sugestionável. Por idêntico motivo, a criança é muito atreita ao contágio do exemplo, muito propensa à iniciação; [...].

Quando os alunos estão estudando em sala de aula, a influência que é exercida sobre os mesmos é diferenciada de quando esses se encontram estudando isoladamente, como argumenta Durkheim (1984, p. 57):

[...] uma turma é uma pequena sociedade, e torna-se necessário não orientar como se tratasse um simples aglomerado de sujeitos, independentes uns dos outros. As crianças de uma turma pensam, sentem e agem de uma forma diferente de que quando se encontram isoladas. Numa sala de aula, produzem-se fenômenos de contágio, de desmoralização colectiva, de sobreexcitação mútua, de efeverscência salutar, que se torna necessário discernir, a fim de prevenir e combater uns, de utilizar os outros.

O controle que foi exercido sobre as atividades escolares permitiu vincular a influência na escola e o processo educacional. “Esse controle vinculou-se a exercícios que visavam a promover a integração do indivíduo à nação pelo trabalho, tendo sido a escola tomada como

instituição nuclear na formação produtiva do cidadão catarinense.” (CAMPOS, 2008, p. 214).

3.3 OS OLHOS DE NEREU RAMOS: OS INTERVENTORES E OS PROFESSORES

Durante a interventoria de Nereu Ramos é possível verificar investimentos institucionais. O Estado se fez presente na sociedade por meio das políticas assistencialistas, que tinham o objetivo de normatizar e regular as condutas por meio de processos educacionais a partir das antigas colônias de imigrantes, como esboçado acima e destacado por Campos (2008, p. 105):

A intervenção sobre o corpo dos alunos, nas escolas, tratava minuciosamente dos gestos e movimentos a serem executados, estando-se para a implementação de dispositivos de regulamentação do uso do tempo. A disciplina escolar equiparava-se àquela levada a termo em instituições como o quartel, a penitenciária ou o convento, inserindo-se numa fobia de vigilância que permeou todos os espaços sociais. A forma como a educação física foi ministrada pode ser tomada como um caso particular de controle do tempo dos indivíduos fora do processo produtivo. Essas formas de controle assemelharam-se às desenvolvidas na produção fabril e constituíram-se em práticas eficazes para preparar futuros trabalhadores e disciplinar a vida de todo o conjunto da sociedade. (CAMPOS, 2008, p. 186-187).

Com as políticas de nacionalização implementadas por Getúlio Vargas, ocorreu uma reorganização do ensino e, a partir daí, concretizou-se com o professor Luis Sanchez Bezerra da Trindade, responsável pela Diretoria da Instrução Pública, o que é conhecida como reforma Trindade como descreve Fiori (1991), reforçando:

Pode-se dizer que no período de 1935 a 1950, em Santa Catarina, a instrução pública esteve sob a liderança dos Inspectores Escolares Luiz Trindade,

João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa. Os dois primeiros fizeram parte da equipe de trabalho de Orestes Guimarães. [...]

O poder de mando ora concentrava-se mais na mão deles, ora oscilava para um para outro; mas é valido considerar que sempre circulou entre esses três professores – Trindade, Areão e Elpídio – que passaram a ser conhecidos como “a santíssima trindade da educação”.

Num hábil stratagem – sem exonerações que poderiam provocar antipatias públicas – no ano de 1938, Nereu Ramos criou a Superintendência Geral de Ensino da Secretaria do Interior e Justiça. A esse órgão foram subordinados todos os serviços referentes ao ensino, inclusive o Departamento de Educação. (FIORI, 1991, p. 124).

Os estados do Sul foram afetados diretamente com as medidas dos governos, federal e estadual, como o já referido acima e também destacado por Fiori (1991, p. 134-135):

Nessa época – ano de 1938 – Os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul elaboraram as primeiras leis de nacionalizadoras, concebidas dentro de um mesmo plano e com idêntica concepção da problemática. Nesses três Estados, o ensino primário passou a ser ministrado exclusivamente em português; foram proibidas legendas, dísticos e inscrições em outro idioma que não o nacional; os estabelecimentos de ensino não podiam receber subvenções de governos ou de instituições estrangeiras; as escolas particulares deviam ser registradas nos órgãos oficiais competentes e era necessário que seus diretores e professores fossem de nacionalidade brasileira. E passou a haver severas penas, para os infratores de quaisquer dessas determinações legais.

Essa função passou a ser exercida pelo inspetor escolar como descreve Fiori (1991, p. 98):

O cargo de Inspetor Escolar era remunerado e em comissão. Desses profissionais exigia-se que

fossem diplomados em Curso Superior, Ginásio ou Escola Normal; e logo após nomeados deviam praticar durante dois meses nos Grupos Escolares, acompanhando sua organização, métodos e processo de ensino.

O Estado foi, então, dividido em três grandes distritos escolares, mas cabia aos inspetores fiscalizar qualquer região escolar que lhes fosse atribuída e sua jurisdição recaía sobre as escolas particulares e públicas – estaduais e municipais. Deviam residir na Capital e durante as viagens recebiam diárias.

Fiori (1991, p. 98) observa ainda: “Cabia aos Inspetores visitar as escolas onde fiscalizavam e orientavam aspectos administrativos e pedagógicos, dando especial ênfase à frequência escolar e ao ensino da língua nacional”. A criação da Inspeção Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino está descrita no Decreto-Lei 124 de 18 de junho de 1938.

Destacou-se a criação de maior número das inspetorias escolares e, assim, aumentou a fiscalização nas escolas (RAMOS, 1941).

Desse modo, “O espírito da nacionalização do ensino que devia orientar o Inspetor Escolar, era não somente fazer com que as escolas ensinassem a língua vernácula, mas conseguir que a **nova geração vibrasse e sentisse com entusiasmo a pátria que a viu nascer**” (FIORI, 1991, p. 134, destaques nossos).

O currículo de formação escolar para professores sofreu modificações entre os anos de 1935 e 1939, na tentativa de outra efetivação para o desenvolvimento educacional do país. Essa necessidade de mudança veio ao encontro da política nacionalista imposta por Getúlio Vargas no Estado Novo, quando o país precisava formar novos professores para substituir os professores estrangeiros e melhorar a formação dos seus professores para aperfeiçoar a formação das novas gerações, pois, muitos ainda utilizavam a língua materna de origem, marginalizando a língua portuguesa.

O Quadro 2 apresenta o Currículo de 1935²⁷ para a formação de professores.

²⁷ Pelo Decreto-Lei n 713 de 05 de janeiro de 1935 transformaram-se as escolas normais em Institutos de Educação.

Escola Normal Primária	Escola Normal Secundária	Escola Normal Superior Vocacional
Português	Português e Literatura	História e Filosofia
Aritmética, Geometria e Álgebra	Francês	Literatura
Francês, Alemão, Inglês	Alemão	Higiene e Puericultura
Geografia e Geografia do Estado	Latim	Psicologia Geral e Infantil
História do Brasil, História da Civilização	Aritmética e Álgebra	Psicologia Aplicada à Educação
Ciências Físicas e Naturais	Geometria	Sociologia
Agricultura	Geografia	Sociologia Educacional
Noções de Pedagogia e Psicologia	Cosmografia	Pedagogia
Desenho	História da Civilização	Didática
Música	Física	Metodologia Geral e Especial
Trabalhos	Química	Legislação Escolar
Educação Física	História Natural	Desenho
	História do Brasil e do Estado	Trabalhos
	Filosofia	Música
	Matemática	Educação Física (Didática)
	Desenho	Prática Pedagógica
	Música	
	Trabalhos Manuais	
	Educação Física	

Quadro 2 : Currículo de 1935 para a formação de professores

Fonte: Retirado do Quadro: Currículo dos Cursos de Formação de Professores em Santa Catarina: 1883–1946, (DAROS, 2005, p. 17)

O Quadro 3 contém o Currículo de 1939²⁸ para a formação de professores.

Curso Fundamental (Preparação para o Curso Normal)	Curso Normal
Português e Literatura	Psicologia Educacional, Pedagogia
Francês	Biologia Educacional
Latim e Alemão	Sociologia Educacional, História Natural
Matemática	Metodologia e Prática do Ensino
História Natural	Língua e Literatura Vernácula
Ciências Físicas e Naturais, Física e Química	Desenho Pedagógico
História da Civilização	Música e Canto Orfeônico
Geografia e Cosmografia	Trabalhos Manuais para Homens
Desenho	Trabalhos Manuais para Mulheres
Música	Educação Física para Homens
Trabalhos Manuais	Educação Física para Mulheres
Educação Física	

Quadro 3 : Currículo 1939 para a formação de professores

Fonte: Tabela retirada do Quadro: Currículo dos Cursos de Formação de Professores em Santa Catarina: 1883-1946, (DAROS, 2005, p. 17)

Destacaram-se nos Quadros 2 e 3 ocorre a presença da disciplina Educação Física tanto para homens e mulheres, em todos os níveis, com exceção do Curso Normal onde ocorria a separação da disciplina de Educação Física de homens e mulheres.

A escola primária era gratuita e obrigatória (retirado do art.1º do Dec. nº714, de 3/3/1939). As escolas públicas primárias compreendiam:

²⁸ Pelo Decreto-Lei n 306 de 02 de março de 1939, reorganizaram dos Institutos de Educação do Estado.

grupos escolares, escolas isoladas. Havia também o curso complementar e os cursos noturnos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1942).

O Curso Complementar, com a finalidade de intensificar e ampliar a cultura primária, em seu programa, abrangia as aulas de português, francês, matemática, ciências físicas e naturais, desenho, geografia geral e do Brasil, história da civilização e do Brasil e trabalhos manuais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1942).

Os Grupos Escolares eram criados e instalados dependendo da necessidade: teriam, no mínimo, três classes, podendo ser mistas ou não (retirado do art. 3º do Dec. nº714, de 3/3/939). As disciplinas: leitura, linguagem, aritmética, geografia, geometria, história do Brasil, instrução cívica, ciências físicas e naturais, trabalhos manuais, desenho, canto e ginástica (retirado do art. 18 do Dec. nº714) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1942)

As Escolas Isoladas só eram instaladas onde não houvesse número de alunos suficientes, prédio ou grupo escolar (retirado do art. 18 do Dec. nº714) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1942).

Os cursos noturnos estavam contemplados, mas com especificidades acima de 30 alunos com idade superior a 14 anos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1942).

O ensino particular deveria seguir as normas do Decreto-Lei 88, de 31 de março de 1938. Esses estabelecimentos deviam ter autorização para o seu funcionamento e conforme cita o artigo 7 do mesmo decreto, é obrigatório “dar em língua vernácula tôdas as aulas do cursos pré-primário e complementar, salvo quando se tratar do ensino de idioma estrangeiro” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1942).

A padronização e a normatização da educação pelo Ministério da Educação, como descrito, demonstram quais os caminhos a educação brasileira iria seguir, com o objetivo de nacionalizar a todos os seus cidadãos.

3.4 AS TÁTICAS DA ESCOLA

Para que a língua materna dos estrangeiros fosse efetivamente erradicada e a língua portuguesa tomasse o seu lugar, medidas foram adotadas com diferentes consequências para os migrantes e seus descendentes:

A obrigatoriedade do ensino em língua vernácula e a instituição sucessiva de medidas intervencionistas através de decretos estaduais e da legislação federal nos anos de 1938 e 1939 inviabilizaram as escolas etnicamente orientadas. Muitas tiveram de encerrar suas atividades porque não cumpriram as principais exigências contidas na nova legislação: todas as escolas deviam ter nomes brasileiros, só brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras, as aulas deviam ser ministradas em português, sendo vetado o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos, as subvenções de governos e instituições estrangeiras foram proibidas. (SEYFERTH, 1999, p. 220).

Em 1937, ocorreu a criação do Instituto Nacional do Livro por incentivo do Ministro da Educação Gustavo Capanema. Suas atribuições eram “[...] a edição de obras literárias [...] para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas” (CPDOC/FGV [19--], s/p).

O governo de Getúlio Vargas utilizou vários textos para fazer florescer o sentimento nacionalista como representado na cartilha escrita para as crianças.

Crianças!

Aprendendo, no lar e nas escolas o culto da Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito. Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as Nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro. (FGV, 2007, s/p).

As utilizações de material determinado previamente pelas instituições reforçavam a intenção do governo para a nacionalização da população de imigrantes e seus descendentes. Capelato (1998, p. 228-

229) cita várias lições do livro “**O Brasil é bom**”²⁹ que eram direcionadas ao propósito de reeducar, como a abaixo:

Na lição 11 do livro “**O Brasil é bom**”, colocou-se a pergunta: “**O imigrante é um mal?**” A resposta dizia:

Não o imigrante que trabalha no campo, que exerce atividade agrícola, é um colaborador da riqueza nacional. O imigrante que ensina seu filho a falar a nossa língua a ser um bom brasileiro merece nosso respeito e a nossa estima. Só não merecem o nosso respeito e nossa estima os que se converterem em elementos de perturbação da vida nacional, exercendo atividades políticas proibidas pela Constituição do Brasil. O Brasil é dos brasileiros. O Brasil recebe e acolhe os estrangeiros, mas não quer inimigos debaixo de seu teto. Brasileiros, tenhamos orgulho do Brasil! O Brasil é bom. (destaques do autor).

Os materiais utilizados nas escolas públicas eram os livros de leitura, os quais apresentavam diversos textos direcionados didaticamente ao desenvolvimento do bom aluno, o verdadeiro brasileiro. Segue o texto número 25 do **Primeiro Livro de Leitura**:

Boas qualidades e defeitos das crianças

O menino *aplicado* ouve tudo o que diz o professor e por isso aprende com facilidade.

O menino *leviano e vadio* nunca presta atenção às palavras do professor; cuida mais de observar as moscas do que estudar as lições; ficará por isso *ignorante*.

O menino *delicado* sabe agradecer às pessoas que lhes fazem algum favor ou lhe dão algum presente; cumprimenta as pessoas mais velhas; é um menino *amável*.

O menino *grosseiro* não agradece os favores que recebe; nem cumprimenta as pessoas de respeito; é um menino *desagradável*.

O menino *serviçal* gosta de ajudar aos outros, o menino *egoísta* cuida só de si.

²⁹Não foi localizada autoria da obra e data de publicação do mesmo. “**O Brasil é bom**” é uma obra de caráter didático, descrito por Capelato, **O Brasil é bom**, DNP, 1938.

O menino *discreto* não fala torto e a direito e sabe guardar segredos.

O menino *agradecido* lembra-se sempre do favor que lhe fizeram e é amigo da pessoa que lhe faz bem.

O menino *ingrato* esquece-se dos benefícios que recebe e não gosta do seu benfeitor.

O menino que chega à escola à hora certo, é *pontual*.

O menino *descuidado* chega sempre atrasado à escola e não prepara as lições.

(s/a, p. 34-35, destaques do autor)

Outro exemplo é a Lição 29 do **Primeiro Livro de Leitura**, que descreve:

Ao entrar na aula.

Bom dia! Bom dia!

Começa o labor,

Produz alegria

Do estudo o fervor,

Meu mestre, meu guia,

Meu bom professor!

Ninguém de improviso

Consegue saber.

Na vida é preciso,

Lutar, aprender,

Quem fica indeciso

Não pode vencer.

É vão todo o ensino

Que a Deus não conduz;

Por isso me inclino,

Pedindo que a luz

Do auxílio divino

Me tragas Jesus!

(AFONSO CELSO, p. 43).

Do **Terceiro Livro**, foi retirada a lição 36:

Oração Pela Pátria

Deus, que tantas nações creaste,

Que tantos povos glorificaste,

Na longa história que o mundo encerra!

O' Deus clemente, não desampares

O amor que habita em nossos lares!
Cobre de bênçãos a nossa terra!
Terra de sol, de estrêlas e de rosas,
Quando dormes, feliz, em plácido abandono,
O Cruzeiro do Sul das noites gloriosas
Abre os braços de luz, para benzer-te o sono!
O' Deus, que fazes a vida e a morte!
Torna essa Pátria ditosa e forte
Dos verdes campos à verde serra!
E reine eterna felicidade
Em cada vila, casa cidade
E cada aldeia da nossa terra!
Terra de infinitos céus e gigantes montes,
Quando dormes, exausta, em plácido abandono,
O Cruzeiro do Sul, dourados horizontes,
Abre os braços de luz, para benzer-te o sono!
O' Deus, a Pátria será contigo...
E se a bandeira correr perigo
Entre os funestos clarões de guerra,
O' Deus, ó fonte dos bens supremos,
Pela bandeira nós morreremos,
Beijando a terra da nossa terra!
Terra das nossas mães! Pátria bendita e pura,
Quando dormes, feliz, em plácido abandono,
O Cruzeiro do Sul, que sôbre ti fulgura,
Abre os braços de luz, para benzer-te o sono!
(ORESTES GUIMARÃES JÚNIOR, 1939, p. 62)

As cartilhas, material didático voltado para a educação de cunho nacionalista, foram largamente empregadas na sala e era estudada pelas crianças. Na aprendizagem escolar, esteve incluída a valorização dos símbolos nacionais, principalmente a bandeira e o hino nacional. O hino era cantado regularmente pelos alunos na escola e em todas as solenidades cívicas e comemorações públicas.

3.4.1 Gustavo Capanema: Ministro da Educação

Gustavo Capanema tomou posse em 26 de junho de 1934 no Ministério da Educação e Saúde Pública, que havia sido criado em 1930, ocupando o cargo de Ministro até dia 29 de outubro de 1945.

Naquele período, como já tangenciado, ocorreu a campanha de nacionalização por todo o país, e “A nova constituição da nacionalidade

deveria ser a culminação de toda a ação pedagógica do ministério, em seu sentido mais amplo.” Os autores SCHWARTZAMAN; BOMENY; COSTA (1984, p. 141-142) descrevem três aspectos do esforço da nacionalização da educação: O primeiro refere-se a dar um conteúdo nacional à educação, que deve ser transmitido nas escolas e instrumentos informativos, conteúdo que nunca foi definido: “[...] a nacionalidade deveria firmar-se pelo uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo o território nacional”. O segundo aspecto era a padronização, como por exemplo, livros didáticos, currículos para os cursos. O terceiro aspecto dizia respeito “à erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais”.

Dentre as medidas tomadas, “O Ministério da Educação deveria criar e executar um programa de desapropriação progressiva das escolas estrangeiras, nomeando diretores brasileiros até a substituição completa dos professores estrangeiros por nacionais *seleccionados*”. O ministério queria a colaboração da igreja para que a mesma não apoiasse grupos estrangeiros. Contou também com o apoio do Ministério do Trabalho, transformando agremiações operárias em sindicatos (SCHWARTZAMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 144-145, destaque do autor).

Capanema promoveu uma ação nas escolas mantidas nas colônias alemãs no sul do país: naquele período, foram fechadas mais de duas mil escolas principalmente após a declaração da guerra do Brasil à Alemanha (CPDOC/FGVI, [19--]).

No ano de 1942, ocorreu a Reforma Capanema, como foi chamada a Lei Orgânica de Ensino Secundário. A discussão sobre o tema iniciou-se na gestão de Francisco Campos e foi promulgada em 09 de abril de 1942, na gestão de Capanema. Assim, o ensino secundário passou a ser: o primeiro ciclo de quatro anos e o ginásio de três anos, com valorização da cultura geral e humanística; instituiu-se a educação militar para os meninos; a educação moral e cívica passou a ser obrigatória e recomendou que a educação feminina ocorresse em estabelecimento distinto do masculino. Essa lei permaneceu em vigor até sua substituição pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a LDB no ano de 1996 (CPDOC/FGVm, [19--]). Assim:

A reforma do ensino secundário de 1942 ficaria em síntese caracterizada pela intenção de consolidar a escola secundária como principal instituição educacional e através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional

comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria. Através dela, também, esperava-se produzir uma nova elite para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional. (SCHWARTZAMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 202).

Nesse mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com a função de representar a identidade e a memória da nação (CPDOC/FGVn, [19--]).

Além de outras medidas, a campanha de nacionalização atingiu todos os migrantes e seus descendentes que ainda não utilizavam a língua nacional. Percebeu-se que, pelo fato de haver o perigo nazista, os alemães foram mais vigiados e perseguidos, seguidos dos italianos, em razão do grande número de imigrantes no Brasil (HEINSFELD, 2001; FALCAO, 1999).

As escolas deviam ter a representação da brasilidade não só em palavras, mas na representação simbólica dentro da instituição. Os símbolos nacionais tinham que ser vistos por todos. Diversas maneiras auxiliaram a nacionalização dos alunos, uma delas foi a Liga Pró-Língua Nacional, como destacado nos jornais lidos para esta pesquisa, instituição que visava o espírito de cooperação implantado na escola, objetivando à colaboração de alunos no sentido de expansão do espírito nacional. Nesse contexto, destacou-se a função da escola de formar brasileiros de corpo e alma. Todos os alunos tinham o dever de colaborar, de conhecer a função da liga e o professor era o encarregado de instalá-la. Os alunos colecionariam gravuras das paisagens do Brasil e os professores auxiliariam nos álbuns. Cabia à Liga a organização da Semana da Criança e da Brasilidade para a exaltação do país. Já os círculos de professores tinham a função de ampliar os conhecimentos da Língua Pátria (DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO, 1944).

Segundo D'Aquino (1942, p. 30), os italianos eram “[...] facilmente assimiláveis ao meio nacional, pela sua identidade latina e pela sua formação moral religiosa”. Com a utilização da educação, o intento nacionalista foi aos poucos ganhando força, a língua pátria foi substituindo forçadamente a língua estrangeira nos locais públicos.

Contudo, a resistência dentro de casa e nas reuniões familiares e festivas continuava.

Além do fator citado acima, a escola, o inspetor e o professor, cada um fez seu papel, o de moldar **o novo brasileiro**, com as estratégias feitas no âmbito da educação para alcançar o principal objetivo: a supressão da língua estrangeira.

Com os decretos, a legislação foi utilizada como reguladora e legitimadora para silenciar o indivíduo que não falava a língua portuguesa em todo o Brasil.

As cartilhas ensinavam os novos brasileiros o amor e respeito à pátria brasileira. Esses novos brasileiros assimilavam os conteúdos cívicos e culturais brasileiros, levando para os lares informações e formação de “brasilidade”.

4 - A COLONIZAÇÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE – Uma Reconstrução Histórica

Quase un salto nel buio, un cambiamento radicale di vita dopo un lungo viaggio verso allo sconosciuto. Così comincia ad esse scritta la più importante pagina dela storia dei nostri nonni e nonne che partono dall'Italia fuggendo dalla fame, dalla miseria e mancanza di lavoro, per cercare, soprattutto, un pezzo di terra e così poter vivere com dignità el loro vite nel Nuovo Mondo. (DALMOLIM, 2004, p.11).³⁰

Este capítulo demonstra como ocorreu o processo de colonização do Vale do Rio do Peixe, na sua formação étnica, e como os colonizadores colaboraram e sofreram com a política de um ESTADO, apresenta o surgimento das cidades que percorrem o caminho do Rio do Peixe e a interferência dos imigrantes e de seus descendentes de origem italiana na construção do Vale.

4.1 ANTECEDENTES E A COLONIZAÇÃO DE ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES

4.1.1 As disputas e suas interferências na região

Segundo destaca Nodari (2009, p. 24) sobre a importância da disputa das terras tanto em nível internacional quanto em nacional “[...] durante as fases de ocupação indígena e cabocla, despertou a atenção do governo estadual para a necessidade de criação de uma política governamental de povoamento”. Dessa maneira, ocorreu o incentivo as migrações para a ocupação daquelas terras. Assim “Essa política gerou a vinda, a partir das primeiras décadas do século XX, de um contingente significativo de pessoas, tornando a historia da região diferente de outras nas quais não houve essa preocupação com o setor público”

³⁰ Tradução da autora da obra: Um salto quase no escuro, uma mudança radical de vida após uma longa viagem rumo ao semi-desconhecido. Assim começa a ser escrita a mais importante página da história de nossos nonos e nonas que partem da Itália fugindo da fome, da miséria, da falta de trabalho, buscando sobretudo, um pedaço de terra no Novo Mundo para viver com dignidade suas vidas (DALMOLIM, 2004, p.11).

A Guerra do Contestado foi uma disputa de terras, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, por uma área localizada entres os Rio do Peixe e o Rio Peperiguaçu, habitada inicialmente por posseiros e pelos trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Outro elemento que se soma a essa população são os monges, que passam a ter muitos seguidores por suas pregações. Um deles é o monge José Maria que se estabeleceu em 1912 nos campos de Irani. O monge não aceitava os problemas sociais que afetavam a população local. Entre os diversos problemas já descritos, destacava-se a ocupação de terras devolutas pela empresa *Brasil Railway Co.*, ocupadas por nativos, e as invasões de paranaenses. Tais invasões se caracterizaram por ataques à população local, ocasionando muitas mortes. Somente no ano de 1916, apresentou-se uma solução para os conflitos com a definição dos limites entre as duas regiões. Em decorrência desse acordo, surgiram os municípios de Mafra, Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó (PIAZZA; HÜBENER, 1983).

Assim, acompanhando o trajeto da estrada de Ferro, diversas famílias descendentes de imigrantes europeus deixaram as antigas colônias riograndenses e se instalaram em território catarinense, ocupando áreas desabitadas, até então. Dessa maneira, todo o meio oeste e oeste catarinense foram ocupados³¹ (HEINSFELD, 1996).

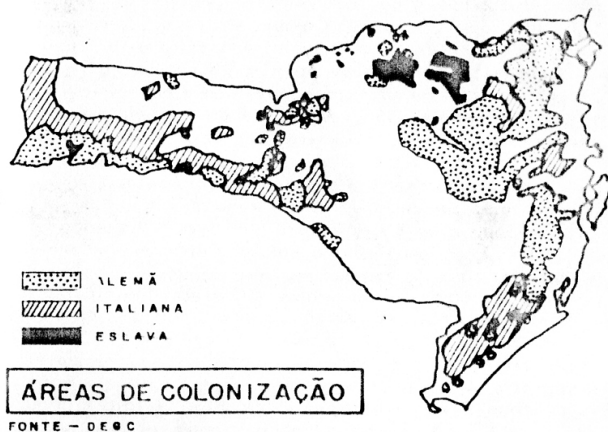
O mapa 1 mostra o traçado da estrada de ferro, cortando o estado de Santa Catarina e seguindo o curso do Rio do Peixe.

³¹ Zago (2007,) tratou sobre o mesmo assunto na perspectiva da cidade de Videira e descendentes de origem alemã. Videira é uma das cidades à margem esquerda do Rio do Peixe.

[...] dando assim um lugar ao branqueamento desta mesma população” (FALCÃO, 1999 p. 169). Mas esse intenso processo elevou o número de imigrantes e de descendentes que mantinham sua própria cultura no país. Por essa razão, tornou-se necessária, segundo o governo brasileiro da década de trinta, a promoção do processo de nacionalização desses indivíduos. Assim destaca Seyferth (1999, p. 199):

A necessidade de assimilação, de caldeamento, dos identificáveis como alienígenas ou estrangeiros – categorias que, indistintamente, remetem a indivíduos que não nasceram no país (mesmo quando naturalizados) e aos descendentes de imigrantes portadores de identidades étnicas consideradas incompatíveis com o pertencimento à nação –, porém, tornou-se uma questão urgente de segurança nacional na década de 30.

Abaixo o Mapa 2 que demonstra as áreas de colonização no estado de Santa Catarina.



Mapa 2: Áreas de Colonização em Santa Catarina
Fonte: Santos, [19--], p. 81

Segundo Seyferth (1999, p. 211): os imigrantes estrangeiros tiveram prioridade sobre outros pela cor da sua pele clara. Outro ponto a seu favor era o fato de serem agricultores; tinha-se necessidade também de lavradores e artesões, dentre outras profissões; contudo a cor da pele

foi ideal, pois, “Em suma, *negros* e *amarelos*, para usar categorias consensuais de cor, eram vistos como elementos perturbadores do processo de formação de uma nação branca e civilizada”.

Alguns imigrantes alemães e italianos e descendentes vieram principalmente de algumas cidades do Rio Grande do Sul para a região do oeste de Santa Catarina, com a intenção de recriar suas práticas socioculturais. As próprias empresas colonizadoras com suas propagandas passavam essa idéia, elas haviam feito investimentos altos na compra de terra, aberturas de estradas e necessitavam de retorno financeiro o mais rápido possível (NODARI, 2009).

A forma de propaganda utilizada pelas empresas colonizadoras para a atração de novos compradores foi a publicidade por meio de anúncios em jornais, panfletos, almanaques e agentes contratados. Outro fator muito atrativo em Santa Catarina destacava-se pelo fato que “No oeste, ainda era possível a compra de glebas de terra contínuas, o que permitia que as famílias permanecessem unidas, o que já não estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, onde as famílias tinham que se separar por causa da falta de áreas perto dos pais” (NODARI, 2009, p. 38-42). Como exemplo, foi utilizado o jornal *Staffetta Riograndense*³², escrito em italiano e que atingia as áreas das colônias de imigrantes italianos e seus descendentes. Essas propagandas procuravam destacar a nova fronteira agrícola, assim podendo reconstruir o seu espaço sociocultural (RADIN, 2003, p. 38-39).

No Quadro 4, estão descritas as principais empresas colonizadoras que atuavam na região Oeste de Santa Catarina, negociando as terras na região.

³² Esse jornal mais tarde passou a chamar-se **Correio Riograndense**, (alterou seu nome pelo processo de nacionalização, segundo Nodari) e era distribuído na região do Vale do Rio Peixe. Em anexo, são apresentados dois anúncios desse jornal sobre vendas de terras nas figuras 14, p. 158 e 15 p. 159.

COLONIZADORA	SEDE	ÁREA DE ATUAÇÃO
Brazil Development and colonization Company	Portland (EUA)	Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó
Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia.	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso.	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Chapecó – sede e outras áreas
Companhia Territorial Sul Brasil	Rio Grande do Sul	Chapecó (Extremo-Oeste)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahron & Cia Ltda	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba
Empresa Chapecó – Peperi Ltda.	Rio Grande do Sul	Chapecó - Mondai
Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Chapecó – colônia Porto Novo/Itapiranga
Barth, Benedeti & Cia Ltda (Barth, Annoni & Cia Ltda.	Rio Grande do Sul	Chapecó – região de São Miguel d’Oeste
Angelo di Carli, Irmãos e Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Nardi, Bizzo, Simom & Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Irmãos Lunardi	Rio Grande do Sul	Chapecó
Empresa Povoadora Pastoral Theodore Capelle	São Paulo	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	Chapecó (Itaberaba e Itacorubá)

Quadro 4 : Colonizadora com negócios no Oeste de Santa Catarina

Fonte: Nodari, 2009, p. 37

Nota-se, pelo Quadro 4, que eram em número de treze as principais colonizadoras, por área, indicando alta probabilidade de concorrência entre elas; mas também se deve observar pelos nomes das empresas que as colonizadoras visualizadas no referido quadro tinham focos de nichos étnicos diferenciados, principalmente entre migrantes de origem alemã e italiana.

4.3 A COLONIZAÇÃO ITALIANA

A colonização italiana marcou de certa maneira o modelo colonizador do oeste catarinense com a pequena propriedade. Sua presença também foi marcante em todo o sul do país. A colonização foi mista, dividindo-se entre italianos e alemães e seus respectivos descendentes. A população que se direcionou para o oeste de Santa Catarina era jovem e estava iniciando sua vida econômica o que favorecia o trabalho agrícola. Assim os migrantes passaram a organizar sua vida a partir da família e da comunidade, logo construíram a sua igreja e foram se organizando social e culturalmente (RADIN, 2003).

Com o surgimento das pequenas colônias de imigrantes, houve a necessidade de implementar algumas condições mínimas para a sua sobrevivência. Iniciava-se com a construção de uma casa provisória com madeiras retiradas da própria mata e, posteriormente, o paiol para que se guardassem as ferramentas de trabalho e os alimentos produzidos. Mais tarde era construído o estábulo ou um coberto para o alojamento dos animais que auxiliavam no sustento alimentar e no trabalho da roça.

Desse modo, também adveio a necessidade de incrementar os meios de transportes para interligá-las, assim como destacam Piazza e Hübener (1983, p. 88): “[...] com a abertura de picadas, alargadas por força do impacto de veículos puxados por animais e mais tarde motores”. O aumento da produção exigiu construções de algumas estradas de ferro. O trem tornou-se o mais rápido meio de transporte de carga e de pessoas, ligando as cidades e os estados.

Outro fator de colonização descrito por Piazza e Hübener (1983, p. 107-108) foi “a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande pela ‘Brazil Railway Co.’[sic]. O trecho catarinense foi iniciado em 1908 [...]”. Destacam que “a construtora da estrada, conhecida como ‘Sindicato Farqhar’[sic], recebeu em pagamento, terras equivalente a quinze quilômetros de largura, ao longo dos trilhos”.

A construção da estrada de ferro também foi estratégica para a questão territorial como destaca Heinsfeld (1996, p. 104-107), tendo o seu traçado definido pelo curso do Rio do Peixe, região próxima aos conflitos³³. Nodari (2009, p. 26) salienta que a região “[...] só terá um real impulso após a solução do Conflito do Contestado entre o Paraná e Santa Catarina”.

³³ Essa região é a do Contestado, onde ocorreu, no início do século XX, uma disputa de terras entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

A estrada de ferro tinha aproximadamente 900 quilômetros e trouxe profundas modificações para toda a área em toda a sua extensão (RADIN, 2003).

Para promover a colonização dessas terras, a *Brazil Railway Co.* criou uma subsidiária: a *Brazil Development and Colonization*, cujo objetivo era vender os lotes aos imigrantes. A sede ficava nos Estados Unidos da América do Norte. Naquelas áreas, já existiam alguns posseiros ou mesmo proprietários; contudo, a empresa fez propagandas dessas terras em regiões de colonização alemã em Santa Catarina (PIAZZA; HÜBENER, 1983).

Na região do Vale do Rio do Peixe, a população que aqui estava estabelecida era a nativa, a cabocla e o indígena; todos viviam da extração de erva mate e do cultivo de alguns produtos como o milho, feijão e batata dentre outros, visando a sua subsistência (RADIN, 2003).

No processo de colonização, o entendimento de posse e o uso de terras dos nativos não foram levados em conta. Os povos indígenas e os caboclos tinham o seu entendimento do uso da terra, a ideia de posse, assim as divisas não tinham a mesma importância que para os colonizadores. Com a intensificação da colonização, eles não entendiam as razões de ter uma escritura e pagar impostos (RADIN, 2003).

A região oeste catarinense era propícia à colonização pelo grande número de lotes e esses passaram a ser vendidos aos colonos. O clima, muito parecido com o das antigas colônias do Rio Grande do Sul, era favorável e os preços dos lotes considerados baixos. A maioria das empresas colonizadoras eram as mesmas que haviam atuado na venda das colônias no estado do Rio Grande do Sul. Juntamente com a criação dos municípios de Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó, havia a necessidade de colonizar essa região; assim repetiu-se o modelo de ocupação do espaço do estado vizinho (RADIN, 2001a).

Outro incentivo para a imigração da região foi a mentalidade de enriquecimento por parte dos italianos: quando eles deixavam a Itália eram movidos pela ideia de fazer fortuna em outro país, encontrar um lugar melhor com mais liberdade. Dessa forma, muitos italianos e descendentes vieram do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense para fazer a vida por meio da agricultura. Alguns desses imigrantes e descendentes vinham com certo capital ou mesmo com diversos pertences, outros não. Alguns já tinham amigos ou parentes estabelecidos previamente na localidade, o que facilitava a vinda e a permanência dos mesmos (RADIN, 2001a).

Os anseios, os medos e a promessa de um futuro melhor estão descritos nas palavras de Hermínio Moro, que deixou o Rio Grande do Sul e veio para o Vale do Rio do Peixe “fazer a vida”, acompanhado de sua mulher e de seus filhos.

Com garra de vencedor e carregando na mala uma muda de roupa e um par de tamancos e, no bolso, meia dúzia de Conto de Réis, moeda da época, embarca num trem que o levaria às realizações de seus sonhos. Foram duas noites e dois dias de viagem com ‘baldeações’ (troca de trem), até a sua chegada na estação desejada: ‘Bom Retiro’, hoje estação Luzerna. Na época Bom Retiro pertencia ao município de Cruzeiro do Sul, que mais tarde denominou-se Cruzeiro e, atualmente Joaçaba.

Ao desembarcar, o corpo dolorido das tantas horas sentado em um banco de madeira da segunda classe do trem passou a não ter significado algum diante do que via: um grande rio de águas límpidas e cristalinas (soube depois que se chamava Rio do Peixe) [...].

Respirou profundamente e a brisa o embriaga de um perfume especial, inesquecível: um misto de pureza da água e das flores da vegetação das encostas. Naquele momento, seu coração disparou e Hermínio compreendeu que ali seria o seu lugar, seu mundo novo. Mundo de esperança e curiosidade [...].

Numa pequena embarcação, atravessou o rio e, ao chegar na outra margem, encontrou com facilidade, no pequeno vilarejo, a casa em que vivia seu cunhado Atilio Fontana com a família.

Recebido com a alegria e o estardalhaço próprios dos italianos, à noite, à luz do lampião, durante o jantar comendo a saborosa polenta com ovos fritos [...] passou a conhecer as possibilidades que aquele lugar lhe oferecia.

[...] Assim, em 1934, desembarca na estação de trem Bom Retiro, o restante da família [...]. (ZAMBONI, 2005, p. 15-18).

Faz-se perceber que, no oeste catarinense, devido à forte imigração estrangeira, muitos teuto e italianos faziam parte da elite

local; contudo os dirigentes da região compunham uma elite de origem portuguesa, os chamados também de luso-brasileiros, e “Essas pessoas, apesar de constituírem um número relativamente pequeno, acabaram ditando as normas, especificamente durante o Estado Novo” (NODARI 2009, p. 19-20).

Uma região muito próspera, com terras disponíveis para a produção agrícola, começou a formar as pequenas colônias de imigrantes e descendentes, juntamente com alguns moradores locais. Esses utilizavam a água do Rio do Peixe para o desenvolvimento local. Assim, como reforça Martins (2009), muitos colonos vinham para o Vale do Rio do Peixe atraídos pelo solo de boa qualidade, pelas condições climáticas e pelos recursos naturais.

4.4 O VALE DO RIO PEIXE

Em toda a sua configuração, o Vale do Rio Peixe, no contexto do século XX, abrange cidades que perpassam a extensão do Rio do Peixe em Santa Catarina, entre outras: Joaçaba, Herval D’Oeste, Caçador, Rio das Antas, Videira, Tangará, Luzerna, Lacerdópolis, Pinheiro Preto, Piratuba e Capinzal.

As cidades focadas em nesta pesquisa são Luzerna, Herval D’Oeste, Joaçaba e seu distrito de Nova Petrópolis, parte importante do contexto de desenvolvimento econômico, político e social do Vale do Rio do Peixe.

4.4.1 Os primórdios

Com o fim de tornar legítima a posse das terras que hoje fazem parte do território catarinense, foram

[...] requeridas, na comarca de Palmas, as [...] seguintes fazendas, que, por alguma razão, não aparecem no mapeamento da comissão demarcadora dos limites.

‘Bom Retiro’, de Maria Isabel de Belém e Almeida, que requereu a legitimação a 26 de janeiro de 1891, e a obteve a 24 de maio de 1893, com área de 250.462.250 m². Esta fazenda foi, em seguida, vendida pela aludida proprietária e seu

marido. Tte. Cel. José Joaquim de Almeida, ao Comendador José Duarte Rodrigues, que por sua vez, a vendeu à Cia. Frigorífico e Pastoril Brasileira, e por dívida desta ao Banco do Brasil que a adjudiciou pela avaliação de Rs 8:000\$000 a Antonio Fernandes dos Santos, que passou a Mosele, Eberle, Ghidardi e Cia., empresa colonizadora, sucessora de H. Hacker e Cia. Ltda. local onde, hoje situa a cidade de Joaçaba³⁴. (PIAZZA, 1988, p. 213).

Um dos primeiros povoados da região do Vale do Rio do Peixe foi Bom Retiro. Sua colonização foi de alemães, vindos principalmente do Rio Grande do Sul. Instalaram-se em torno da estação férrea, no local da atual cidade de Joaçaba. Outros núcleos italianos foram criados naquele período como os de Barra Fria, Capinzal e Videira. “Além das colônias criadas do vale do Rio do Peixe a Brazil Development and Colonization Co. [*sic*], atribuiu a outras empresas colonizadoras a função de realizar a divisão de lotes e proceder seu povoamento” (PIAZZA; HÜBENER, 1983, p. 108).

As demarcações iniciais ocorreram nos anos de 1915 e 1916 e os primeiros núcleos se instalaram ao longo do vale do Rio Peixe. Assim a região ficou conhecida como o Vale do Rio do Peixe. As primeiras cidades foram se formando na beira do rio, seguindo o seu traçado, com destaque, nesta pesquisa, para Cruzeiro/Joaçaba e Herval, que são separadas somente pelo grande Rio do Peixe (PIAZZA; HÜBENER, 1983).

4.4.1.1Cruzeiro/Joaçaba e a região

Em 1915, houve a fundação da vila de Bom Retiro que passará a ser chamada mais tarde de Luzerna. Henrique Hacker, numa viagem de trem,

[...] impressionou-se com a exuberância do Vale do Rio do Peixe, e em 1915 decidiu iniciar uma colonização particular. Adquiriu uma área de terras de 40.000 ha. de Adelino Sassi, e parte da

³⁴ Bom Retiro era também o nome da vila que hoje se denomina Luzerna, que foi distrito de Joaçaba até a sua emancipação em 29/12/1995.

Fazenda São Pedro. Com Augusto Scherer constitui a Sociedade Sul Brasileira Henrique Hacker & Companhia, ainda no ano de 1915. Dividiu a área em lotes de 24,2 ha (igual a 10 alqueires ou uma colônia) em número de 900 para serem negociados. Pretendia estabelecer uma colonização tipicamente germânica.

Em 1915, foi adquirida uma área de 24.000 hectares da Colonizadora Henrique Hacker & Cia para formar a Colônia Bom Retiro, à margem direita do Rio do Peixe, no Passo da Limeira, onde está localizada Luzerna. Ali o Rio do Peixe 'dava passo' para se fazer sua travessia e existia uma limeira, fruta cítrica nativa, donde se originou este primeiro nome. O afluente do Rio do Peixe que ali desemboca ficou com a denominação de Rio Limeira.

No mesmo ano foi adquirida outra vasta área à margem esquerda do Rio do Peixe e, imediatamente, foram iniciadas as medições de terra. A área foi dividida em aproximadamente 900 colônias que foram colocadas à venda. [...].

Constituída a Colônia Bom Retiro em 1915. Em março de 1916 as primeiras colônias de terra começavam a ser vendidas. Concebida para ser uma colônia de cultura germânica, passou a receber cedo, descendentes de italianos. Em abril entravam os primeiros colonos. Eram rio-grandenses provenientes dos municípios de São Leopoldo, Montenegro, Santa Cruz, Lajeado, Pelotas e Passo Fundo [...].

Em 1922, seis anos após a fundação da Colônia, Bom Retiro ainda era pouco povoada. (PREFEITURA MUNICIPAL LUZERNA, 2010).

A cidade de Cruzeiro/Joaçaba era, inicialmente, habitada pelos denominados bugres. Mais tarde, chegaram os imigrantes italianos, alemães e seus descendentes.

A região sofreu com as disputas de terras entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, tendo seu fim em 1916, com a declaração do presidente Wenceslau Braz. A maior parte do Contestado ficou com Santa Catarina (QUEIROZ, 1967).

Até 1916 as terras de Joaçaba pertenciam ao Município de Palmas, no Paraná, e faziam parte da região contestada por Paraná e Santa Catarina. Ainda em 1916, a questão do Contestado chegou ao fim[...]. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, 2010).

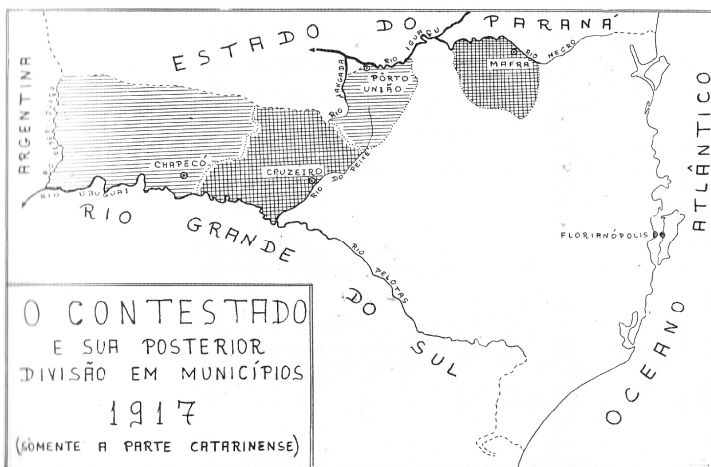
Pela lei estadual nº 1.147, de 25 de agosto de 1917, ocorreu a fundação do município de Cruzeiro (Cruzeiro/Joaçaba). Naquele período, havia alguns povoados como: Catanduva, Campo (Herciliópolis), Alto Veado (Peritiba), Limeira, Sertãozinho (Irani), os demais estavam iniciando alguma colonização como: Rio das Pedras (Videira), Passo da Limeira (Luzerna), Rio Capinzal (Ouro), dentre outros. Na margem esquerda do Rio do Peixe ficava a estação Herval, pertencente a Campos Novos (QUEIROZ 1967).

Devido às facilidades advindas da Estrada de Ferro, a sede provisória do município de Cruzeiro ficou sendo Limeira. No ano de 1919, a sede do município de Cruzeiro/Joaçaba foi transferida de Limeira para Catanduva, passando à categoria de vila. Em 1926, a sede do município volta para Limeira, e a vila de Cruzeiro (Catanduva) volta à categoria de povoado. No ano de 1938, a vila Cruzeiro do Sul foi elevada a cidade. Posteriormente, em 1928, pela Lei nº 1.608, Limeira passou a chamar-se Cruzeiro do Sul e a povoação de Cruzeiro passou a denominar-se Catanduvras (plural) e, finalmente, em 1943, pelo Decreto-Lei nº 238, Cruzeiro passou a se chamar Joaçaba, que em tupi-guarani significa encruzilhada. O distrito de Herval passa para Joaçaba, enquanto Ouro vai para Campos Novos (QUEIROZ 1967, p.17-43; PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, 2010).

Sobre a cidade, temos outro fato descrito no histórico da cidade Cruzeiro/Joaçaba:

Em 1943, em obediência à legislação federal que proibia a duplicidade de topônimos para cidades e vilas brasileiras, o município e a cidade passaram a denominar-se Juaçaba, palavra que em Tupi-guarani quer dizer ‘encruzilhada’ ou ‘cruzeiro’ para alguns e ‘cruz dos índios’ para outros. Logo depois a Câmara dos Vereadores modificou o termo para Joacaba.

Nos mapas 3 e 4 veremos a configuração da região do Vale do Rio Peixe em dois períodos históricos: anos de 1917 e 1943.



Mapa 3: Cruzeiro/Joaçaba no 1917
 Fonte: QUEIROZ, 1967, p. 31



Mapa 4: Vista parcial de Joaçaba no ano 1943
 Fonte: QUEIROZ 1967, p. 31

Herval/Herval d'Oeste teve o seu desenvolvimento vinculado à construção da estrada de ferro e ao final da disputa de terras do 113

Contestado no ano de 1919. Nesse mesmo período, une-se à, então, cidade de Cruzeiro/Joaçaba. A partir do ano de 1926, ocorreu a sua colonização. Pela estrada de ferro, chegavam muitos migrantes vindos em grande parte do Rio Grande do Sul. A emancipação do município de Joaçaba ocorreu somente em 1954 (MARTINS, 2009).

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 86 de 31/03/1938, Herval teve sua sede elevada à categoria de Vila. Integrou o território camponovense até o ano de 1943, quando pelo Decreto Lei nº 941 de 31/12/1943 foi incorporado ao município de Joaçaba. Pelo abandono a que foi relegado e por motivos políticos, a Lei nº 133 de 30/12/1953 emancipava Herval d' Oeste de Joaçaba. (PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, 2010).

As cidades de Herval/Herval d'Oeste e Cruzeiro/Joaçaba, na década de 20, foram ligadas pela ponte Emilio Baumgart. A construção teve o seu início no final do ano de 1926 e ficou pronta em outubro de 1930. Foi construída a partir de uma viga reta de 120 metros de comprimentos, feita de cimento armado. Sua construção mereceu destaque por ser feita sem andaime e sem escoramento. A ponte, conhecida como ponte de Herval, foi destruída pela enchente de 1983 (MARTINS, 2009).

Nova Petrópolis, distrito de Cruzeiro/Joaçaba, foi criado em 1890 por um caboclo, Antonio Trindade dos Santos. Acompanhado da sua esposa, filho e um burro cargueiro, eles começaram a andar mata a dentro (QUEIROZ, 1967,).

Já há muito haviam varado o rio do Peixe. Êle³⁵, de machado e foice, abria a picada, que os levava cada vez mais para dentro da mata.

A noite descia, tudo cobrindo com seu véu preto. Em frente, um pico apontava para os céus. Para enfeitá-lo, algumas estrelas cintilavam, e, por traz, a lua com sua coroa prateada. Ouvia-se continuamente, ruído amortecido de uma queda dagua, que aos poucos se aproximava.

³⁵ Foi mantida a escrita original de cada texto sem correções da língua portuguesa

Depois de mais alguns passos, despontou, com o lumiar da rainha da noite, uma bela e espumante cascata, onde a água saltava de pedra em pedra, descrevendo graciosas curvas. Este foi o local escolhido pelo chefe da família, para o repouso noturno. [...]

Veio o despontar da aurora, acompanhado do ticotear dos passarinhos, que naquele momento davam as boas vindas, desconfiadas, àqueles que seriam hóspedes e senhores do lindo vale, e os fundadores de Nova Petrópolis[...].

Dentro de poucos dias estava pronta a sua cabana, que servia de abrigo seguro aos três seres humanos. (QUEIROZ 1967, p. 207).

Em 1900, chegaram mais duas famílias que, mais tarde, construíram seus ranchos; assim o lugar ficou chamado de Três Casas. Em 1920, com a Cia. Mozerle de Colonização, chegaram os primeiros imigrantes italianos (QUEIROZ, 1967).

Essa região, como as demais constituídas pela imigração estrangeira não ibérica, estava sob a atenção do governo brasileiro – catarinense e local –, durante a gestão de Getúlio Vargas, com um único objetivo: “A consolidação da nação e da nacionalidade brasileira envolvia estratégias de integração territorial e das populações dispersas neste território, afigurando-se como possibilidades de estender a ‘luta civilizadora’ aos parâmetros de brasilidade” (Campos, 2008, p. 64).

Essas novas colônias tinham a necessidade de se estabelecer e formar uma sociedade local para ter um convívio com os seus, preservando, assim, a cultura do seu país de origem estrangeira.

O principal fator destacado pelo afastamento regional foi a manutenção da língua materna. Em muitos locais, a língua portuguesa era totalmente desconhecida. Tudo girava em torno de uma população local, “um pequeno país” dentro de um grande Estado, o de Santa Catarina.

5 - A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE NACIONALIZAÇÃO NO VALE DO RIO DO PEIXE: destaque para os municípios de Joaçaba\Luzerna\Herval D'Oeste e repercussões

Sí a língua diferente da nossa aqui predominou, culpa não cabe aos aqui nascidos, sinão às instituições brasileiras, exageradamente liberais, e àqueles homens públicos que, refugindo criminosamente à realidade, não encaram o problema com o destemor e a segurança com que o fez o Estado nacional, implantando a 10 de novembro pela clarividência política do grande Presidente Vargas e pelo patriotismo das nossas gloriosas fôrças de terra e mar.³⁶ (RAMOS, 1939, p. 8-9).

Construir o nacionalismo era, ao mesmo tempo, desconstruir as diferenças e proceder a uma seleção na formação da cidadania brasileira. (SCHWARTZAMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 150).

[...] o silêncio não fala. O silêncio é. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido é. (ORLANDI, 1992, p. 33, destaque do autor).

[...] a gente desfilava na estrada perto da escola, eu levava a bandeira, era um orgulho, agora era a nossa bandeira. (DUZOLINA, 2010).

Este capítulo demonstra como ocorreu a interferência política na questão educacional pelo poder nacional, estadual e local por intermédio das medidas nacionalizadoras tomadas pelo governo de Getúlio Vargas. Demonstra também se as ações educacionais utilizadas durante o Estado Novo cumpriram o objetivo de formar o **novo brasileiro**, um descendente de migrante italiano, nascido no Brasil, que não fala a língua portuguesa e não adquiriu os costumes brasileiros.

Durante o Estado Novo, com o objetivo de “moldar” esse novo brasileiro, um cidadão de descendência estrangeira, mas nascido no Brasil, e que ainda não falava a língua pátria, “a portuguesa”, tornava-se necessário desconstruir a sua **identidade italiana**, incutindo nele os

³⁶ Para efeitos deste trabalho, manteve-se a grafia original dos textos, sem qualquer correção.

ideais nacionalistas brasileiros, ou seja, por intermédio da escola e das medidas legais era preciso reforçar a cidadania brasileira e fortalecer, assim, o Estado-Nação contra as ameaças que, pensavam os governantes, poderiam pairar sobre o Brasil, sejam elas externas ou internas.

Assim, com a garantia do fortalecimento do Estado-Nação pelo domínio/poder exercido em toda sociedade de imigrantes e descendentes de italianos, pela socialização secundária, a educação pública teve papel primordial, o da socialização, por intermédio da escola, que passou a executar nas novas gerações o que, conseqüentemente, atingia todos os familiares que ainda não estivessem nacionalizados.

A utilização do poder via coerção física, ocorrida sobre as gerações de italianos aqui nascidos, foi um dos modos encontrado para que o poder local, por meio de seus “espiões”, garantisse a nacionalização de todos.

Também objetiva este capítulo compreender, pelas falas dos entrevistados, quase todos em idade escolar durante a implantação e a vigência do Estado Novo, como a educação foi instrumento de domínio sobre essa nova geração, que estava sendo socializada secundariamente e educada. Naquele período, o Estado exerceu uma ação social de cunho valorativo, mas também instrumental e efetivou essa relação social baseada na língua, dita nacional, por intermédio da escola, com o objetivo de reforçar o vínculo de territorialidade e cidadania, tentando fazer emergir **o novo brasileiro**.

Verificou-se como ocorreu a tática de proteção dos pais para com os filhos no sentido de facilitar a internalização da cultura e da cidadania brasileiras por meio da educação pública, sem maiores resistências por parte das crianças. O aparelho repressivo implementado por um Estado até então ausente nos termos sociais e educacionais e em âmbito do doméstico e a aprendizagem nas escolas com predominância da língua portuguesa interferiram no cotidiano das famílias de migrantes no Vale do Rio do Peixe.

5.1 OS ENTREVISTADOS

Os entrevistados para este trabalho, todos descendentes de origem italiana, mulheres e homens, estão, neste ano de 2010, com idade entre 72 e 80 anos. Foram realizadas dezesseis entrevistas num período aproximado de dois meses intercalados. Foi definido um pré-roteiro e as

entrevistas foram gravadas Para a realização das mesmas, ocorria o deslocamento da pesquisadora da cidade de Florianópolis para a cidade de Joaçaba.

As entrevistas como já descrito anteriormente foram realizadas pela técnica da “bola de neve”, elaborada por Collins em 1981 (apud NOPES, 2007, p. 16). Essa técnica consiste em cada entrevistado sugerir possíveis nomes para a realização de novas entrevistas.

Surgiram grandes dificuldades no momento em que foi pedido a alguns dos entrevistados que se pronunciassem, justamente no momento em que era anunciado o tema: a proibição de se falar a língua italiana no período do governo de Getúlio Vargas. Muitos se retraíam e desconversavam o assunto.

A desconfiança pairou durante as entrevistas, tema que remete a lembranças que são de um período de medo, com todas as diferentes graduações que essa emoção contém. Em uma das primeiras entrevistas, uma pessoa conhecida, ao escutar o tema a ser focado, deixou a entrevistadora falando sozinha na varanda de sua casa; não aceitou falar de forma alguma sobre o assunto.

O primeiro roteiro das entrevistas não colheu as informações como o planejado; foram realizados alguns ajustes para melhoria o que também não apresentou o efeito desejado. Então, o roteiro foi reformulado com uma linguagem diferenciada para que os entrevistados falassem e se sentissem à vontade ao responder os questionamentos.

Ao tentar gravar as entrevistas, percebia-se que os entrevistados não ficavam à vontade com o aparelho gravador, pois, a voz gravada, para eles teria o efeito de uma prova a respeito de quem estivesse falando. Mais tarde, com o comentário gravado, pensavam eles não poderiam negar fato algum. Assim, por necessidade de realização da pesquisa, foi abandonada a gravação das entrevistas e adotada a digitação das mesmas. Essa foi a solução encontrada para quebrar a representação desse silêncio

Foi mantida fiel transcrição da fala de cada entrevistado, respeitando, acima de tudo, a livre expressão e a originalidade, por conseguinte, o hibridismo decorrente das socializações primária e secundária no contexto do Vale Do Rio Do Peixe. Durante a entrevista, os entrevistados ficaram livres para responder ou não a cada pergunta.

5.1.1 Anotações da entrevistadora após as entrevistas

José, casado, descendente de italianos, agricultor. Tem 79 anos. Nasceu em 13/10/1928, no município de Montenegro, Rio Grande do Sul. Mora, desde treze os anos, em Nova Petrópolis, distrito de Joaçaba. Tem dez irmãos. Conta que o tempo de lazer, na sua época de criança, era pouco. Tinha que ajudar no trabalho da roça (lavoura). Casou-se na igreja católica. Tem doze filhos. Muito desconfiado no início da entrevista, mas com o desenrolar das perguntas, passa a contar os causos³⁷ de antigamente. A risada alegre e voluntária, sua vestimenta típica dos primeiros colonos, chapéu, calça arregaçada, camisa com mangas dobradas e chinelo fechado na frente para proteger os pés, lembram um típico imigrante italiano. Seus cabelos grisalhos revelam sua idade avançada; a pele é maltratada do sol. É muito cedo, me recebe para a entrevista, contudo, na hora de falar, prefere sair da varanda de sua casa. Vamos para um espaço embaixo da varanda, um lugar sem barulho de outras pessoas. Ao acabar a entrevista, vai cuidar dos animais. Mais tarde escuto o ruído de um porco que está sendo abatido. A vida é assim, segue em frente. Não se para no tempo.

Ana, casada, descendente de italianos, agricultora e do lar. Tem 77 anos. Nasceu em 30/09/30, no município de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. Mora desde os oito anos em Nova Petrópolis, distrito de Joaçaba. Desde criança, sempre ajudou sua mãe a cuidar dos irmãos mais novos, pois, era a filha mais velha. Tem onze irmãos. Trabalhava na roça e ajudava sua mãe em casa. Relata que, quando as crianças cresciam, começavam a ajudar no trabalho da roça. Brincava um pouco, no recreio das aulas, já que em casa eram poucas as brincadeiras. Casou-se na igreja católica. Tem doze filhos. Muito tímida, mas sorridente, rememora alguns fatos. Está temporariamente em uma cadeira de rodas. Seu delicado perfume encanta. Recebeu-me com um gostoso chimarrão. Chegamos muito cedo a sua casa, pois, o trabalho na agricultura inicia-se ao amanhecer e não podemos atrapalhar.

Giacomo, casado, descendente de italianos, psicólogo e professor. Tem 73 anos. Nasceu em 06/10/1934, na linha Machado, município de Farroupilha, Rio Grande do Sul. Com oito anos, veio do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Tem dez irmãos. Ficou em

³⁷ Na própria definição do entrevistado: as histórias, os acontecimentos.

Nova Petrópolis, distrito de Joaçaba, até o ano de 1947, quando foi estudar no Seminário dos Padres Camilianos em Iomerê, pertencente ao município Videira, indo posteriormente para São Paulo, em 1951, terminar seus estudos, onde ficou até o ano de 1965, quando se mudou para o Rio de Janeiro, passando a morar naquela cidade. Casou-se na igreja católica. Tem três filhos. Sua desenvoltura ao falar revela a carreira acadêmica, sem medo de um período que não volta mais, descreve suas lembranças com muito carinho, com saudades desse tempo. As dificuldades ficaram marcadas em suas lembranças. Falou carinhosamente de seu pai e de sua mãe. Rememorou com ternura o tempo de lazer, as brincadeiras, as broncas e as surras que levou do pai. Sobre política conta que: “Tenho vívidas lembranças da leitura de algumas passagens que o pai fazia em voz alta, à moda de Heron Domingues (da rádio Nacional). O professor também era fonte de informações acerca dos acontecimentos políticos e atividades da Grande Guerra”. “Embora digam que eram anos difíceis aqueles, não tenho lembrança de passar por grandes dificuldades (a não ser uma bronquite asmática que me acompanhou até os onze anos)”. Relembrou as visitas aos parentes e a alegria que elas proporcionavam e dos brinquedos que seu pai confeccionava com os quais podia brincar livremente.

Augusta, viúva, descendente de italianos, do lar. Tem 75 anos. Nasceu em 05/08/34 em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Veio com quatro anos para Santa Catarina; morou um período na linha Pitoca. Após, se mudou para a linha Estreito, pertencente a Luzerna. Conta que “[...] lá era puro mato, ai foi tirado um quadro³⁸ para pode fazer a casa [...]”, um vizinho carpinteiro fez a casa. Tem cinco irmãos. Na infância, ajudava no trabalho na roça, onde trabalhava muito. Brincava-se nos domingos à tarde ou, então, ia-se à igreja. Casou-se na igreja católica. Tem cinco filhos. A sua simplicidade reflete-se nas suas atitudes, no seu tom de voz. Algumas vezes ficou pensativa durante a entrevista.

Pedro, casado, descendente de italianos, advogado e empresário. Tem 72 anos, Nasceu em 18/09/37 na linha Sardenha, em Farroupilha, Rio Grande do Sul. Veio do Rio Grande do Sul para Santa Catarina; com sua família se instalou em Nova Petrópolis, distrito de Joaçaba. Tem dez irmãos. Casou-se na igreja católica. Tem três filhos. Foi estudar mais tarde em Iomerê (Videira). Em Santa Catarina, estudou no

³⁸ Aqui a entrevistada refere-se um pedaço de mata onde foi extraída a madeira para posteriormente fazer a casa.

seminário entre 1950 até 1962, “[...] era para ter sido padre mais não era minha vocação por isso eu sai, mais valeu a pena [...]”. Bem falante, contou sobre algumas dificuldades por que passou no tempo de ir para a escola, o trabalho na roça. Algumas vezes ficou pensativo. Falou de um tempo bom. Relata que teve uma infância trabalhosa, cuidava dos irmãos mais novos e ajudava nos afazeres domésticos, como buscar pasto para o gado, cortar lenha e tratar os animais.

Marina, casada, descendente de italianos, agricultora e do lar. Tem 74 anos. Nasceu em 18/06/35 em Nova Petrópolis, distrito de Joaçaba onde mora até hoje. Está com câncer, tem pouco tempo de vida. Está deitada no sofá da sala, enquanto nos relata os fatos acontecidos em sua vida. Sua voz é fraca; não consegue comer quase nada. Faz grande esforço para nos atender. Seu marido, muito atencioso, e sua filha me auxiliam. Casou-se com 20 anos na igreja católica. Tem três filhos. Conta que a sua *nonna* não sabia falar em “brasileiro”, por isso se escondia. Ela também não sabia, assim como toda a família. Reforça: “Quando ia na cidade a gente se virava”. Relatou que tinham uma turma de amigos e ficavam quase sempre em casa. Ao registrar esses momentos, lembro carinhosamente do seu rosto. Hoje já não sofre mais: faleceu no dia 07 de março de 2010.

Alcides, casado, descendente de italianos, agricultor e aposentado. Tem 76 anos, Nasceu em 09/11/33 no município de Capinzal, em Santa Catarina, depois veio morar em Nova Petrópolis, distrito de Joaçaba. Mais tarde mudou-se para Joaçaba, onde mora até hoje. Casou-se na igreja católica com 21 anos. Tem três filhos. Tímido, ao contar sobre os fatos que aconteceram em seu passado. Hesitou bastante antes de nos conceder a entrevista, alegando ser “burro” e “ser pouco estudado”. Depois, aceitou falar com muito receio. Durante a entrevista, estava muito pensativo e quieto, demorou a responder as perguntas.

Ângela, viúva, descendente de italianos, agricultora e do lar. Tem 72 anos. Nasceu em 21/07/37 na Linha Grafunda, pertencente ao município de Joaçaba, em Santa Catarina. Depois foi morar em Nova Petrópolis; mudou-se, mais tarde, para a cidade de Joaçaba, onde reside até hoje. Casou-se na igreja católica com 18 anos, “para sair da roça”, como nos relatou. Tem três filhos. Começou falando muito timidamente; responde calmamente as perguntas, pensativa, diante de alguns

questionamentos. Contou que todos falavam em italiano, foram criados falando o italiano, até quando namoravam falavam em italiano. Era isolado o sítio onde moravam.

Duzolina, viúva, descendente de italianos, do lar. Tem 75 anos. Nasceu em 02/05/34 em Cruzeiro, hoje Joaçaba, em Santa Catarina. Casou-se na igreja católica. Tem cinco filhos; um deles morreu. Muito desconfiada no início da entrevista em razão da perseguição da época. Sempre pensativa antes de responder as perguntas da entrevista. Uma mulher com a pele do rosto marcada pelo sol e pelo trabalho na agricultura. Esse semblante sofrido de quem cuidou da casa, trabalhou na roça e criou os filhos. Contou que onde moravam era uma colônia só com italianos (descendentes), todos falavam em italiano, o português só aprendeu quando foi para a escola. Falava-se em “brasileiro” em caso de alguma necessidade ou quando iam à cidade.

Filomena, viúva, descendente de italianos, do lar. Tem 72 anos. Nasceu em 20/11/37 em Cruzeiro, hoje Joaçaba, em Santa Catarina. Casou-se com 18 anos na igreja católica. Tem quatro filhas. Ativa, fala com pouco receio sobre um tempo que muitos querem esquecer. Contou que “não podia falar outra língua (italiana) só podia falar o português, a mãe não podia sair de casa, depois (mãe) foi aprender o português, aprendeu com os filhos que eles iam na aula”.

Luiza, casada, descendente de italianos, do lar. Tem 75 anos, Nasceu 13/04/34 no município de Anta Gorda, Rio Grande do Sul. Mais tarde veio morar na cidade de Herval D'Oeste, em Santa Catarina. Descreveu que a vizinhança era toda italiana, não tinha vizinhos alemães. Casou-se na igreja católica, com 20 anos. Tem quatro filhos. Muito tímida, antes da entrevista avisou que não sabia o que falar, que não lembrava muita coisa daquela época. Recebeu-me na sua casa, muito limpa e organizada, “de dar orgulho”, conversamos um pouco antes da entrevista, estava nervosa. Depois a entrevista seguiu normalmente. Mais tarde descobri que a entrevistada não indicou seu marido para possível entrevista.

Hortência, casada, descendente de italianos, do lar. Tem 75 anos. Nasceu 01/11/34 em Bom Retiro/Luzerna, em Santa Catarina. Casou-se com 18 anos na igreja católica. Tem cinco filhos. Recebeu-me em sua

varanda, um lugar muito agradável. Não pareceu nervosa durante a realização da entrevista. Seu marido, um alemão, por muitas vezes interrompeu a entrevista para dar sua opinião ou contar algum fato ocorrido naquele período. O que me chamou atenção foi que ela fumou um cigarro atrás do outro e, por algumas vezes, pediu que não escrevesse algumas falas, o que foi respeitado. E relatou “eu me orgulho em ser italiana”.

Zelinda, viúva, descendente de italianos, do lar. Tem 80 anos. Nasceu em 01/04/1931 no município de Chapecó, em Santa Catarina. Depois veio morar em Nova Petrópolis, distrito de Joaçaba. Atualmente reside em Luzerna. Uma mulher com traços marcantes, que demonstram a passagem do tempo e de uma vida com sofrimentos. Casou-se com 17 anos na igreja católica. Tem onze filhos. Relatou que primeiro aprendeu o português “depois fui aprender o italiano quando mudamos pra Nova Petrópolis”, pois, quando chegaram em Nova Petrópolis, eles “chamavam nós de negrinho porque nos só falava em brasileiro. Aí a mãe ensinou o italiano”. Contou que “A mãe rezava só em italiano”. Mostrou-me sua casa, percebo as características familiares com a casa de meus *nonnos* e de outros entrevistados como as fotos na parede, pessoas que não estão mais entre nós, contudo inesquecíveis nas imagens e na memória. Após a entrevista, conversamos por um longo tempo, tomamos chimarrão. Era um dia de verão.

Faustina, viúva, descendente de italianos, do lar. Tem 80 anos. Nasceu em 29/09/29 no município de Palmas, Paraná. Contou que nasceu nessas andanças da mãe pelo Paraná. Casou-se com 17 anos na igreja católica. Tem oito filhos. Demonstrou tranquilidade em responder as perguntas. A entrevista foi realizada em sua casa, que estava impecável. A entrevista foi interrompida por uma vizinha, após seguiu normalmente. Conta que acha que sabia falar “mais o português, acho que porque a gente ia junto com o pessoal da estrada de ferro eles falavam só o português”. Relata que seus pais, entre eles, falavam o italiano, contudo com ela, falavam somente em língua portuguesa.

Inês, viúva, descendente de italianos, do lar. Tem 75 anos. Nasceu em 24/03/34 em Bom Retiro, atual Luzerna, em Santa Catarina. Casou-se com 21 anos na igreja católica. Tem nove filhos. A realização da entrevista foi na casa de sua irmã e, por muitas vezes, tivemos interrupções. Uma mulher com traços fortes. Durante a entrevista, fez

algumas pausas antes de responder as perguntas. Algumas lembranças daquela época ficaram na sua memória, como conta: “Quando escurecia, a mãe mandava fechar bem a casa”, por causa dos espíões que vinham escutar; caso falassem em italiano.

Mafalda, viúva, descendente de italianos, empresária aposentada. Tem 77 anos. Nasceu em 08/05/32 em Bom Retiro, atual Luzerna, em Santa Catarina. Casou-se na igreja católica, com 16 anos. Tem dez filhos. Estava muito debilitada por problemas de saúde, falou com grande dificuldade, só se locomove com auxílio de uma bengala. Durante a entrevista, esteve pensativa e demorou a responder as perguntas. Relatou que: “Lembro do nego que vinha escutar na janela do lado da rua para escutar se falavam em italiano [...]” e só falavam em italiano bem baixinho, os outros não podiam ouvir.

Todos os entrevistados são casados na igreja católica e no civil. Casavam-se muito jovens: a mulher, a partir dos 16 anos; os homens em torno dos 21 anos. Os pais dos entrevistados nasceram no estado do Rio Grande do Sul. Dentre os entrevistados cinco são nascidos no mesmo Estado, nove em Santa Catarina e um no estado do Paraná. A menor família é constituída por três filhos, e a maior, por onze filhos. Foram realizadas entrevistas com quatro homens, todos casados, e doze mulheres, dessas, oito eram viúvas. Dois entrevistados estudaram em seminário e possuem curso universitário (advogado e psicólogo); um casal permaneceu morando na colônia, vinculados à terra; outros ainda possuem terras, contudo, moram na cidade. No Anexo H segue quadro demonstrativo.

Todos os entrevistados possuem sotaque da língua italiana. Percebeu-se nas falas ocorridas durante as entrevistas que todos falam o português, mas utilizaram muitas expressões da língua italiana. Muitos falaram frases em italiano durante a entrevista.

5.2 MEMÓRIA DE VELHOS

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma de imagens-lembrança. A sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e devaneios. (BOSI, 1993, p. 15).

A memória dos entrevistados teve papel primordial para reconstruir um pedaço dessa história dos migrantes italianos que escolheram o Vale do Rio do Peixe para se fixar, inculcando a marca de sua cultura.

Segundo Portelli (1993, p. 43), “A memória está interligada com os fatos que ocorrem com um determinado indivíduo e a sua coletividade”. Assim como a narrativa, ela depende “dos fatores pessoais e coletivos”. Reforça que a expressão oral tem a sua relevância e se inicia na oralidade de seu narrador e tem a sua finalidade no “texto escrito”.

Thompson (1992, p. 41) indica:

A possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem da natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva. Além disso, o gravador não só permite que a história seja registrada em palavras faladas, mas também que seja apresentada por meio delas.

Portanto, esses descendentes de italianos trazem em sua memória fatos que, relatados oralmente, foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho; acontecimentos vivenciados por eles que ainda estavam exclusivamente na forma de história oral e que passa agora a ser parcela da história escrita sobre a região do Vale do Rio do Peixe.

A memória por algumas vezes falha; contudo guarda segredos que ninguém poderá ter acesso a menos que o entrevistado relate por sua própria vontade. Assim, o passado traz lembranças boas e outras dolorosas, pois, no caso aqui estudado, os idosos rememoram um período de repressão e perseguição aos imigrantes durante o Estado Novo. Falar sobre o passado pode angustiar o entrevistado (THOMPSON, 1992). Esse momento que está sendo rememorado pode ser considerado doloroso para alguns, como a guerra, a perseguição, a prisão e o medo. Nesse sentido, Thompson (1992, p. 205–206) explica:

A maioria das pessoas conserva algumas lembranças que, quando recuperadas, liberam

sentimentos poderosos. Falar sobre uma mãe ou pai que se perdeu pode causar lágrimas, ou ódio. Em geral, tudo de que necessita nessa situação é uma reação simples e de solidariedade: expressar os sentimentos terá sido, por si só positivo. Porém algumas lembranças desenterram sofrimentos profundos, não resolvidos, que realmente exigem uma reflexão mais prolongada, nesses casos, o melhor que o historiador oral pode fazer é sugerir onde encontrá-lo. Essas situações surgem, tipicamente, de experiências de família que são violentas, vergonhosas, ou particularmente complicadas e desconcertantes, ou dos traumas de guerra e de perseguição.

Desse modo, as lembranças dos entrevistados auxiliarão a construir este capítulo. Contudo, é importante traçar um breve retrospecto sobre a colonização da região para, então, entrar no que diz respeito ao contexto educacional.

5.3 O Vale do Rio do Peixe

5.3.1 A colonização

A colonização do Vale do Rio do Peixe ocorreu por diversos fatores que interferiram para o seu desenvolvimento local e a construção étnica dessa região, que destacarei a seguir.

O conflito do Contestado, uma interposição que auxiliou no povoamento do oeste catarinense. A região do Contestado eram terras disputadas pelos estados de Santa Catarina e Paraná entre o Rio do Peixe e o Rio Peperiguaçu. Essa era uma região onde seus moradores eram principalmente os posseiros e os antigos construtores da estrada de ferro. Esse conflito teve o seu fim no ano de 1916 em que ficaram definidos os limites daquela região e, em decorrência desse acordo, foram criados dois importantes municípios Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó (PIAZZA; HÜBENER, 1983).

A construção da estrada de ferro que ligou Rio Grande do Sul a São Paulo, pela empresa *Brazil Railway Co.*, também conhecida como *Sindicato Farqhar*, recebeu quinze quilômetros de terras ao longo dos trilhos como forma de pagamento. Teve início no ano 1908 e, em primeiro de setembro de 1910, foram inauguradas as estações da Barra

de São Bento (Luzerna) e de Herval (Herval d' Oeste) (UNC - Museu do Contestado, 2007; HEINSFELD, 1996).

Com o objetivo da ocupação e venda dessas terras cedidas para a construção da estrada de ferro, foi criada pela *Brazil Railway Co.* a subsidiária da *Brazil Development and Colonization*. Contudo, alguns desses lotes estavam ocupados por posseiros ou antigos proprietários; mesmo assim, a empresa fez propaganda para possíveis compradores. Para vender essas terras era necessário expulsar esses posseiros e os antigos trabalhadores da estrada de ferro, objetivando encontrar outro elemento para colonizar a região do Vale do Rio do Peixe, fator de incentivo às imigrações européias com o intuito de promover uma regeneração e um branqueamento da população brasileira (PIAZZA; HÜBENER, 1983; HEINSFELD, 1996; FALCÃO, 1999).

O esgotamento da fronteira agrícola no início do século propiciou aos migrantes a oportunidade de deixarem as velhas colônias no estado do Rio Grande do Sul e virem para Santa Catarina. E essa migração interna fez da região do oeste de Santa Catarina ser escolhida por eles pelas características semelhantes das encontradas no estado vizinho. Muitas famílias deixavam as velhas colônias no Rio Grande e se instalavam no Vale do Rio do Peixe, uma região pouco povoada com muitas terras e produtividade a oferecer a quem quisesse trabalhar e prosperar (NODARI, 2009; HEINSFELD, 1996)

Segundo Nodari (2009, p. 42), “As famílias numerosas eram alvo das colonizadoras e podem ser apontadas, até certo ponto, como uma das causas da migração das colônias velhas do Rio Grande do Sul para as novas terras em Santa Catarina”. O que atraía esses migrantes era a possibilidade de compra de glebas de terras contínuas o que contribuía para que as famílias ficassem próximas.

Assim, a colonização do Vale do Rio do Peixe ocorreu por intermédio da pequena propriedade agrícola, e essa conseguia atender à demanda dos migrantes do Rio Grande do Sul. Ocorreram migrações, com outras características étnicas e culturais, tal como, a alemã, de outras regiões do Estado e de outros estados brasileiros (HEINSFELD, 2001).

5.3.2 A VIAGEM E O INÍCIO EM NOVAS TERRAS

Os migrantes, quando vinham para Santa Catarina, já tinham um conhecido ou parente morando no local provável da compra das terras. Vinha um primeiro para verificar e depois voltavam para buscar a

família e os bens que eles podiam carregar. A viagem ocorria durante muitos dias; geralmente, vinham de trem, seguindo o curso Rio Grande – São Paulo, até a estação férrea de Herval/Herval D'Oeste, ponto de chegada de muitos migrantes. Traziam o que podiam carregar para recomeçar a vida em terras catarinenses (ZAMBONI, 2005; RADIN, 2001a).

José (2008) rememora sobre a dificuldade que sofreu juntamente com sua família na mudança de Nova Sardenha, Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, feita em 1942. Demoraram quatro dias para chegar a Joaçaba. Vieram de trem. Lembra do dia em que foram presos, pois sua mãe falou em língua italiana e um guarda na estação ouviu.

Quando nós saímos de Nova Sardenha para vir em Santa Catarina, saímos à 1e 30 de Sardenha e tivemos que fazer baldeação em Montenegro. Nós fomos presos. Ficamos 4 horas presos com a polícia, que é como a brigada militar. Ficamos presos lá e a mãe disse o seguinte 'Demo de pressa do trem'. Eles estavam ali e prenderam o pai: 'você vai pra cadeia porque você não ensinou os cara fala em brasileiro'. Daí o pai disse o seguinte: 'oh, eu vou, mais vai tudo essa turma junto'. Daí eles ficaram ali de plantão em 4. Chegou o trem, depois de 4 horas fomos embora. Daí ninguém falou mais em italiano. Viemos embora, não aconteceu mais nada. Chegamos em Joaçaba era umas 4 horas da tarde e daí pra vir em Nova Petrópolis o pai dizia: 'agora se nós vamos ter que ir de a pé em Nova Petrópolis', mais tinha retroscó que tinha um bar. O cara do bar diz: 'oh tem o Pedro que tá por ai com o caminhão e ele tem que passar aqui e para aqui todas as vezes que ele vai em Joaçaba'. Opa, daí se alegramo, né, viemos embora pra Nova Petrópolis, Chegamos ali era umas 8 horas da noite. Daí ficamo por aí, né. Tem que começa a trabalhar, plantar trigo, no inverno. (JOSÉ, 2008).

José lembra do dia em que chegaram à nova localidade, quando ainda não haviam comprado um pedaço de terra, e dos dias que se seguiram:

Nós paramos de aluguel, pagamos aluguel um mês e meio. Depois o pai comprou a terra. Daí fomos morar lá. Daí plantamo trigo de pé no chão com o inverno, não tinha calçado né na época para pôr, tamanco mais, então entrava o gelo. A gente tremia que nem folha verde. Mais foi mais ou menos fácil, não foi tão penoso né, foi começado a trabalhar e produzia bem na época e hoje está mais ou menos.

Zelinda (2010), conta que veio de Chapecó para Joaçaba, no estado de Santa Catarina. Ela e a família passaram grandes dificuldades. Vieram com um tio que “só dava pra nós se sobrasse após seus filhos comerem”. Foram morar em umas terras do governo. a casa era só umas tábuas que fazia como um telhado. Permaneceram ali durante cinco anos. Depois, sua mãe comprou madeira e fez um quarto e cozinha. Onde passaram a morar oito pessoas. Mais tarde sua mãe conseguiu comprar cinco alqueires de terra. Ana (2008) conta que vieram de carreta de boi durante um trecho da viagem. Depois, pegaram um ônibus, depois outro, que tombou. Quase caíram dentro de um rio. Pegaram o trem, e outra parte do caminho foi feita de jipe até chegar a Nova Petrópolis.

Muitos chegavam às localidades pouco habitadas e tinham que começar com a construção da casa e a do abrigo para alojar os animais. Tinham muito cuidado com a vaca leiteira de onde a família retirava principalmente o alimento e, em muitos casos, auxiliava no sustento da casa com venda dos derivados do leite.

Os entrevistados relatam que, desde crianças, ajudavam a criar seus irmãos mais novos e descrevem que o tempo de lazer era pouco. As brincadeiras de criança destacadas trazem lembranças carinhosas e muitas boas: peteca, futebol, caçador com bola de meia, pular corda (“puladeira”), banho de rio, balanço nas árvores, corda, gata cega, esconde-esconde, roda, ovo choco, sentar em baixo dos pés de vergamotas e contar histórias. iam à missa, assistiam às carreradas³⁹, iam nos potreiros, pegavam as folhas de coqueiros, entravam nelas como se fossem canoas, arrastavam um ao outro e desciam o morro, chupavam cana. Brincavam de boneca e de casinha, faziam bonecas de pano, observavam as imagem que as nuvens formavam. Quando ficavam maiores, tinham que ajudar no trabalhar da “roça”. Geralmente,

³⁹ Corridas de cavalo.

aos domingos após a missa, vinham as brincadeiras com irmãos, irmãs, primos, colegas de aula e vizinhos. Pedro (2009) conta histórias de sua infância:

A mãe trabalhava em casa, fazia comida, lavava roupa, costurava roupa, fazia a roupa de todo mundo porque, antigamente, não se achava roupa pronta. O que o pai fazia: vinha na cidade, nas Casas Pernambucanas, e comprava uma peça inteira de roupa de algodão, por exemplo aquele algodão rígido, ríspido e a mãe fazia lençóis, etc. Se bem que também a vida, assim, era diferente: não tinha colchão de mola, até pode ser que tivesse, mas as condições não permitiam. Então, os colchões eram de palha de milho, ficava bom, né? As cobertas eram de pena de pato. A mãe fazia cobertores com lã de ovelha, que no inverno esquentavam bem.

O aumento do número de famílias que se direcionavam para as localidades do Vale do Rio Peixe exigia a expansão do setor educacional. A incidência das crianças em idade escolar era para o governo um fator positivo no sentido de fortalecer a questão do nacionalismo naquela região, atacando, por meio da escola, o ponto de maior resistência dos descendentes italianos, que mantinham a língua materna. Essa migração interna reforçou em Santa Catarina a cultura italiana que mantinha seus hábitos e costumes, ameaçando, sob o ponto de vista do governo, a unidade nacional.

A vizinhança desses novos moradores era, na maioria, de origem italiana e todos falavam o italiano; existiam alguns brasileiros e outros alemães na mesma região. Filomena (2010) relata sobre a proibição em falar a língua italiana: que não podia falar outra língua, só podia falar o português. Sua mãe não podia sair de casa porque não sabia falar a língua portuguesa. Mais tarde, aprendeu o português com os filhos que iam à escola. Marina (2010) rememora que, na sua vizinhança, tinha um ou outro brasileiro; quando se “misturavam”, eles se entendiam. Depois de casada, Marina foi morar com a sogra e lá se falava somente em italiano. Quando tinha a necessidade de ir à cidade, “eles se viravam”. Duzolina (2010) relata que só quando eles saíam se falava “o brasileiro”, só na hora da necessidade. Seus pais falavam pouco a língua portuguesa; em casa só o italiano; onde eles moravam era uma colônia de italianos, não tinha brasileiro nem alemães.

Quando eu a minha irmã ia para a cidade tinha que treiná o brasileiro, a gente ficava com medo de falar o brasileiro errado. Às vezes, tinha que se treiná, eu chegava ficava mais quieta, só respondia se necessário, que não sabia falar, ficava enrolado, a gente tinha receio, era nova. Naquele tempo, era proibido falar o italiano, quando fui na escola aprendi mais o português, só quando ia na escola e na cidade, em casa e com os vizinhos era só em italiano, todo mundo falava o italiano. (DUZOLINA, 2010).

5.4 A EDUCAÇÃO

5.4.1 A expansão educacional no Vale do Rio do Peixe

As famílias chegadas ao Vale do Rio do Peixe, provenientes principalmente das velhas colônias do Rio Grande do Sul, vinham com vários filhos em idade escolar, uma população jovem, o que favorecia o trabalho na agricultura (RADIN, 2003), mas que necessitava da ampliação da rede escolar para suprir as necessidades educacionais dos filhos dos migrantes. Destacam-se que, em diversas localidades do Vale do Rio do Peixe, como, por exemplo, a de Bom Retiro/Luzerna existiam, entre as diversas linhas da localidade, cinco escolas com aproximadamente 130 crianças. “Em quatro delas era ensinada a língua alemã. Desta maneira, enquanto aprendiam a língua de sua nova pátria, cuidavam também de conservar a sua língua materna” (LUZERNA, 2010).

Para concretizar o ideal nacionalista era necessário institucionalizar a educação no Vale do Rio do Peixe, devido ao grande número de crianças em idade escolar. Criaram-se, então, no decorrer dos anos novas escolas, voltadas para formação do novo brasileiro, o que representou estratégia fundamental ao movimento nacionalista de cunho autoritário.

O interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, descreve a importância educacional para a nacionalização das crianças em idade escolar do país:

Os municípios, nestes últimos anos, vêm dando ao problema educacional a devida atenção. Em 1930 existiam no Estado apenas 130 escolas, número verdadeiramente irrisório, em se tendo em vista as

necessidades de um meio onde a colonização agrava a importância do problema. De 1931 para cá, graças as providencias tomadas pelo governo do Estado, começaram de aumentar as escolas municipais. No fim do ano passado era-lhes de 706 o número. (RAMOS, 1938, p. 13).

Os artigos de jornais também trazem informações relevantes sobre a questão educacional do período aqui estudado. Artigo do jornal **Voz d'Oeste** do dia 25/11/1939 traz notícia fornecida pela Diretoria Regional Conselho Nacional de Educação sobre a Cruzada Nacional da Educação. Descreveu que 100 novas escolas foram abertas em 30 municípios de Santa Catarina, sendo 5 na cidade de Cruzeiro (CNE, p. 4).

Outro artigo do mesmo periódico, no dia 10/05/1941, noticiava a comemoração do sexto aniversário do governo do Interventor Nereu Ramos. Noticiava também a criação de escolas, que totalizavam, no estado de Santa Catarina, 325 escolas isoladas, a construção de edifícios modernos para 22 novos grupos escolares, dos quais seis estavam em construção (J. AMAZONAS, p. 1).

Artigo do Rio de Janeiro, publicado no mesmo jornal, destacou sobre a nacionalização do ensino, tendo como objetivo da campanha “[...] eliminar as chamadas escolas estrangeiras, que se haviam transformado em perigosos focos de propagação anti-brasileiras.” O artigo revelava que no Brasil existiam 774 dessas escolas, sendo em Santa Catarina 298, no ano 1937. Já em 1940, foram fechadas e, em seu lugar, abertas outras num total de 876; em Santa Catarina: 471 novas escolas. Na sequência, o periódico destacou que muitas escolas em todo o estado de Santa Catarina utilizavam material estrangeiro que vinha do país de origem da população, com o fim de ensinar as crianças. Outros materiais didáticos eram editados aqui no estado mesmo. Assim, o governo brasileiro tomou uma posição e proibiu a edição e a importação de livros e outros em outra língua para o ensino primário (16/11/1941, s/a, p. 2).

Gustavo Capanema, Ministro da Educação desde 1934, promoveu uma ação inflexível nas escolas mantidas em colônias alemãs no sul do país. Naquele período, foram fechadas mais de duas mil escolas principalmente após a declaração da guerra do Brasil à Alemanha (CPDOC/FGVo [19--]). Quanto às escolas de origem italianas na região do Vale do Rio do Peixe, não foram encontrados registros.

Juntamente com essas medidas tomadas na área educacional, os Decretos-Lei, durante a vigência do Estado Novo, mormatizavam o setor educacional, dentre eles, o Decreto-Lei n. 88, de 31 de março de 1938, que estabelecia as normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares do Estado. Proibia-se, ainda nesse período, a circulação de revistas e livros em língua estrangeira. Decreta o fechamento das escolas estrangeiras no país e passa a substituir gradativamente as particulares por escolas públicas.

Assim sendo, com a padronização do material escolar principalmente nas escolas públicas, como visto no capítulo 2, os alunos, formalmente, tinham acesso ao material fornecido pelo governo brasileiro com mensagens que destacavam o “quanto é bela e valorosa a terra brasileira”. Outro assunto comum nos livros de leitura era a valorização da nação e do fato de ser brasileiro. A utilização dessas cartilhas como material didático voltado para a educação de cunho puramente nacionalista era fornecido aos alunos. Muitos, ao chegar em casa com as novas informações ensinavam aos pais e aos irmãos, desde matemática até a língua nacional. Contudo o principal enfoque era para a aprendizagem da língua portuguesa.

5.4.2 A Escola Pela Visão dos Entrevistados

A representação da escola é um lugar de disciplina e de extremo respeito tanto para professores como para os alunos.

As meninas usavam fita nos cabelos; o uniforme devia estar sempre bem arrumado.⁴⁰ Algumas crianças não tinham sapato para ir à escola; alguns iam descalços, outros usavam tamancos, como relata Pedro (2009): no “inverno, a gente não tinha sapato ia na aula de tamanco, chegava na escola, pegava umas grimpa⁴¹, levava fósforo e fazia fogo para esquentar os pés duros de frio, não era fácil não!”.

Para chegar à escola, muitas vezes, iam a cavalo ou faziam longas caminhadas. Não era fácil ir à escola, para quem morava na colônia, pois, a distância da casa até a escola era de três a cinco quilômetros e “quando tinha geada o frio doía um pouco, mais eu já tinha um cascão no pé”, diz Pedro (2009). Segundo Radin (2003), algumas famílias contratavam professores particulares e os filhos estudavam à noite para não prejudicar o trabalho familiar.

⁴⁰ Ver em anexo p. 155 e 157.

⁴¹ Grimpa: galho seco do pinheiro, muito utilizado no interior para iniciar o fogo.

No âmbito da escola, os entrevistados descrevem o momento de enaltecimento à pátria: todos os alunos, enfileirados, orgulhosamente cantavam o Hino Nacional brasileiro. Assim, era “O nacionalismo do Estado Novo, buscando fazer brotar a brasilidade dos sentimentos mais íntimos dos indivíduos, apelou para diferentes manifestações da língua” (CAMPOS, 2006, p. 41-42). Nesse sentido, reforçam Ribeiro e Silva (2003, p. 13):

É a república brasileira circunscrevendo um lugar/espço próprio de cunhagem de corpos e espíritos sob nova dimensão. É a ereção de uma tentativa de um novo cunho nas subjetividades de alunos e alunas não só através da cultura letrada, mas também em um espaço praticado, próprio do dominador – a escola. É nesse espaço praticado onde as novas gerações receberão saberes e diretrizes condizentes com a concepção de Estado-Nação. A disciplina terá vínculo com o cidadão e a pátria será trabalhada pela escola, como uma segunda mãe.

Outros detalhes, como a foto na parede na sala de aula do Presidente Getúlio Vargas, demonstraram as representações simbólicas de poder e liderança brasileira, também tinham Jesus Cristo crucificado na representação da igreja católica.

A educação na escola primária iniciava-se aos sete anos de idade. Alguns frequentavam apenas os primeiros anos, outros chegavam até o final, no quarto ano. A língua portuguesa era a oficial em sala de aula como descrito pelos entrevistados; contudo, fora da sala de aula o italiano prevalecia entre as crianças (JOSÉ, 2008; GIACOMO, 2008). A educação era assim: na maioria das cidades até o quarto ano. Para continuar os estudos, tinham que seguir para outros estabelecimentos de ensino, que geralmente era o colégio de freira ou estudar para se formar padres.

A escola do interior, isolada, era uma sala única com um professor, com a representação de ser mais amigo e protetor dos alunos, pois era igualmente um descendente de italianos como a maioria dos alunos que frequentavam a sala de aula. Filomena (2010) rememora que a escola era mista, todos estudavam nas classes juntos, e a sua professora estudou até a quarta série do primário somente. Ela não tinha onde ir aprender mais, seus conhecimentos ela tirava dos livros a partir

dos quais ensinava aos alunos. Pedro (2009) relata que a escola não era como nos dias de hoje, nas salas estudavam meninos e meninas, de várias idades, tudo misturado. Os professores não tinham tanta qualificação e conta que algumas escolas

[...] eram casas assim de madeira mal conservadas. Os professores embora tivessem boa vontade, mas é... É, bem, eram assim bem relaxados. Que nada! Era tudo misturado! E tinha gente que já sabia ler, já sabia escrever, outros que não sabiam, e a gente ia aprendendo mais pela vontade, pela cobrança dos pais. Às vezes os pais também ensinavam a gente, sabe. Ensinavam a ler, não que sentassem e ensinassem a fazer os temas, não, isso aí a gente tinha que se virar e fazer mesmo porque a escola era uma só e ficavam a uns 5 km de casa. A gente ia a pé [...]. A Escola Julieta Lentz Puerta existe até hoje, é grupo escolar e praticamente a gente começou a aprender depois que vieram as irmãs catequistas. Elas vieram com método e levaram assim bastante sério. A gente aprendeu a ler e a escrever, aprendia a taboada. Chegava em casa, ensinava pros outros irmãos. (PEDRO, 2009).

Já na cidade, a estrutura da escola era diferenciada: para cada série, uma sala e um professor. Algumas escolas eram dirigidas por freiras, essas eram rigorosas na questão da disciplina (MAFALDA, 2010).

Dentro da sala de aula, a língua falada era a “brasileira” como os entrevistados designavam a língua portuguesa. Contudo, entre os colegas era em italiano que as crianças falavam, conforme sublinhou uma entrevistada (MARINA, 2010).

Alcides (2010) conta que o professor falava o “brasileiro” de forma “atrapalhada” e a escola era mantida pelos colonos (agricultores).

José (2008) relata que iniciou seus estudos no município de Montenegro no Rio Grande do Sul, escola alemã: “[...] só que a gente não aprendia nada, porque era de outra geração, não era alemão. [...] mas isso durou pouco tempo, depois começou a brasileira, aí foi mais fácil”

As comemorações cívicas sempre se constituíam de uma festividade: o governo dava extrema atenção a elas, sempre convocando

o povo a participar. A valorização do patriotismo era mais uma das ferramentas utilizada para abasileirar os que ainda insistiam em se considerar culturalmente estrangeiros. Destaque para a notícia do jornal **Voz d'Oeste** no dia 20 de setembro de 1941 trouxe parte do discurso de Getúlio Vargas ao povo brasileiro: “Neste glorioso 7 de setembro cheio de vibração cívica, concito o povo brasileiro a continuar disciplinado e coeso, laborioso e confiante, porque, mesmo através de riscos e provações, saberemos manter bem alta e inviolável a dignidade da Pátria.” Filomena (2010) nos relata que o desfile na escola do interior era no meio do potreiro⁴², chama por Deus “meu Deus, que triste, mas dá saudades!”

Giacomo (2008) lembra que:

Nos feriados nacionais, especialmente no sete de setembro, a escola organizava o encontro dos pais e familiares dos alunos quando se entoavam hinos e cânticos, ouvia-se discursos e poesias eram recitadas por alunos selecionados dos vários anos (séries) do curso primário. Depois, participava-se de jogos, corridas, brincadeiras e gincanas (como corrida no saco, corrida com ovo na colher, corrida tentando enfiar linha na agulha e outras). Era uma grande confraternização onde o patriotismo parecia acompanhar todos os participantes.

Contudo, caso se atrasasse ao retornar da escola, Pedro (2009) rememora que seu pai brigava em italiano, o que ocorria várias vezes, pois, ele era canhoto e quando a professora o via escrevendo com a mão esquerda, infringia-lhe castigo. Ele tinha que escrever de 100 vezes até 300 vezes “Não devo escrever com a mão esquerda”, como demorava, chegava a casa e, ao relatar o motivo, vinha mais bronca. A explicação é que quem escrevia com a mão esquerda era “coisa do diabo”.

5.4.3 Os educadores

Muitos professores eram membros da comunidade, ensinando a língua pátria para as crianças. A representação da sua postura em sala de aula favoreceu o fortalecimento da língua nacional. Alcides (2010)

⁴² Potreiro é um campo fechado, onde podem ficar os animais.

relata que seu professor tinha terra e plantava um pouco, além de dar aulas.

O professor, segundo os entrevistados, corrigia sempre quando alguém falava em italiano e dizia que não podia falar assim, devia falar em língua portuguesa. Alcides (2010): “Ele tentava corrigir, mas não adiantava, tudo falava em italiano”.

Ângela (2010) relata: “Entre nós falávamos [italiano], na sala de aula, a professora dizia pra falar em brasileiro, ela só ensinava em português. A gente na sala se cuidava, a gente tinha medo do professor, a gente apanhava. Luiza (2010) rememora: “Na escola, não falava o italiano, no lanche e para ir e voltar da escola tudo italiano, em casa só italiano”. Zelinda (2010) conta que: “O professor chamava a atenção se falava em italiano, mas para brincar com os amigos tinha que aprender o italiano, eles só falavam em italiano. A mãe rezava só em italiano”.

Na área rural, o professor da sala de aula descendia de italianos, como relatam alguns entrevistados. Duzolina (2010) diz: “[...] a professora também era italiana, nessa escola não repreendia a gente, procurava não falar, era uma escola isolada, parece que o pai pagava uma taxinha”. Filomena (2010): Não tinha problema, a gente com os amigos falava o italiano e com a professora só o português. Ela tinha um português muito correto”. Augusta (2009) relembra que “O professor era italiano, mas falava “brasileiro”. Virou a língua, de certo. Na aula, era só o português. Não, falava o italiano”. Aqui se percebe que os professores protegiam de certa maneira os alunos, corrigiam, contudo sem coerção física.

Luiza (2010) relembra que “A professora era minha vizinha, a L., descendente de italianos, nós conversávamos em italiano fora da escola; na escola não, era sempre o brasileiro”.

Marina (2010) relatou que as professoras quando estavam sozinhas, entre elas, falavam em italiano; contudo com as crianças em sala de aula só o português.

Já o professor brasileiro era mais rígido em suas atitudes: além da cobrança para que falassem em língua portuguesa, exigia muito dos alunos. Ana (2008) relata: “Eu fui na aula e nem sabia falar em brasileiro, nem entendia, Daí, às vezes, apanhava do professor porque não sabia falar”.

Na descrição que os entrevistados faziam das freiras, representavam-nas como muito rígidas, com uma disciplina rigorosa. Nas pequenas cidades, as professoras, na grande maioria, eram freiras

que passaram a cuidar da educação em muitas escolas, como lembra Pedro (2009):

[...] as irmãs falavam a língua portuguesa e a gente aprendeu também, e o curioso é que, por exemplo, eu e meus irmãos aprendemos a falar o português em casa, então, o pai, a mãe também, por exemplo, pegava um objeto e dizia o nome em italiano e do italiano para o português. Depois, eles pegavam [o objeto e perguntavam:] como é que chama isso em português? Faziam tipo uma sabatina pra ver se a gente sabia e assim a gente foi aprendendo. Depois a convivência com a escola, né, com os vizinhos, com outras pessoas nos domingos na igreja. Então, a gente foi aprendendo assim.

Faustina (2010) relatou que as professoras eram freiras, “acho que eram alemãs”. Entre elas, falavam, de vez em quando, a língua de origem.

Segundo Giacomo (2008) rememora, dos anos de 1943 a 1947, estudou na Escola Municipal de Nova Petrópolis. Conta que os professores eram dedicados e competentes; contudo, severos e disciplinadores e ele os respeitava e temia a autoridade docente. Foram eles que o ensinaram a cantar o Hino Nacional e o Hino à Bandeira e tinha a vistoria do professor quando eram observadas a limpeza do uniforme e a higiene de cada aluno.

5.4.4. A língua falada

Eu lembro que tinha a nona, que não sabia falar o brasileiro, ela ficava só em casa, quem não sabia ficava em casa, se escondia. (MARINA, 2010).

No Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, a maioria dos entrevistados aprendeu primeiramente a falar em italiano, ou seja, toda a comunicação entre as famílias e os moradores era em italiano.

Por ser uma língua com algumas características linguísticas da língua portuguesa, tornava-se possível a comunicação entre os italianos e os brasileiros. Já não era o caso dos alemães onde a língua passou a ser um empecilho à comunicação.

Assim, aprendia-se, quase sempre, primeiramente o italiano, principalmente quem morava na roça. Já na cidade, em alguns casos, a língua portuguesa tinha predominância. Alguns foram aprender a língua portuguesa somente após a proibição, como relata Duzolina (2010): “Eu me obriguei a aprender [língua portuguesa] aquela vez porque [o italiano] era proibido”. Outros, pelo contato com os brasileiros, tinham maior possibilidade e iam aprendendo, facilitando a comunicação entre os mesmos, como relata Faustina (2010): “Sabia os dois [português e o italiano] juntos, mais o português, acho que porque a gente ia junto com o pessoal da estrada de ferro, eles falavam só o português”.

Posteriormente com a entrada na escola, alguns iam aprender a língua portuguesa. Duzolina (2010) conta que “[...] falava tudo em italiano, mas na escola não, a gente procurava falar na aula o brasileiro, senão a gente não aprendia a falar”. Assim, gradativamente, foram aprendendo a língua portuguesa e falando cada vez com maior frequência. Ângela (2010) conta que: “Quando nós íamos pra casa, nós se falava em italiano, a gente procurava falar na aula o brasileiro, senão a gente não aprendia a falar, nós éramos em quatro primos.”

Muitos pais e avós falavam somente em italiano. O namoro também era em italiano, como relata Ângela (2010): “O português foi na escola, só lá em português, chegava em casa só em italiano, até namorá em italiano”.

Desse modo, mesmo com o contato com os brasileiros, os filhos aprendiam a língua portuguesa, mas, em casa e no contato com os vizinhos descendentes de italianos, falavam somente em italiano. Faustina (2010) relata que seus “[...] pais evitavam falar o italiano, quando eles estavam sozinhos eles falavam, com nós era o português”; como moravam na cidade, tinham que se proteger das possíveis ameaças contra os descendentes de italianos, assim os pais com os mais novos começaram a utilizar o idioma oficial brasileiro para evitar problemas com os brasileiros. Inês (2010) relembra que “A gente falava em italiano pros outros não escutar. O pai e a mãe falavam em italiano pra gente não entender, mas a gente entendia tudo”.

Entretanto, quando as crianças retornavam da escola, ensinavam seus irmãos mais velhos e mais novos e mesmo aos pais a falar a língua portuguesa, como rememora Filomena (2010): “[...] depois com os irmãos vinham da escola a gente aprendia”. Luíza (2010) lembra que “[...] os pais não sabiam falar em brasileiro. A mãe começou aprender com a gente a falar o brasileiro, ela que vinha vender cebola e outras na vila, o pai nunca vinha, lá de vez em quando”.

Dessa forma, os entrevistados aprenderam a língua portuguesa de modo coercitivo, principalmente obedecendo à nova legislação que passava a ser imposta às crianças em idade escolar. Do grande contingente de italianos e descendentes, mesmo os já nascidos no Brasil, alguns entendiam o português, mas falavam entre si e com os filhos a língua italiana. Assim, o tipo de educação propugnada pelo Estado Novo, com seu processo de nacionalização e dinâmica coercitiva de socialização secundária, indica uma efetividade da função mentada da legislação, principalmente pelo Decreto-Lei n. 88 de 31 de março de 1938.

5.5 PODER DO ESTADO

A imprensa teve participação inquestionável em provocar o clima de suspeição, espalhar rumores e provocar medo. (FÁVERI, 2005, p. 47).

O passado está contido nas memórias de muitos descendentes de imigrantes que reconstróem suas lembranças através de suas falas, demonstrando o quão difícil era ser considerado um “estrangeiro” no Brasil no período nacionalista. Como destaca Fáveri (2005, p. 43): “Em Santa Catarina, como em todo o país, alemães, italianos, japoneses e descendentes foram alvos suspeitos na mira da população e da polícia, o que oportunizava, então enfrentamentos étnicos”.

Entretanto, ir para uma escola onde se falava outra língua que não a sua materna, com professores que falavam de um país, para muitos era desconhecido, cantar um hino que não pertence a sua cultura, ter medo de se expressar... Silenciar. Assim, **silenciar** foi a tática encontrada por muitos; apenas ouvir ou sussurrar; essa foi a mediação para momento tão delicado. Orlandi (1992, p. 31-32) descreve sobre a política do silêncio, o silenciamento:

Aí entra toda a questão do ‘tomar’ a palavra, ‘tirar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc.

Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da sua resistência).

Viver enclausurado para muitos adultos passou a ser o cotidiano, como se comunicar-se em outra língua fosse um crime⁴³. Perazzo (2009, p. 26) conta que “Em busca desse projeto nacional-moderno, de cunho autoritário e nacionalista, o Estado Novo identificou e perseguiu aqueles que foram considerados ‘perigosos à segurança nacional’”. Assim como o silêncio, que dura até hoje: a memória restringe os fatos que são contados.

Perdura no olhar dos entrevistados ainda o questionamento: adaptar-se a essa nova ordem que estava sendo imposta pelo governo brasileiro ou resistir? Como proteger as crianças para que elas se adequassem a essa nova ordem, uma ordem que ia contra suas raízes, sua cultura?

A escola, segundo o ponto de vista governamental, deveria cumprir o seu papel nacionalizador, seja pelo Hino Nacional, pela cartilha, ou pela disciplina imposta, ia formar o novo brasileiro. Já o governo central tinha outro objetivo: destruir os pequenos “quistos raciais” dentro de um único país, o Brasil. Assim reforça Campos (2008, p. 197):

A instituição escolar substituiu a responsabilidade da sociedade pela aprendizagem da criança, tornando-se um elemento de intervenção na família. A escola delegou aos menores um severo regime disciplinar, submetendo-os a uma vigilância permanente, atingindo então a comunidade familiar e por extensão a sociedade, determinando-lhes um específico modo de viver. Esse movimento social esteve voltado para a criação da necessidade de os pais enviarem seus filhos à escola, como uma possibilidade de terem sua iniciativa reconhecida e aprovada socialmente. Na perspectiva que a escola disciplina, vigia e estende padrões de comportamento a todo um conjunto social, é possível afirmar que o efeito da atuação da escola na comunidade social pode ser semelhante ao imputado à polícia ou à justiça.

⁴³ Orlandi (2009, p. 113) escreve que havia o conceito de crime idiomático criado no Estado Novo que se apoiava em decreto do Estado sobre a língua que deveria ser falada. Ver Decreto-Lei 88 de 31 de março de 1938.

Quem não aceitasse a então atual legislação educacional ou nacional passaria de certa forma a ser um contraventor, como falou Nereu Ramos em um discurso proferido na cidade de Blumenau: “Os que se rebelam contra a atual legislação brasileira assinam com essa atitude, e de seu próprio punho, o documento insofismável de que não anima o só empenho de colaborar no progresso e para a grandeza do Brasil” (RAMOS, 1939, p. 9-10).

Radin (2001) relata que, a partir da campanha de nacionalização, o idioma italiano, língua materna dos imigrantes, esteve restrito ao ambiente familiar e entre os mais idosos. Pela forma autoritária como a campanha nacionalista aconteceu, muitos temiam perseguições, tiveram algumas restrições quanto ao seu modo de ser, outros se isolaram⁴⁴ no que se refere ao convívio com os brasileiros. Naquele momento da história brasileira, houve quem resistisse, muitos foram presos; contudo, pouco a pouco, o governo brasileiro foi, por meio das novas gerações, atingindo o seu objetivo nacionalista, o de formar o novo brasileiro.

5.5.1 O perigo da colonização

As colônias, ao longo do traçado das margens do Rio do Peixe e da linha férrea, além da cidade de Cruzeiro/Joaçaba outras no Estado eram consideradas um problema para Santa Catarina. Com características preocupantes para o governo brasileiro, em alguns desses núcleos, a língua nacional era totalmente desconhecida ou praticada só se houvesse alguma necessidade (D'AQUINO, 1942).

A resistência ocorreu por parte dos migrantes e seus descendentes para que a cultura italiana fosse mantida em todo o país,

A luta pela italianidade levou a uma organização comunitária que incluía a ‘escola italiana’, inúmeras associações beneficentes e recreativas, a sociedade da capela, a imprensa em língua italiana, embasando uma formulação de identidade grupal associada à “nação italiana”. (SEYFERTH, 1999, p. 207).

⁴⁴ Heinsfeld (2001, p.127-129) relata que, em todas as comunidades de origem germânica, houve algum tipo de coerção; algumas pessoas reagiram, enquanto que outras apenas aceitavam por ser ordem do governo, como a proibição de falar a língua alemã.

A utilização da educação como principal aliada das práticas nacionalistas foi a ferramenta utilizada para influenciar as novas gerações. Como destaca Bomeny (1999, p. 147),

Uma das dimensões estratégicas para o avanço de tal programa nacionalizador foi, indiscutivelmente, a educação. Dois obstáculos precisavam ser ultrapassados: a sobrevivência de uma prática regionalista e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização. À primeira dificuldade o Estado deveria responder com um projeto de padronização do ensino e de centralização das atividades escolares pela defesa da unidade de programas, de material didático etc.

Percebeu-se a valorização do ensino no artigo publicado pelo jornal **Voz D'Oeste**, essa deveria ser considerada como uma missão para o professor, tendo a frase que finaliza a notícia “Despreocupemos-nos de tudo o que possa nós preocupar prejudicar a sagrada missão, e com os olhos fitos no futuro, possâmos orientar a infância de hoje, da melhor maneira possível, pois é nela que a Pátria deposita sua esperança” (09/03/1940, A. CORDEIRO, p.4).

Toda a região do Vale do Rio do Peixe era considerada como um perigo pela predominância da colonização de italianos e alemães. Gradativamente, desde o início do século XX, foi aumentando o número de colônias culturalmente consideradas não brasileiras.

5.5.2 Os inspetores

Os inspetores catarinenses, nos anos entre 1935 e 1950, foram Luiz Trindade, João dos Santos Areão e Elpidio Barbosa; eles ficaram conhecidos como a “santíssima trindade da educação”, como destaca Fiori (1991, p. 124):

O poder de mando ora concentrava-se mais na mão deles, ora oscilava para um para outro; mas é valido considerar que sempre circulou entre esses três professores – Trindade, Areão e Elpidio – que passaram a ser conhecidos como ‘a santíssima trindade da educação’.

Nereu Ramos, no ano de 1938, criou a Superintendência Geral de Ensino da Secretaria do Interior e Justiça ao qual todos os órgãos de ensino eram subordinados, assim garantindo os objetivos de nacionalização do governo brasileiro (FIORI, 1991).

Os inspetores escolares deviam ter Curso Superior, Ginásio ou Escola Normal para exercer a função; o pagamento era por comissão. Sua função era visitar, fiscalizar e orientar nos aspectos administrativos e pedagógicos. Fiscalizavam todas as escolas, inclusive as particulares, além de fiscalizar e garantir que o ensino fosse realizado em língua nacional, deviam se guiar pelo “espírito de nacionalização do ensino” Fiori (1991, p. 98-124). A criação da Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino está descrita no Decreto-Lei 124 de 18 de junho de 1938.

Os inspetores eram sempre rigorosos quando visitavam as escolas para a fiscalização orientada pelo governo catarinense. Deixaram lembranças indeléveis nos entrevistados, como conta Zelinda (2010): quando “[...] vinha o inspetor daí nós ganhava réguada se não fazia como ele queria. Se falava em italiano na escola ele brigava”. Mafalda (2010) relata: “Vinha o inspetor que vinha ver, o inspetor vinha ver as provas. O inspetor dizia que na margem não se escreve, ele era brabo, exigente”. Duzolina (2010) lembra que:

O inspetor escolar era muito brabo, ele repreendia ela, porque ela (a professora descendente de italianos) não sabia pronúncia bem, um dia ela foi ler uma frase e leu e errou a pronúncia, o inspetor repreendeu ela e ensinou falar correto. Sotaque em italiano, uma palavra que não soube pronunciar, ela tinha pouco estudo, era pouco estudada, mas era a única que tinha.

Assim os governos brasileiro e catarinense sempre estavam representados na fiscalização para garantir a nacionalização do ensino.

5.5.3 A política

A lembrança da política daquele período demonstra que os entrevistados aprovavam o governo de Getúlio Vargas e consideravam que a política era melhor que o atual, como relata Alcides (2010): “Eu achava melhor aqueles anos que me representava que quem entrava [na

política] trabalhava mais que hoje”. Ao falar do Presidente Getúlio Vargas, Marina (2010) conta que “Gostavam dele, ele era bom, governava bem. Tinha que trabalhar a mesma coisa”. Ângela (2010) relembra com dificuldade que “[...] acho que tinha uma foto dele na escola, não me lembro, a gente vai esquecendo”. Duzolina (2010) fala sobre Getúlio Vargas:

[...] ele era gaúcho, e todos os moradores da vila eram gaúchos, na escola tinha uma foto na sala da aula e a gravata tinha as estrelas, nunca esqueço. Cantava o hino tipo sete de setembro, a gente desfilava na estrada perto da escola, eu levava a bandeira, era um orgulho, agora era a nossa bandeira. Ele era muito respeitado naquele tempo, a professora exigia que a gente respeitasse muito. A imagem que nos tínhamos dele é que ele era muito bom. Na escola a gente respeitava como se fosse um santo.

A representação de líder único de Getúlio Vargas está descrita nas palavras de José (2008): “Getúlio Vargas foi um ditador que eu acho que se voltasse hoje, um ditador que nem Getúlio Vargas ia endireitar esse país”.

Os rádios eram raros na maioria das casas; assim, as notícias eram ouvidas por todos na casa de quem tivesse um aparelho, como rememora Duzolina: “Naquele tempo não sabia a política, não tinha rádio, meus pais não falavam perto da gente”. Marina (2010) reforça “[...] aquela época era só no rádio, agora tem na tevê, tem tudo... Nós, nem rádio tinha”. Luiza (2010) conta:

Eu não sei, eu acho que era melhor, mas não chegava muito as notícias, depois nos compramos o rádio, depois aí sabia as novidades, as músicas. O pai e mãe nunca votaram, não sabiam ler, nem escrever. A minha irmã mais velha nem sabia falar brasileiro, só o italiano depois devagarinho foi aprendendo.

Alcides (2010) também relembra que a política da época era melhor e que só tinha dois partidos. Já Filomena (2010) conta “Antigamente tinha que trabalhar 7 dias por ano [para o governo] pra conservação das estradas, aí eles eram isentos dos impostos”. Pouco se

falava em política, alguns entrevistados falam que não lembram, outros contam que os pais não falavam muito com eles, como relata Filomena (2010): “Eles não falavam com a gente, eles falavam entre eles, entre os políticos. Eles não queriam assustar a gente”. Luíza (2010) conta que “Bem dizê, a gente não ia atrás de política, a gente ficava só na vila, ia nas corridas de cavalo, ia todo domingo na missa, só mesmo se chovia bastante a gente não vinha na missa em Luzerna”.

Alguns falavam dos candidatos, como lembra Faustina (2010) “Falavam com a gente na mesa, meu pai era fanático da UDN⁴⁵”. Já Zelinda (2010) conta que: “Era proibido falar de política, eu não sei te contar, podia prendê, porque os jagunços⁴⁶ podiam prendê, acho porque era descendente de italiano”. Giacomo (2008) conta que “Às vezes, ouvia conversas do pai com outros moradores da localidade sobre política, especialmente sobre as figuras de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra. Uns defendiam e outros eram contra”.

5.5.4 Os espões e as perseguições.

Lembro era proibido falar em italiano.
(ZELINDA, 2010).

Eu tinha medo, a gente ficava sem falar por causa do medo de pegarem eles. (FAUSTINA, 2010).

As perseguições ocorreram em razão da língua falada, ou seja, quem não falasse a língua portuguesa era considerado um traidor da pátria brasileira e poderia ser delatado. Alcides (2010) diz que havia muita gente que gostava de Getúlio, contudo, “[...] nessa época tinha uma negrada que se via alguém falando em italiano tratava de denunciar para o inspetor de quarteirão”. O inspetor foi descrito pelos entrevistados como um “delegado” cuidava do bom andamento da localidade e evitava qualquer problema que pudesse ocorrer.

Os espões estavam a todo o tempo escutando atrás da porta, pelas frestas ou pelas janelas; qualquer pessoa que falasse em língua que não fosse a portuguesa era entregue ao inspetor de quarteirão, como relata Duzolina (2010): “eles ficavam vigiando”. Inês (2010) conta que

⁴⁵ UDN, União Democrática Nacional, partido político que existiu no Brasil que se originou após a queda do Estado Novo.

⁴⁶ Morador local que andava armado e podia denunciar as pessoas que falassem em outra língua que não fosse a portuguesa. Causador de medo nos descendentes de italianos.

“Não se podia falar em italiano, tinha espiões que vinham escutar se a gente falava em italiano, ou se ouvia o rádio em italiano. Ele espiava e ia contar depois pro delegado. A gente tinha um medo! Quando escurecia, a mãe mandava fechar bem a casa”. Mafalda (2010) rememora: “Lembro do nego que vinha escutar na janela do lado da rua para escutar se falavam em italiano e a rádio. Sim, tinha tempo lá que tinha proibido falá em italiano, mas a gente em casa falava mesmo [...]”.

Hortência (2010) conta que “O pai encostava a orelha no rádio para ninguém de fora ouvir o que ele estava escutando, ele tocava tudo nós pro quarto. O pai dizia que podia casar com tudo as raças menos com negro”. Inês (2010) conta que o homem espiava à noite, mas de dia era amigo de sua família. Já Alcides (2010) lembra que “Tinha um metido a bandidão um não podia falar em italiano que ele entregava”. Assim alguns descreveram o “espião” como sendo um homem simples, mas o que chamou atenção da entrevistadora foi o sentimento de raiva expresso ao falarem do espião negro.

Dos brasileiros ouviam piada quanto à sua origem, como relata o descendente de imigrante italiano Giacomo (2008): “Com frequência éramos chamados de gringos. Mas, sem nos darmos conta do significado da resposta, retrucávamos: quinta coluna⁴⁷”. Pedro (2009), outro entrevistado, conta: “Ali quem simpatizava com italiano era chamado de quinta coluna, era meio perseguido; quem era enquadrado como quinta coluna tinha que se cuidá, podia ser perseguido, era discriminado”. Conta, ainda, que seu pai, por sua ascendência italiana, teve um empréstimo negado para comprar mais terras sob a alegação de ser simpatizante dos italianos.

O uso da força contra os imigrantes e seus descendentes passou a fazer parte do seu cotidiano, assim cada vez mais eles ficavam calados. Entretanto, nas colônias, havia a questão da distância territorial o que dificultava o processo de nacionalização, o que não ocorria nas cidades. Percebe-se na fala de Ângela (2010) que “Tudo mundo falava em italiano, era mais isolado”. Marina (2010) relembra que eles ficavam só, em casa, no interior.

O sentido do silêncio que passou a ocorrer dentro das casas das famílias de imigrantes e de seus descendentes foi o modo encontrado para que pudessem garantir a sua liberdade fora de casa perante a

47 No período da Guerra Mundial, essa expressão referia-se “àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo” (CPDOC/FGVp, [19--], s/p).

sociedade. Filomena (2010) relata que “As pessoas tinham medo de sair de casa, medo de falá na cidade, a gente tinha o português muito ruim, a gente falava muito mal”.

Segundo Orlandi (1992, p. 51-52), “Compreender o silêncio é explicar o modo pelo qual ele significa”. Explicar o silêncio refletido na necessidade de sobrevivência. A campanha nacionalista por meio da forças aqui atingiu seu objetivo, a utilização do método foi opressão para com essas pessoas que viviam tranquilamente em seus lares. Dessa maneira, o “[...] o silêncio não é interpretável mas compreensível”, atingindo inclusive os espaços privados e as relações mais íntimas do lares e das relações familiares.

Alguns dizem que não se sentiram perseguidos pela sua nacionalidade e nem ficaram com mágoas, contudo relatam fatos comprovando que isso ocorreu. Zelinda (2010) relata que “[...] a mãe dizia para cuidar na escola, para não levar castigo do professor”. Duzolina (2010) conta:

Não sentia perseguida, minha irmã me repreendia para que eu não falasse errado[a língua portuguesa]. Me lembro que meu pai teve que fica no mato uma semana por causa de uma revolução, eles pegavam , matavam, meu pai ficava a cavalo no mato, os perseguidores eles vinham de trem do Rio Grande. Não me lembro o ano, se eles pegavam alguém, apanhavam.

Contudo, Duzolina (2010) relata que “As coisas ruins eles [os pais] não contavam sobre essa perseguição, eu não sei, o meu pai nunca contou, só se foi pros meus irmãos mais velhos”.

Com o decorrer da II Guerra Mundial, imigrantes e descendentes de italianos e alemães que viviam em Santa Catarina ficavam acuados em razão da sua nacionalidade, muitos sendo considerados perigosos para o Brasil, pela suspeita de serem traidores ou informantes dos nazistas. Houve racionamento de alimentos e os descendentes de estrangeiros tiveram dificuldades em conseguir, principalmente dois produtos principais: o café e o açúcar, como conta Zelinda (2010). Pedro (2009) também relata a dificuldade durante a guerra: tinham de racionar café e açúcar. A sua mãe torrava a cevada em um frigideira, depois jogava água quente e tomava.

Augusta (2009) diz “Que passava os trens pra cima e pra baixo aí, eu me lembro que diz que era guerra que tinha, não sei o que, eu morava do outro lado [...] isso eu me lembro”.

No final da guerra Duzolina (2010) cantava: “[...] faz com que a guerra acabe na terra”. José (2008), sobre a II Guerra Mundial, narra:

A gente lembra assim que nos tínhamos um vizinho que era alemão. E ele sempre vinha na nossa casa. Então ele falava que eles tinham um rádio clandestino por aí, da Alemanha. Toda a sexta-feira eles saíam de casa, que era um vizinho né. Iam lá numa comunidade para escutar como que tava a guerra e depois que eles perderam a guerra eles ficaram mais assim, neutro né, não falavam mais, que antes eles falavam que se eles ganhassem a guerra eles iam de volta pra Alemanha, mas não foram mais de volta. Só que eles eram gente boa, até o pai de um desses aí, não falava em brasileiro, só em alemão e não entendia nada em brasileiro.

Segundo Fáveri (2005, p. 37) “Naqueles anos, estratégias governamentais arvoraram-se na produção de sujeitos que temessem um ‘outro’, ou aquele que, na contingência das relações, era inimizado por conta de sua origem étnica”. Filomena (2010) lembra o terror da guerra: “Foi a época dos brasileiros que foram pra lá. Meu cunhado foi expedicionário, depois logo acabou, ele chorava muito, achava que não ia mais voltar, tinha um sentimento de lutar contra seu próprio povo”.

Até hoje o medo ficou marcado nos descendentes de italianos, conforme descreve Bauman (2008, p. 8, destaque do autor): o “Medo’ é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e de que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance”. O que está ao alcance dos entrevistados é contar o que ocorreu durante o Estado Novo. Mesmo hoje, a lembrança daquele período traz consequências para alguns entrevistados. Um medo, em forma de esquecimento, que calou alguns de maneira que fez o ressentimento vencer a memória e a fala.

5.6 AS NOTÍCIAS

As principais fontes de notícias que chegavam aos imigrantes e descendentes eram os jornais, com destaque, em Joaçaba e regiões vizinhas, para **Voz D'Oeste**, **A Tribuna** e o **Correio Riograndense**. O período do Estado Novo, os meios de comunicação estiveram sob o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda, o Dip, que orientava, sob a égide do governo brasileiro, o que poderia ser divulgado e repassado ao povo.

O jornal **Voz D'Oeste**, editado em Cruzeiro/Joaçaba no início de sua edição, abrangia Campos Novos, Chapecó, Concórdia Caçador e Cruzeiro. Era publicado bi-semanalmente: às quartas-feiras e aos sábados. A partir de 1940, o jornal passou a ser editado semanalmente, como *Semanário Independente – Nova Fase*, com enfoque ao contexto local.

A Tribuna, editado na cidade de Cruzeiro/Joaçaba, dava enfoque para as notícias referentes às questões locais, nacionais e internacionais. Sua circulação era de abrangência regional.

O **Correio Riograndense**, fundado em 1909, na cidade de Caxias do Sul, tinha sua circulação entre os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. De origem católica, dirigido por padres capuchinhos, era assinado ou comprado por alguns migrantes do Rio Grande do Sul que moravam no Vale do Rio do Peixe, forma de não perder totalmente o contato com suas origens riograndenses (EDITORA SÃO MIGUEL, 2009; PEDRO, 2009).

Pedro (2009) relata sobre o jornal Correio Riograndense:

Eu recordo que ele [o pai] assinava um jornal que vinha toda a semana: o **Correio Riograndense**. E o que ele fazia depois do almoço ou da janta? Ele lia em voz alta e todo mundo tinha que ficar quieto pra ouvir as notícias da II Guerra. É dos Estados Unidos, da Rússia e a gente ficava a par do que acontecia no mundo através da leitura desse jornal, de revistas. Esse jornal era de Caxias do Padres Capuchinos, assim sempre traziam conhecimento, novidades e a gente aprendia afinal, e ia crescendo pra vida, aprendendo melhor para vida.

5.7 AS MÁGOAS E A PROTEÇÃO

[...] eu me orgulho em ser italiana. (HORTÊNCIA, 2010).

As mágoas são o reflexo do medo na vida dos descendentes de italianos do Vale do Rio do Peixe. O não poder falar com outros a sua língua materna causou profundas cicatrizes; esconderem-se, isso passou a ser o cotidiano de muitos. Marina (2010) conta que “[...] eles (os pais) falavam que não era para falar com os estranhos em italiano para não prejudicar eles, se aparecia alguém a gente se escondia, parecia bicho do mato”. Tinham que se cuidar para ninguém escutar o que falavam, os mais antigos ficavam sem sair de casa como relata Alcides (2010). O não saber falar a língua portuguesa foi o principal fator de isolamento de pais e avós dos entrevistados.

Os pais alertavam para que as crianças não falassem em italiano perto de estranhos. Entre os italianos, podiam falar, cantar e até rezar. Pedro (2009) relembra que “O pai exigia que nós não falassem em italiano ou falasse bem baixinho na vila, em casa tudo em italiano”. Luíza (2010) conta que sua mãe dizia para aprender a falar em brasileiro. Zelinda (2010) rememora que a mãe dizia para ele se cuidar. Mafalda (2010) lembra que “A mãe dizia para cuidar porque o cara vinha escutar; podia ser preso”. A proteção dos pais para com os filhos era evidente, assim como o medo e a preocupação com a represália por parte das autoridades e dos próprios brasileiros.

Como consequência das medidas nacionalizadoras, Radin (2001) destaca que, a partir da campanha de nacionalização, o idioma italiano, língua materna dos imigrantes, esteve restrito ao ambiente familiar e entre os mais idosos. A forma autoritária como a campanha aconteceu originou o temor às perseguições; os descendentes passavam a se isolar em razão das diversas restrições ao seu modo de ser. Corroboram essa ideia os idosos entrevistados para esta pesquisa.

O receio em sair de casa por representar estarem constantemente sendo vigiados fazia com que o isolamento se tornasse uma tática viável como forma de proteção das famílias. Ser perseguido a mando de alguém, não poder se expressar livremente a não ser que fosse na língua portuguesa, não poder ouvir o rádio, viver enclausurados em suas próprias casas, tudo indica que essa situação parecia aos imigrantes e seus descendentes uma prisão domiciliar, que virou cotidiano no Brasil durante o Estado Novo. Para não ser perseguido a todo o momento, a tática seria muito simples, deveriam virar “o novo brasileiro”.

Segundo Campos (2008, p. 224), “O controle do uso da língua constituiu-se num elemento de significativa importância para garantir a homogeneidade cultural, a afirmação do estado, a integridade da nação”. Assim, a língua e a cultura italiana passaram a ficar cada vez mais restritas ao ambiente familiar e, conseqüentemente, à língua pátria, a portuguesa, foi substituindo até a língua italiana definhando.

Assim “A campanha de nacionalização no Oeste ocorreu num momento de fragilidade das etnias que estavam se estabelecendo na região, exigindo delas uma renegociação imediata e contínua para facilitar a sua permanência física e garantir a sua sobrevivência no local” (NODARI, 2009, p. 22). Segundo Perazzo (2009, p. 87):

Podemos considerar que os ítalo-brasileiros mostravam-se simpáticos ao fascismo porque acreditavam que a exaltação da italianidade não se chocava com o sentimento de brasilidade que também preservavam. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a participação brasileira ao lado dos Aliados, esses ítalo-brasileiros optaram pelo Brasil, traíndo as expectativas das autoridades fascistas.

Juntamente com o fator de a língua italiana ter algumas aproximações com a língua portuguesa, no Brasil passou-se a falar uma mistura de italiano com português. As novas gerações aprenderam a língua de seu país, o Brasil, e muitos desaprenderam a italiana, assim a nacionalização da educação cumpriu a sua principal meta, tornar a língua portuguesa a língua falada por todos.

Com o final da II Guerra Mundial, a convivência entre grupos culturais passou a ser mais amena; contudo, esse processo foi repressor e homogeneizador, principalmente para as novas gerações, que, naquele momento, estavam em idade escolar e em plena formação, facilitando a introjeção de um caráter nacional, vinculado a um processo pautado no medo.

A reinstalação da democracia representativa (Constituição de 1988) e a legislação pertinente, propugnando a diversidade cultural (Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1996), propiciam trabalhos acadêmicos elaborados por descendentes da geração que sofreu o processo de nacionalização nas escolas de áreas de “colonização” italiana e alemã. Esses pesquisadores fazem revisão da época e racionalizam afetos daquele momento de sofrimento por que passaram

seus ascendentes. Fáveri (2005) pode ser indicada. A obra de Nodari (2009) pode ser analisada e indicada. Sob outro ângulo: de como táticas podem indicar não só uma forma de resistência, mas de sobrevivência dessa geração e garantia de proteção para os seus filhos e filhas.

Este trabalho de pesquisa pretendeu contribuir, também, com material coletado por meio de entrevista entre remanescentes daquele período, registrando suas memórias e medos, suas impressões em relação à vivência de uma parcela do território de Santa Catarina nos aspectos da educação, língua e nacionalização sob o Estado Novo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o povo detém o direito fundamental e inalienável de saber o que foi feito em seu nome. Por outro lado, a capacidade de lembranças constitui importante instrumento para tenta evitar os erros e renovar acertos do passado. (SEITENFUS, 2009, p. 20-21).

[...] o silêncio não é interpretável mas compreensível. (ORLANDI, 1992, p. 51).

A guerra é como uma pedra jogada na água: para além do impacto localizado, ela provoca várias ondas e, nestas, leva o desespero, o sofrimento, a destruição para muito além do lugar de impacto. (PEDRO, 2005, p. 12).

No decorrer desta pesquisa foram analisados fatos acontecidos durante a política de nacionalização do Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas, com o auxílio de seu Interventor Nereu Ramos, no estado de Santa Catarina, especificamente na região do Vale do Rio do Peixe. Também abordou-se a questão educacional ocorrida entre os anos de 1937-1945 na região estudada.

As medidas nacionalizadoras adotadas pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo demonstraram como o governo pretendia fortalecer o Estado-Nação, evitando qualquer mal que pudesse comprometer a soberania nacional. Uma das possíveis ameaças de comprometimento dessa soberania era a presença dos imigrantes e seus descendentes, principalmente, italianos e alemães que haviam se estabelecido no país, cujas interferências supostamente advinham de possíveis afinidades com o fascismo, o nazismo e o comunismo.

Muitos desses imigrantes europeus escolheram os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina para construir uma nova vida. Um fator de escolha recaiu na semelhança entre o clima dos seus países com o clima frio das terras sul-brasileiras, com destaque para o Rio Grande do Sul. Após o esgotamento das fronteiras agrícolas riograndenses, os migrantes de origem italiana e alemã residentes naquela região, com a perspectiva de recriarem a sua cultura, deslocaram-se para o meio oeste de Santa Catarina, para a região do Vale do Rio do Peixe, que apresenta características que remetem à

região do estado vizinho. Assim, muitas famílias migraram para o Vale do Rio do Peixe onde já se encontravam estabelecidos parentes e amigos, o que lhes facilitava a vinda.

As famílias que migraram vinham com filhos em idade escolar. Entretanto, quando chegaram à região do Vale do Rio do Peixe, não encontraram estrutura institucional vinculada aos seus hábitos e costumes. Dessa maneira, recomeçaram a vida em terras catarinenses, abrindo estradas e levantando casas, igrejas e escolas, o que, na época, fortalecia e preservava a cultura italiana.

As medidas nacionalizadoras ocorridas durante a Era Vargas tiveram a sua ênfase durante o período do Estado Novo (1937-1945). Dentre as táticas utilizadas, a mais dolorosa foi adestramento dos novos brasileiros via educação. Getúlio Vargas priorizou medidas nacionalizadoras no ensino primário; dessa forma, a educação nacionalista interferiu em toda a sociedade da época com reverberação para as gerações que fariam parte do futuro brasileiro.

Portanto, para o fortalecimento do Brasil, a escola teve o papel de influenciar as novas gerações, fazendo com que os italianos imigrados e seus descendentes esquecessem sua antiga pátria e cultura, no intuito de tornarem-se “verdadeiros brasileiros”.

A linha central da política educacional foi o controle do uso da língua materna dos estrangeiros. A proibição total de seu uso nas escolas, via Decreto-Lei 88, de 31 de março de 1938 (Estadual), estabeleceu normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, tendo em vista que, nas escolas públicas, o ensino já ocorria na língua oficial. Assim, era vedado, em todas as escolas, o uso da língua estrangeira italiana (e outras) e materiais didáticos que não fossem exclusivamente em língua nacional.

A escola teve como método auxiliar nacionalizador os materiais direcionados a ensinar e a “moldar” os brasileiros. As estratégias educacionais nacionalizadoras, utilizadas no período do Estado Novo nas escolas brasileiras, foram eficientes para alterar a língua falada no âmbito escolar. Por conseguinte, “o novo brasileiro” formado dentro da escola nacionalista tornou-se o reprodutor da ideologia nacionalista fora da escola.

As crianças, quase sempre submissas em sala de aula, estavam sob a ação direta de um educador. Os professores, conforme os entrevistados, não apresentaram resistência à imposição da fala da língua portuguesa em sala de aula, mesmo que fora da escola alguns falassem a língua italiana. Os professores representavam a figura central

e foram os principais semeadores da nova ideologia proposta pelo governo.

Já para os adultos, o processo foi muito mais difícil e doloroso, pois tiveram que aprender a língua oficial em período curto. A necessidade dos migrantes e seus descendentes italianos de comunicarem-se publicamente, apoiando-se, inclusive, nos conhecimentos que os filhos recebiam na escola, gerou o processo de assimilação da nova língua. Contudo, dentro das casas, manteve-se a língua italiana, mesmo que sussurrada. Os mais velhos ficavam isolados, porque não falavam nada em “brasileiro”. O controle do Estado se fazia presente por parte dos governantes e da polícia que, na época, utilizaram métodos específicos para que os ideais de nacionalização fossem cumpridos. As perseguições e os espiões afligiram demasiadamente a vida dos migrantes e descendentes estabelecidos no Vale do Rio do Peixe, conforme relatos dos entrevistados.

As vozes dos idosos presentes neste trabalho demonstram como aquele período vivido foi marcado por lembranças que reverberam em medo até hoje, medo revelado pelas pausas durante as entrevistas, pelos olhos que não querem lembrar o passado. Entretanto, apesar da dor da rememoração, existem lembranças contadas com alegria e até algumas fotos que celebram um período que se quer esquecer.

É preciso buscar-se as palavras de Seyferth (2003, p. 59) para se fazer compreender a relutância que certos entrevistados demonstraram: “A campanha de nacionalização criou um ambiente de medo, e o ressentimento que ela provocou pode ser percebido ainda hoje. Ela foi vista como uma violência sem lógica, sem fundamento, contra cidadãos que se consideravam leais a sua pátria [...]”.

O medo, a dor, a alegria ficaram, sim, nas entrelinhas de um povo que migrou para o Brasil, contribuindo com sua cultura e com seu trabalho. Um povo que trabalhou sonhando, um sonho que lhe foi negado no “velho mundo” e solapado repentinamente no “novo mundo”. Um povo que, anos mais tarde, pôde novamente ter reconhecida a língua materna que foi legitimada pelos artigos 26 e 78 – tratando a questão da pluralidade cultural – da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Atualmente, muitas cidades possuem grupos de retomada da cultura italiana e alemã, com o intuito de reconhecer o direito da prática

de manifestações culturais dos povos que foram importantes para a formação o desenvolvimento do Brasil.⁴⁸

Sinto que, pessoalmente, tive perdas com a proibição de se falar a língua italiana, pois, a geração dos meus pais, nascidos na década de quarenta do século XX, aprendeu em casa ainda a falar a língua italiana e só mais tarde, já na escola, aprenderam, oficialmente, a língua portuguesa. Fato esse que não ocorreu com a geração da minha irmã e a minha, nas décadas de sessenta e setenta do século passado, já que a língua portuguesa já havia substituído totalmente a italiana.

Durante as entrevistas, percebi que muitas lembranças dolorosas que os migrantes descendentes de italianos guardavam ainda se mantinham vivas. Então, por tudo o que ouvi e li, tenho certeza, e agora afirmo, não queria ter vivido naquele período.

O que senti em termos de afeto, ao realizar este trabalho, restaurando e registrando as memórias de idosos migrantes de origem italiana, fixados no Vale do Rio do Peixe, é que esta ação social contribuiu para melhor compreensão da história das relações sociais dos descendentes de italianos em Santa Catarina. Revendo e refazendo a trajetória dos meus ascendentes, mesmo reconhecendo que a consecução da homogeneidade do Estado-Nação brasileiro tenha sido alcançada, formalmente, repenso a ideologia contida na ideia de que dificilmente em Gaia perde-se totalmente a noção de nação (“nation” nos termos da origem da palavra). Concluo, então, transcrevendo a frase já ouvida: *Io sono brasiliana, ma un pezzo del mio cuore è italiano.*⁴⁹

⁴⁸ Como exemplo, na cidade de Luzerna- SC, existem três grupos: Associação Cultural Germânica Henrique Hacker (origem alemã); Associação Triveneta di Luzerna e Circolo Trentino de Luzerna (origem italiana).

⁴⁹ Eu sou brasileira, mas um pedaço de meu coração é italiano.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, O **Método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Da Constituição de 1934 ao golpe do Estado de 1937. **História Integrada:** do Fim do Século XIX aos Dias de Hoje. 3 ed. São Paulo: Ática, 1996, v.4. p. 97–101.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOSI, Ecléa. **MEMÓRIA E SOCIEDADE:** lembrança de velhos. São Paulo. T. A. QUEIROZ, EDITOR, 1983.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: **REPENSANDO o Estado Novo** / Dulce Pandolfí, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 137–166. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 13 outubro 2009.

BRANCHER, Ana (org.). **HISTÓRIA DE SANTA CATARINA:** Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 167-198.

CARONE Edgard. **O ESTADO NOVO (1937–1945).** São Paulo. BELATRIX, 1977.

CAMPOS, Cyntia Machado. **A política da língua na era Vargas:** proibição de falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

_____, Cyntia Machado. **Santa Catarina, 1930:** da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CAPELATO. Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena.** Propaganda política no Varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CHARLOT, Bernard. O “FILHO DO HOMEM”: Obrigado A Aprender para Ser (Uma Perspectiva Antropológica). In. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CRISTOFOLINI, Nilton José. **NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO: Estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville**. 2002. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

CORRÉA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 1930 e a política de Santa Catarina até 35**. Florianópolis: Ed. da UFSC. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

D’AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino: Aspectos Políticos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

DALMOLIN, Cátia. **Senza Ritorno: A emigração italiana no Brasil**. Santa Maria: Pallotti, 2004.

DAROS, Maria das D. **Formação de Professores em Santa Catarina**: breves considerações sobre sua história. In. DAROS, Maria das D; DANIEL, Leziany Silveira; SILVA, Ana C. **Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005.

DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO. **Circulares de 1943 e 1944**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo. Melhoramentos. 1978.

_____, Émile. **SOCIOLOGIA, EDUCAÇÃO E MORAL**. Porto. Rés-Editora, 1984.

FALCÃO, Luiz Felipe. A Guerra Interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização) In:

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas**, DD. Presidente da República. Porto Alegre: Of. Gráf. Da Imprensa Oficial, 1943. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/mem_1938_1943.pdf>. Acesso em: 18 março 2009. p. 10.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2. ed. Itajaí: E. Univali; Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2005.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2 ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

_____, Neide Almeida. **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. In: FIORI, Neide Almeida (org.). Florianópolis: Editora da UFSC, Tubarão Editora UNISUL, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GERTZ, René E. **O Fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. O fascismo e o Nazismo. **História**: Sociedade & Cidadania. 1 ed. São Paulo: FTD, 2006, p 95-105.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-70.

HEINSFELDER, Adelar. **A Questão de Palmas entre o Brasil e Argentina** e o início da Colonização da Colonização Alemã no Baixe Vale do Rio do Peixe. Joaçaba: UNOESC, 1996.

_____. Adelar. **PUXANDO PELA MEMÓRIA**: A nacionalização do Ensino no Município de Cruzeiro/Joaçaba. [19--?]. Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st3/st3adelar.doc>>. Acesso em: 01 fevereiro 2010.

_____. Adelar. O Sentido geopolítico-estratégico da colonização germânica no Vale do Rio do Peixe. In. _____ (org.). **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001a, p. 95-138.

HERSCHMANN, Micael M.(org.); PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org), O Imaginário Moderno no Brasil. In. **A Invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 9-42.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LIMA, Hermes. Significação do Nacionalismo. In. SCHWARTZMAN, Simon (org.) **O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, vol. 6, 1981.

MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. p. VII–XXIII.

MARTINS, Sergio. **Meu Herval**, Herval d’Oeste. Herval d’Oeste: Ed. do Autor, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E NORAL**. XVI. Estado de Santa Catarina. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Boletim nº 21. Rio de Janeiro, 1942.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940**. Florianópolis, 1979. 156 f. Dissertação (Mestrado História). Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

NOPEs, Adriana. **ILHA DE SANTA CATARINA: praia dos ingleses entre modernização e memórias da tradição**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/>>. Acesso em: 07 junho 2009.

ORLANDI, Eni P. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937 / 1945). In. **Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009. p. 113-119.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PEDRO, Joana Maria, Prefácio. In: FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2. ed. Itajaí: E. Univali; Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942–1945)**. São Paulo, Fapesp, 2009.

PIAZZA, Walter Fernando.; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.

_____, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP, n. 10, 1993. p. 41-58.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**. São Paulo, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP n. 22, junho 2001. p. 9-36.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de. **Álbum- Comemorativo do Cinquentenário do Município de Joaçaba**. Joaçaba: s/editora, 1967.

Quivy, Raymond. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Liboa: Gradiva, 1992.

RAMOS, Nerêu. **Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. sr. Presidente da República, pelo sr. Nerêu Ramos**, Interventor federal no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938.

_____, Nerêu. **A OBRA NACIONALIZADORA DO ESTADO NOVO – EDUCAÇÃO FÍSICA**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

_____, Nerêu. **SEIS ANOS DE GOVERNO**. Discurso proferido no banquete oferecido na cidade de Lages, no dia 17 de novembro de 1941. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1941.

RADIN, José Carlos. **Italiano e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. 2 ed.rev.ampl. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001.

_____, José Carlos. Os italianos nas terras novas do Oeste Catarinense. In. HEINSFELDER. Adelar (org.). **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001a. p. 139-168.

_____, José Carlos. Italianos e comunidades rurais no Oeste Catarinense, BENEDET, José H. e MILANI, Maria L. **Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 2003. p. 19-121.

_____, José Carlos (org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens**. Joaçaba: UNOESC, 2005.

RIBEIRO, Betânia O.Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. **O Grupo Escolar de Villa Platina e a Educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinada**, 2003. p 1-20.

_____, Betânia O.Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. **Samba como tática para a educação a ilusão de inclusão social do Movimento da Legião Negra, no Brasil da década de 30 do século XX**. In: VII CONGRESSO LUSOBRASILEIRO de História da Educação, 2008, p. 1-11. Disponível em: <http://web.letras.up.pt/7clbheporto/trabalhos_final.aspx>. Acesso em: 05 junho 2009.

SACHET, Celestino; SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de História. Da consolidação do Território ao Estado Novo 1916-1937**. Vol. II Florianópolis: Editora Século Catarinense, 1998.

SANTOS, Silvio Coelho (org.). **Santa Catarina no Século XX: ensaios e memória fotográfica**. Florianópolis: Editora UFSC: FCC Edições, 2000. p. 7-61.

_____, Silvio Coelho. **Nova História De Santa Catarina**. São Paulo: Símbolo Indústria Gráfica, ([19--], Edição do autor.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SEINTENFUS, Ricardo. Prisioneiros da guerra. In: PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo, Fapesp, 2009. p. 19-24.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: **REPENSANDO o Estado Novo** /Dulce Pandolfi, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 199-228. Disponibilizado em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 outubro 2009.

_____, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris. (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999a.

_____, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide A. (org.). **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Tubarão Editora Unisul, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. Era de Vargas. In: _____. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 21-71.

SMIDERLE, Marisa Aparecida Fabro. **A Política Externa Brasileira e a Argentina na Gestão de Lauro Mulher (1912–1917)**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

SCHWARTZAMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um Auto-retrato**. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1998. Coleção Temas Brasileiros.

_____, Simon; BOMENY, Helena M.B; COSTA, Vanda; M.R.; A Constituição da Nacionalidade. In: _____. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p. 141-172.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Héglio. **Intregalismo** (O fascismo brasileiro na década de 30). 2 ed. Rio de Janeiro: Difel Difusão Editorial S/A, 1979.

VARGAS, Getúlio; PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas: diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995, 2v.

ZAMBONI, Marilda Moro. **Luzerna: memórias da evolução de um lugar**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2005.

ZAGO, Denise. **A Campanha de Nacionalização em Videira: Um tempo para esquecer**. 2007.151f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

Brandi, Paulo [19--],
<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_20.asp> Acesso em: 17 março 2009. p. 20.

CPDOC/FGV [19--], s/p
<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_poladm_estadonovo.htm>. Acesso em: 06 junho 2009.

CPDOC/FGVa [19--], s/p
<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_nazismo.htm>. Acesso em: 06 junho 2009.

CPDOC/FGVb [19--], s/p
<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_aib.htm>. Acesso em: 05 julho 2009.

CPDOC/FGVc [19--], s/p
<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_poladm_integralista.htm>. Acesso em: 26 julho 2009.

CPDOC/FGVd [19--], s/p
<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_plano_cohen.htm>. Acesso em: 06 junho 2009.

CPDOC/FGVe [19--], p. 16
<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_16.asp>. p. 16
Acesso em: Acesso em: 04 junho 2009.

CPDOC/FGVf [19--], s/p.
<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_gustavocapanema.htm>. Acesso em: 19 março 2009.

CPDOC/FGVg [19--], s/p
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>>. Acesso em: 24 janeiro 2010.

CPDOC/FGVh [19--], s/p

< <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/TribunalSegurancaNacional>>. Acesso em: 24 janeiro 2010.

(CPDOC/FGVi [19--], s/p)

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>>. Acesso em: 25 de janeiro 2010

CPDOC/FGVj [19--], s/p

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>>. Acesso em: 01 fevereiro 2010.

CPDOC/FGVk [19--], s/p

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>>. Acesso em: 02 fevereiro 2010.

CPDOC/FGVI [19--], s/p

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>>. Acesso em: 03 fevereiro de 2010.

CPDOC/FGVm [19--], s/p

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/ReformaEnsinoSecundario>>. Acesso em: 04 fevereiro 2010.

CPDOC/FGVn [19--], s/p

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>>. Acesso em: 03 fevereiro 2010.

CPDOC/FGVo [19--], s/p

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>>. Acesso em: 03 feveiro de 2010.

CPDOC/FGVp [19--], s/p

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_luna>. Acesso em: 01 março 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
<http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1940&titulo=Censo%201940>. Acesso em: 03 fev. 2010.
<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html>. Acesso em: 05 setembro 2010.

EDITORA SÃO MIGUEL

<<http://www.editorasaomiguel.com.br/correio/historico.htm>>. Acesso em: 29 maio 2009.

GOVERNO SANTA CATARINA

<<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/governadores.html>>. Acesso em: 05 junho 2009

GOVERNO SANTA CATARINA- PORTAL TURISMO

<<http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=65&Pag=2>>. Acesso em: 06 junho 2009.

SIE – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DE SANTA CATARINA

<<http://www.sie.sc.gov.br/sie/competencias/ferroviario.do>>. Acesso em: 04 junho 2007.

UNC – MUSEU DO CONTESTADO

<<http://www.cdr.unc.br/ambientes/museu/museu.htm>>. Acesso em: 04 junho 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

<<http://www.joacaba.sc.gov.br/conteudo/?item=18926&fa=5294&PHPSSSID=qct8p4vf7bhk1vples4g8f92q5>>. Acesso: em 11 fevereiro 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

<<http://www.luzerna.sc.gov.br/conteudo/?item=11586&fa=5812>>
Acesso: em 11 fevereiro 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA –
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

<<http://www.bu.ufsc.br/modules/conteudo/index.php?id=14>>. Acesso em 28 jun. 2010.

Livros de Leitura

PRIMEIRO Livro de Leitura. Série Fontes. Florianópolis. Tip. Livraria Central. 1945.

TERCEIRO Livro de Leitura. Série Fontes. Florianópolis. Tip. Livraria Central. 1939.

Decretos Estaduais:

Brasil. Decreto-lei n. 35, de 13 de janeiro de 1938. Proíbe o uso de nomes estrangeiros em sedes, ou núcleos, de populações que se criarem, e nos estabelecimentos escolares, ou outros, que recebam auxílio, ou favor, Do Estado ou dos Municípios. **LEX:** Coleção de decretos-leis de 1938 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1938.

Brasil. Decreto-lei n. 88 de 31, de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escola particular, no Estado. **LEX:** Coleção de decretos-leis de 1938 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1938.

Brasil. Decreto-lei n. 124 de 18, de junho de 1938. Cria a inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização de Ensino. **LEX:** Coleção de decretos-leis de 1938 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1938.

Brasil. Decreto-lei n. 142 de 20, de junho de 1938. **LEX:** Coleção de decretos-leis de 1938 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1938.

Decreto-lei n. 301 de 24, de fevereiro de 1939. Estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário, institui a quitação escolar e cria o registro de censo escolar. **LEX:** Coleção de decretos-leis de 1939 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1939.

Periódicos (décadas de 1930-1940)

Jornal **Voz d'Oeste**, Cruzeiro/Joaçaba

Jornal **A tribuna**, Cruzeiro/Joaçaba

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Outro

Jornal **Fon-Fon**, Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional – Disponível em: <

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_anos.htm>. Acesso em 03 mar. 2009.

Entrevistas

Entrevistado	Data entrevista
José	22/03/2008
Ana	22/03/2008
Giacomo	01/05/2008
Augusta	17/04/2009
Pedro	14/04/2009
Marina	02/01/2010
Alcides	02/01/2010
Ângela	02/01/2010
Duzolina	03/01/2010
Filomena	03/01/2010
Luíza	04/01/2010
Hortência	04/01/2010
Zelinda	05/01/2010
Faustina	05/01/2010
Inês	06/01/2010
Mafalda	06/01/2010

Quadro 5: Data da realização das entrevistas

ANEXOS A

A figura 7 reafirma a centralidade de poder nas mãos do Presidente brasileiro Getúlio Vargas.



Figura 7: Getúlio Vargas - Cartões postais exaltando as realizações do governo Vargas, editado pelo DIP, 1937/1945. Rio de Janeiro (RJ) - CPDOC/ GV foto 091/4)

Fonte: CPDOC/FGV, [19--], s/p

A figura 8 de Benedito Mussolini também demonstra a centralidade do poder nas mãos do líder, como soberano e único.



Figura 8: Benedito Mussolini, 1927. Roma (CPDOC/ OA foto 027/1)
Fonte: CPDOC/FGV, [19--], s/p

ANEXO B

Oração á Bandeira

Por Fausto

Simbolo augusto da patria! Tu representas ó Bandeira invicta, toda a imensa grandesa da Nação Brasileira!

Sob o azul celeste do teu pátio se abrigam as grandes as grandes multidões que buscam a vida no seio da terra que simbolizas.

Sobre ti palpita um céu broslado de milhões de astros, onde o Cruzeiro do Sul se engasta, tremeluzindo como opalas a faiscar no manto imperial do famoso Gigante Brasíliao.

Tù espargistes a luz e a bençam sobre os filhos de Piratininga, os destemindos Bandeirantes – e á sua frente abriste as trilhas dos progresso, e desbravastes as broncas florestas, que povoaram!

Tù inspirastes os vultos insignes que te inalterceram e á tua frente rebentaram as florações da glória, que foram os grandes feitos de horoismo, por que pugnaram.

Por ti só expandem os corações. Por ti se rejubila e se entusiasmo, quando tremulas desfraldada as auras da Terra de Santa Cruz!

Tù guiaste os Argonáutas de Colombo e de Alvares Cabral para o Porto Seguro de teu seio, e lhes desvendastes as opalas faiscantes do Cruzeiro e as esmeraldas que juncam o teu solo!

E a par de tanta opulência, deslumbraste a sua vista virgem de grandezas com as maravilhas bizarras e insonhadas da tua fauna e tua flora!

Desde então começaram as invasões de teu solo pelos povos insaviaveis de riquezas que tentaram sempre arrancar-te ás mãos que te sangram deusa e rainha!

Daí as vitórias das Tabocas e dos Guararapes, as façanhas de Henrique Dias, Fernandes Vieira e Camarão, na Guerra Holandesa!

Foste a mortalha bicolor dos teus filhos martirizados e ouviste o grito dos teus filhos martirizados e ouviste o grito da Liberdade nas sagradas colinas do Ipiranga!

Por ti derramaram seu sangue Marcilio Dias, Padre Afonso e Greenhaigh, no Riachuelo! Tremulaste vitoriosa nas mãos de Barroso, depois de ameaçada pelo despotismo de Solano Lopes!

Nunca te vi, sacrosanto pavilhão de minha Pátria, sem frenir de júbilo e de orgulho e sem entrever em ti a altivez do povo brasileiro! Nunca te vi sem glorificar as belezas virgens das matas do Brasil, o colorido promiscuo dos seus pássaros, a singularidade dos teus animais, a riqueza do seu solo e o pálido esmeraldino de sua arcada!

És a Arca da Aliança, continente de toda a riqueza e de toda a glória da Terra de Santa Cruz! És a Bandeira da Igualdade e da Hospitalidade, de tudo quando é bélo, grande, nobre, justo e altivo.

<<Brasil! Seja de amor eterno símbolo o pavilhão que ostenta estrelado; e diga o verde-louro dessa flâmula Paz no futuro o glória no passado>>

E tu sacra Bandeira do Brasil, que viste passar o Centenario glorioso daquela data imortal, em que a Liberdade, estendendo sobre nós as azas protetoras, quebrou os ferros da nossa escravidão, - tu reináras gloriosamente sobre o teu povo, entre as aclamações orantes dos teus filhos!

E quando a ambição dos povos quiser lançar sobre ti as garras agressivas, sê para sempre o guia dos teus soldados contra as hostes inimigas, ó tu, sacra Bandeira do Brasil, nossa gloria e nossa vida!

ANEXO C

Dados do Censo de Santa Catarina (SC) no de 1940 relacionados à língua nacional e à nacionalidade

Os dados a seguir foram retirados do censo de 1940 – IBGE

Tabela 1: Pessoas Segundo a nacionalidade e condição de falar ou não corretamente o português

Totais – SC	970.336
Falam corretamente	890.724
Não falam corretamente	79.236
De condição não declarada	376
Brasileiros natos	943.142
Falam corretamente	873.502
Não falam corretamente	69.291
De condição não declarada	349
Brasileiros naturalizados	5.669
Falam corretamente	4.143
Não falam corretamente	1.523
De condição não declarada	3
Estrangeiros	21.485
Falam corretamente	13.046
Não falam corretamente	8.417
De condição não declarada	22
De nacionalidade não declarada	40
Falam corretamente	33
Não falam corretamente	5
De condição não declarada	2

Fonte: IBGE, 2010, p. 84

Tabela 2: População de Fato

Nacionalidade	
Brasileiros natos	1.152.091
Brasileiros naturalizados	5.669
Estrangeiros	21.532
De nacionalidade não declarada	47

Fonte: IBGE, 2010, p. 78

Tabela 3: Instrução Escolar

Instruções	
Sabem ler e escrever	476.884
Não sabem ler nem escrever	492.711
De instrução não declarada	741

Fonte: IBGE, 2010, p. 79

Tabela 4: Brasileiros Natos segundo a naturalidade dos pais

Pais nascido no Brasil	1.036.906
Mãe nascida no Brasil	1.025.544
Mãe nascida em país estrangeiro	10.917
Mãe nascida em país não declarado	445

Pais nascido em país estrangeiro	110.408
Mãe nascida no Brasil	37.386
Mãe nascida em país estrangeiro	72.859
Mãe nascida em país não declarado	163

Pais nascido em país não declarado	3.778
Mãe nascida no Brasil	1.194
Mãe nascida em país estrangeiro	128
Mãe nascida em país não declarado	1.696

Fonte: IBGE, 2010, p. 80

ANEXO D

Outra forma de universalização demandada pelos governantes foi à utilização de uniformes para alunos e professores, como pode se observar nas Figuras 9, 10, 12 e 13. Já na figura 11 tem o emblema utilizado nos uniforme de Educação Física.

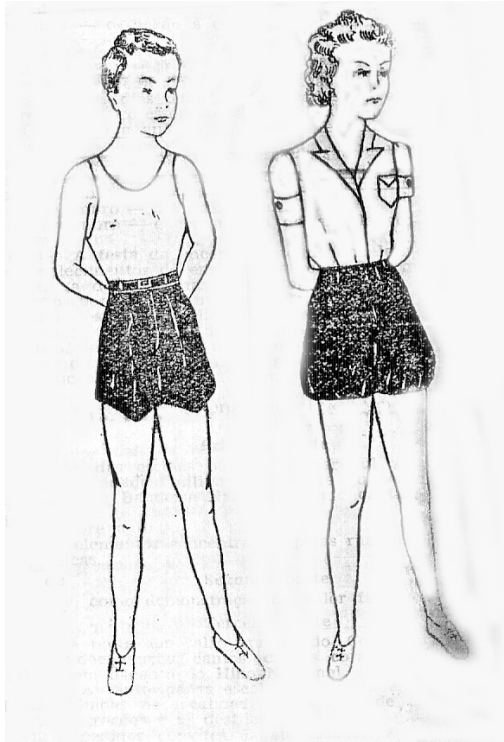


Figura 9: Uniforme dos alunos de Educação Física nos estabelecimentos estaduais, municipais e particulares

Fonte: Departamento da Educação, 1944, p. 178

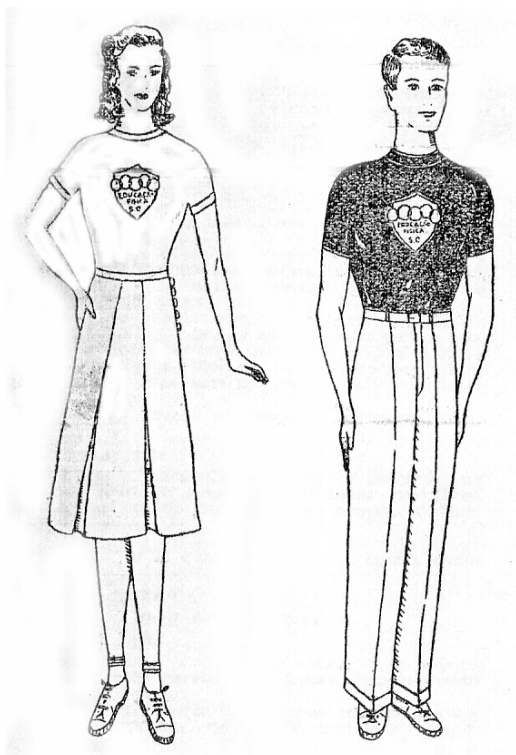


Figura10: Uniforme dos professores de Educação Física para festas e formaturas
Fonte: Departamento da Educação, 1944, p. 177



Figura 11: Emblema do uniforme de Educação Física
Fonte: Departamento da Educação, 1944, p. 177

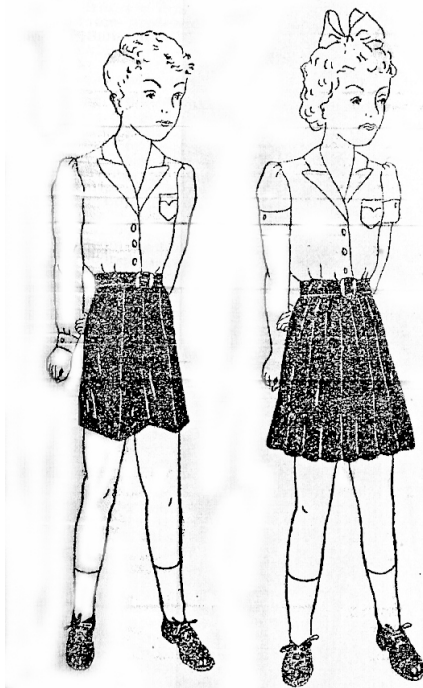


Figura 12: Uniforme para os alunos de curso primário
Fonte: Departamento da Educação, 1944, p. 175

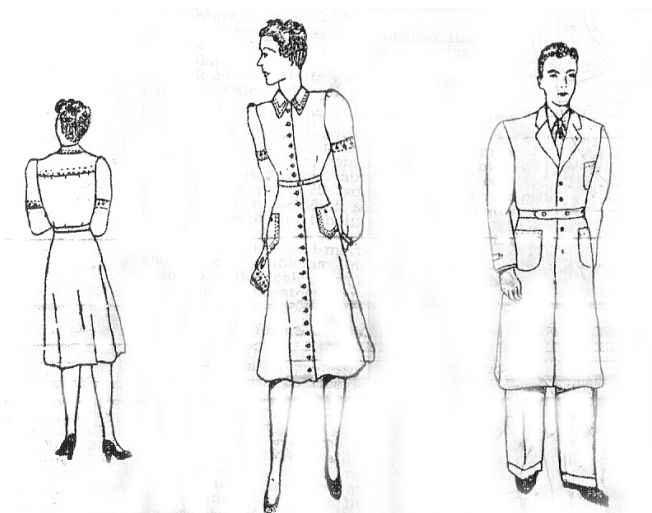


Figura 13: Uniforme para professores de grupos escolares e facultativo para as escolas isoladas
Fonte: Departamento da Educação, 1944, p. 176

ANEXO E

Alguns Decretos do Período em Análise

Ano 1938

Decreto-Lei n. 35 de 13 de janeiro de 1938 – Proíbe o uso de nomes estrangeiros em sedes, ou núcleos, de populações que se criarem, e nos estabelecimentos escolares, ou outros, que recebem auxílio, ou favor, do Estado, ou dos Municípios.

Decreto-Lei n. 88, de 31 de março de 1938 – Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no Estado.

Decreto-Lei n. 124 de 18 de junho de 1938 – Cria a Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino.

Decreto-Lei n. 125 de 18 de junho de 1938 – Cria a Inspetoria de Educação Física.

Decreto-Lei n. 142 de 20 de julho de 1938 – Dispõe sobre sociedades escolares

Decreto-Lei n. 184 de 10 de setembro de 1938 – Estabelece normas aplicáveis aos professores que se matricularam no Curso Provisório de Educação Física.

Decreto-Lei n. 192 de 16 de setembro de 1938 – Estabelece vencimentos dos professores de Curso provisório de Educação Física.

Decreto-Lei n. 508 de 18 de agosto de 1938 – Regulamento do curso provisório de Educação Física.

1939

Decreto-Lei n. 301 de 24 de fevereiro de 1939 – Estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário, institui a quitação escolar e cria o registro de censo escolar.

Decreto-Lei n. 345 de 06 de junho de 1939 – Dispõe sobre os provimentos de cargo de professor de Educação Física nos Institutos de Educação.

Decreto-Lei n. 350 de 13 de junho de 1939 – Dispõe sobre concursos para lentes e professores dos Institutos de Educação.

Decreto-Lei n. 367 de 21 de agosto de 1939 – Dispõe sobre a criação de cargos de professores de Educação Física.

Decreto-Lei n. 381 de 19 de outubro de 1939 – Institui bolsas escolares

1940

Decreto-Lei n. 461 de 09 de julho de 1940 – Determina a doação pelos municípios de terrenos para grupos escolares.

1941

Decreto-Lei n. 511 de 12 de fevereiro de 1941 – Dispõe sobre Inspeções Escolares.

1942

Decreto-Lei n. 712 de 01 de maio de 1942 – Dispõe sobre as escolas práticas de agricultura.

Decreto-Lei n. 4.545 de 31 de junho 1942 – Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, e dá outras providências.

1944

Decreto-Lei n. 1.078 de 16 de agosto de 1944 – Cria a função de Inspetor de Cooperativas Escolares.

ANEXO F

As Figuras 14 e 15 apresentam dois anúncios do jornal **Stafetta Riograndense**, que informam sobre a venda de lotes de terras na região do Vale do Rio do Peixe. Já a figura 16 representa a cidade de Bom Retiro e os trilhos da estrada de ferro como descrito no anúncio da figura 15.

Colonie BOM RETIRO e NOVA VICENZA (Santa Catharina)

Avvisiamo la nostra distinta e numerosa clientela, che abbiamo comprato, presso la nostra già molto sviluppata e fiorente colonia BOM RETIRO e NOVA VICENZA, la quale oggi è preferita da tutti coloro che la conoscono ed è chiamata la perla delle colonie dello Stato di Santa Catharina,

PIÙ DI 1400 COLONIE

di terra riconosciuta molto buona. La nostra colonia adesso è situata lungo la STRADA FERRATA DI S. PAOLO — RIO GRANDE, su di una estensione di 76 chilometri ed è servita da 4 stazioni, essendo le principali HERVAL e CAMPINZAL sul RIO DO PEIXE.

Abbiamo linee di telefono in costruzione, piú di 80 CHILOMETRI DI strada carreggiabile fatta e facciamo specialmente osservare a tutti i nostri amici e clienti che la NOSTRA IMPRESA liga TUTTE le colonie con STRADE CARREGGIABILI colle SEDI DELLA COLONIA e NON costruisce semplicemente una strada generale, lasciando la maggior parte delle colonie senza vie di comunicazione! Consigliamo dunque i compratori di terre, quando fanno la loro SCELTA, a ricordarsi, che le terre che pretendono comprare, e coltivare per farne fonte di risorse, NON SIANO MOLTO DISTANTI DALLA STRADA FERRATA, unico e economico mezzo per apportare il benessere degli abitanti e contribuire ad un rapido e prospero sviluppo delle colonie, oltre alla valorizzazione delle terre. Senza queste basi principali, le spese di trasporto dei prodotti assorbiranno tutti i lucri.

Terre, che sono distanti da UNA STAZIONE FERROVIARIA PIÙ DI 30 CHILOMETRI, apportano grandi pregiudizi ai loro proprietari, in confronto a quelle che sono VICINE ALLA STRADA FERRATA.

I Reverendissimi Padri Francescani, ancora in quest'anno, apriranno un CONVENTO, e, qualunque funzioni già una scuola pubblica, anche egli stessi Revdmi. Padri apriranno un COLLEGIO.

VENGANO DUNQUE E SI CONVINCANO DELLA REALTÀ E DELLA FERTILITÀ DELLE NOSTRE

T E R R E I

Non esitino un momento. Oggi stesso s'incamminino e COMPRINO PASSAGGIO fino alla stazione: RIO BONITO, e smontino nel Devio BOM RETIRO, situato 5 chilometri al di là della stazione HERVAL!

Empresas Colonizadoras:

H. Hacker & Cia. (União da Victoria)
Jacob Petry & Cia. (Herval)

(d. n. 43. 13. v.)

Figura 14 – Anúncio sobre a venda de lotes de terras no Vale do Rio do Peixe
Fonte: Radin, 2001, p. 186 (anexo 2) retirado do jornal **Stafetta Riograndense**, 30/01/1919, p.3

Sociedade Territorial

MOSELE, EBERLE, AHRONS & Cia.

PROPRIETARI DELLE FUTUROSE COLONIE CONCORDIA E HERVAL.
I DUE MAGGIORI CENTRI DI GRANDE PROGRESSO DELLA
ZONA COLONIALE DI SANTA CATHARINA SITUATI NELLE
VICINANZE DELLE STAZIONI DI MARCELLINO RAMOS E HERVAL.

Acqua e clima: — l'acqua vi é abbondante e eccellente, tutti i terreni sono misurati in modo che ogni colonia sia servita di acqua corrente in quantità. Quanto al clima é il migliore che si possa desiderare, e si assomiglia molto a quello dei nostri municipi della colonia italiana, perciò molto adatto alla cultura di ogni sorta di cereali, specialmente *miglio, frumento, fagioli, fieno, alfafa*, oltre il buon vino perché i vigneti vi fruttano benissimo.

Strade e commercio: — oltre alla favorevole situazione delle nostre terre che si trovano vicine alla strada di ferro, sono pure servite da ottime e numerose strade carreggiabili, proprie per auti e camions, costando per questo pochissimo il frete per il trasporto dei generi coloniali alle stazioni.

Nelle nostre colonie il colono può stabilirvisi subito e produrre in quantità qualunque genere coloniale perché trova immediatamente dove venderlo a buoni prezzi, per trovarsi in mezzo al commercio e perciò dove non mancano mai buoni compratori.

COLONI: — ricordatevi che comprando terreni lontani dal commercio commetteste un grande sbaglio, perché non solo non otterrete buoni prezzi per la vendita dei vostri prodotti come sarete soggetti a pagare carissimi i generi che sarete obbligati a comprare per il vostro consumo, come *sale, zucchero, riso, petrolio* e altri, come pure avrete il disvantaggio di essere lontani da tutti i ricorsi e perciò privi di strade, scuole e di chiese. Ricordatevi pure che comprando terreni di prima qualità vicino ai centri commerciali, é ancora il migliore negozio perciò tutti quelli che desiderano impiegare bene il loro capitale, devono acquistare delle nostre colonie in CONCORDIA o HERVAL.

Prezzi e condizioni di pagamento: — ZONA DI CONCORDIA di 3:000\$000 a 3:800\$000 per colonia di 24 ettari — ZONA DI HERVAL di 3:200\$000 a 4:800\$000 conforme la colonia. Pagamenti in tre prestazioni uguali, a vista a sei mesi e a dodici mesi senza juro, pagando anticipato faremo lo sconto nella base di 12% all'anno.

Conduzione: — per quelli che preferiscono non viaggiare in ferrovia l'impresa dispone di splendidi e comodi auto-omnibus da qualunque punto della colonia italiana fino a Marcellino Ramos oppure a Concordia. Viaggio gratuito di andata e ritorno per quelli che comprano, e costerà 100\$000 per quelli che non comprano.

Per maggiori informazioni dirigersi ai nostri scrittoi di Caxias, Marcellino Ramos o Herval (Santa Catharina) oppure ai gerenti João Mosele e Leonel Mosele.

(21-a)

Figura 15 – Anúncio sobre a venda de lotes de terras no Vale do Rio do Peixe
Fonte: Radin, 2001, p. 186 (anexo 3) retirado do jornal **Stafetta Riograndense**, 18/04/1929, p.4



Figura 16 - Cidade de Bom Retiro, atual Luzerna representado no primeiro anúncio do jornal juntamente com os trilhos da estrada de ferro, ano provável 1910
Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Luzerna, autor desconhecido

ANEXO G

Roteiro da entrevista.

Modelo da Entrevista

1. Qual a sua idade?
2. Onde nasceu? O(a) Sr(a) já morou em outras cidades?
3. E, sua família? Em que cidade nasceram seus pais e seus avós?
4. O(a) Sr(a) lembra da sua infância? Do seu bairro? Das brincadeiras de criança? Com quem brincava?
5. O(a) Sr(a) lembra como eram os vizinhos? Qual língua eles falavam, além do português? E os seus pais/parentes?
6. E da sua escola? Quando o(a) foi alfabetizado(a)? Era muito diferente dos dias atuais? O(a) Sr(a) aprendia outras línguas na escola? Qual o nome da sua escola?
7. Na escola, se fosse falado em língua italiana, o que acontecia?
8. O(a) Sr(a) lembra do seu/sua professor(a)? Era brasileiro(a)?
9. Como aprendeu a falar o português: em casa ou na escola?
10. O(a) Sr(a) lembra quando se casou? Quantos anos você tinha? Tiveram filhos? Quantos?
11. O(a) Sr(a) se casou na igreja? Em que religião?
12. A política naquela época era bastante diferente dos dias atuais? O(a) Sr(a) lembra quando votou pela primeira vez?
13. Naquela época se falava de política em casa?
14. O(a) que o Sr(a) lembra da política do Presidente Getúlio Vargas? Como foi aquele período?
15. O(a) Sr(a) poderia contar quais as diferenças entre a política de antigamente (do período de Getúlio Vargas) e os dias atuais?
16. O(a) Sr(a) aprendeu primeiro o português ou italiano?
17. Naquele período, a polícia usou de força com relação aos italianos pelo motivo da língua italiana falada na cidade ou em casa? O sr.(a) lembra de algum momento que marcou sua infância quando alguém falava o italiano? Alguém sofreu algum castigo sem necessidade por causa da fala em italiano?
18. O que Sr(a) lembra da Segunda Guerra Mundial?
19. Seus pais falavam sobre a proibição em falar a língua italiana? Seus pais tinham alguma mágoa em não poder falar o italiano? Eles falavam o italiano entre os familiares?
20. Sofreu alguma perseguição por causa da sua origem italiana?

21. O(a) Sr(a) lembra se ocorria castigos na escola? Como? Por quê?

Solicitar autorização para o uso da entrevista.

ANEXO H

O Quadro 6 demonstra os dados gerais dos entrevistados em relação a pais e avós. Informações retiradas das entrevistas.

Nome	Idade	Nascimento	Nascimento dos Pais	Nacionalidade do Avós	Língua falada pelos Pais
José	79	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Italiana e Brasileira	Italiana e Brasileira
Ana	77	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Italiana e Brasileira	Italiana
Giacomo	73	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Italiana e Brasileira	Italiana e Brasileira
Augusta	75	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana
Pedro	72	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Italiana e Brasileira	Italiana
Marina	74	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Brasileira	Italiana
Alcides	76	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Brasileira	Italiana
Ângela	72	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana
Duzolina	75	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana
Filomena	72	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana
Luíza	75	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana
Hortência	75	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana
Zelinda	80	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana
Faustina	80	Paraná	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana
Inês	75	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Italiana	Italiana

Quadro 6 : Entrevistados dados gerais

ANEXO I

A situação escolar de 1937 foi relatada por Nereu Ramos ao Presidente da República no ano de 1938. Seguem, nas tabelas 5, 6, 7, 8, 9 e 10 alguns dados escolares de Santa Catarina e da cidade de Cruzeiro/Joaçaba.

Tabela 5: 1937 – Número de escolas em Santa Catarina

Estabelecimento ⁵⁰	Número de unidades escolares em 37	Matrícula	Frequência
Escolas isoladas estaduais	971	56108	40795
Escolas isoladas municipais	706	29417	21226
Escolas particulares subvencionadas	661	27490	21578
Grupos Escolares	56	16396	12053
Normais primárias	53	3619	3038
Total	2447	133030	98690

Fonte: Relatório apresentado em outubro de 1938 por Nerêu⁵¹ Ramos (1938, p. 7) para o Presidente da República

Tabela 6: Unidades escolares em Cruzeiro, Santa Catarina, no ano de 1937

Município	Escolas isoladas	Grupos escolares	Normais e primarias
Cruzeiro	16	1	-
Total em SC	971	51	38

Fonte: Relatório apresentado em outubro de 1938 por Nerêu Ramos (1938, p. 8) para o presidente da república

⁵⁰ Escolas isoladas eram as escolas que ficavam em áreas rurais. Os grupos escolares ficavam em áreas consideradas urbanas dos municípios.

⁵¹ Em algumas fontes de pesquisa foi localizado o nome de Nerêu Ramos escrito com acentuação gráfica.

Tabela 7: Matrícula nas escolas isoladas estadas no ano de 1937.

Município	Masc.	Fem.	Total
Cruzeiro	499	422	921
Total em SC	31163	24945	56108

Fonte: Relatório apresentado em outubro de 1938 por Nerêu Ramos (1938, p. 9) para o Presidente da República

Tabela 8: Professores estaduais no ano de 1937.

Município	Categoria			Adjunto		
	Nor m.	Comp l.	Prov.	Norm.	Compl.	Prov.
Cruzeiro	8	-	16	-	-	1
Total em SC: 1624	586	352	575	6	31	74

Fonte: Relatório apresentado em outubro de 1938 por Nerêu Ramos (1938, p. 12) para o Presidente da República

Tabela 9: Matrícula nas escolas municipais

Município	Unidades Escolares	1937		
		Masc.	Fem.	Total
Cruzeiro	29	562	456	1018
Total em SC	706	16442	12975	29417

Fonte: Relatório apresentado em outubro de 1938 por Nerêu Ramos (1938, p. 13) para o presidente da república

Tabela 10: Matrícula nas escolas particulares

Município	Unidades Escolares	1937		
		Masc.	Fem.	Total
Cruzeiro	30	610	453	1063
Total em SC	661	15415	13758	29173

Fonte: Relatório apresentado em outubro de 1938 por Nerêu Ramos (1938, p. 14) para o Presidente da República

ANEXO J

Decreto- Lei n. 35

Proíbe o uso de nomes estrangeiros em sedes, ou núcleos, de populações que se criarem, e nos estabelecimentos escolares, ou outros, que recebam auxílio, ou favor, Do Estado ou dos Municípios.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 181 da Constituição da República.

DECRETA:

Art. 1. ° Salvo homenagem de caráter estritamente científico, moral ou religioso, com prévia licença do Governo do Estado, é proibido dar o nome de pessoas estrangeiras, ou usar denominações que não sejam em língua nacional, em sedes, ou núcleos, de população, que se criarem, quer por iniciativa pública, quer particular.

§ 1. ° Estende-se a proibição aos estabelecimentos escolares, cujo funcionamento dependa de licença do Govêrno do Estado, ou a quaisquer outros que gozem de auxílio ou favor do Estado ou dos Municípios.

§ 2. ° Os estabelecimentos, das condições do parágrafo anterior, serão fechados, se escolares, e terão suspensos os auxílios ou favores, se deste gozarem, desde que persistam na conservação da dominação proibida por este decreto-lei, uma vez intimados a mudá-la.

Art. 2. ° Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de janeiro de 1938.

Nerêu Ramos
Ivo d' Aquino
Ivens de Araújo
Rodolfo Vitor Tietzmann

Fonte: Coleção de decretos-leis de 1938 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1938.

Decreto-Lei n. 88

Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escola particular, no Estado.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 181 da Constituição da República.

Consideramos que, embora a arte, a ciência e o seu ensino sejam livres à iniciativa individual e à associações ou pessoas coletivas, “não se pode confundir liberdade de pensamento e de ensino com a ausência de fins sociais”;

Considerando que o ensino é “um instrumento em ação para garantir a continuidade na Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam”;

Considerando que, é dever do Estado tutelar a educação da infância e da juventude juventudes brasileiras, não apenas apercebendo-as de conceitos e noções sem fisionomia moral e cívica, mas formando-lhes o espírito no culto às tradições, à língua, aos costumes e às instituições nacionais, e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiro;

Consideramos que, sendo cidadãos brasileiros “os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo de seu país”, – corre ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no sôlo nacional;

Considerando a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como de pô-las de acordo com a orientação social e política do Estado Novo;

DECRETA:

Art. 1.º – Os estabelecimentos particulares de ensino primário reger-se-ão, no Estado pelas normas deste decreto-lei.

Art. 2.º Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar no Estado, sem prévia licença do Secretario do Interior e Justiça.

Parágrafo único – Dentro de um raio de três quilômetros de escola pública, ou particular licenciada, só poderá ser localizada outra escola, de vez que as existentes não comportem a totalidade das crianças, em idade escolar, recenseadas na circunscrição correspondente.

Art. 3.º A concessão de licença depende de requerimento que especifique:

- 1.º – o nome do estabelecimento;
- 2.º – o local da escola, com indicação do município, cidade, vila, ou povoado; rua e número;
- 3.º – os cursos que se manterão, as disciplinas que serão professadas, e o programa e horário adotado;
- 4.º – a duração do curso;
- 5.º – o número máximo de alunos para cada classe;
- 6.º – o período de fêrias;
- 7.º – o corpo docente, com a designação do diretor;
- 8.º – se a escola representa iniciativa singular do professor ou organização de um grupo de professores ou de sociedade escolar;
- 9.º – o nome do responsável pelo estabelecimento perante o Govêrno do Estado;
- 10.º – a relação do material escolar e a declaração de estar este, ou não, exonerado de dívida.

Art. 4.º – Deverá o requerimento ser instruído com os seguintes documentos:

- 1.º – prova de serem brasileiros natos os professores da língua nacional, geografia, história da civilização e do Brasil e de educação cívica e moral, em todos os cursos;
- 2.º – prova de que o diretor, ou responsável, e os demais professores são brasileiros natos, ou naturalizados;
- 3.º – prova de serem professores diplomados por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, ou habilitados conforme o decreto n. 1.300, de 14 de novembro de 1919;
- 4.º – prova de identidade e idoneidade moral do diretor, ou responsável, e dos professores;
- 5.º – prova de sanidade do diretor, professores e demais funcionários da escola;

6. ° – prova de propriedade do material escolar;

7. ° – demonstração dos meios de manutenção da escola, pormenorizando-se a receita e a despesa anuais; e, recebendo o estabelecimento auxílio ou contribuição individual, quer diretamente, quer por meio de sociedade escolar, especificar os nomes dos auxiliares, ou contribuintes, sua nacionalidade, residência, idade, profissão, e se são representantes legais de aluno matriculado;

8. ° – cópia do regimento interno, que será adotado;

9. ° – fotografia e planta do prédio e de seus compartimentos;

10. ° – prova de capacidade didática dos professores;

11. ° – declaração expressa do responsável, com firma reconhecida, de que o estabelecimento não será mantido nem subvencionado por instituição ou governo estrangeiro;

12. ° – um exemplar dos respectivos estatutos e a prova de se acharem inscritos no registro competente, se o estabelecimento for mantido por sociedade escolar;

Art. 5. ° – O Govêrno do Estado poderá rejeitar no todo, ou em parte, as provas oferecidas, desde que as não julgue bastante, vem como, por intermédio do Departamento de Educação, determinar as investigações necessárias para averiguar a procedência ou a veracidade das declarações feitas.

Art. 6. ° – Não poderá ser diretor ou professor de estabelecimento de ensino primário ou por este responsável pessoa que o Governo do Estado, a seu exclusivo juízo, não reputar idônea, sobretudo em relação ao objetivo da propaganda dos sentimentos de brasilidade e de educação moral e cívica.

Art. 7. ° – É obrigatório aos estabelecimentos particulares de ensino primário:

1. ° – dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratar de ensino de idioma estrangeiro;

2. ° – adotar os livros aprovados oficialmente;

3. ° – usar exclusivamente a língua nacional quer na respectiva escrituração, quer em taboletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar;

4. ° – confiar os cursos de jardins de infância e escolas maternais a professores brasileiros natos;

5. ° – ter sempre ensaiados os hinos oficiais;

6. ° – homenagear aos sábados a Bandeira Nacional, conforme se pratica nos estabelecimentos oficiais, fazendo recitar a oração que será fornecida pelo Departamento de Educação;

7. ° – respeitar os feriados nacionais, comemorando-os condignamente;

8. ° – adotar uniformes escolares, desde que seja mantido mais de um curso e submetê-los, previamente, à aprovação do Departamento da Educação, que poderá determinar as modificações que julgar necessárias;

9. ° – ter à vista, na sala de aula, o horário das lições;

10. ° – receber e acatar as autoridades escolares, prestando-lhes todas as informações que exigirem;

11. ° – organizar uma biblioteca de obras nacionais para os alunos;

12. ° – apresentar, anualmente, ao Diretor do Departamento de Educação, o relatório dos trabalhos escolares;

13. ° – fornecer, ao Departamento de Educação e às autoridades de ensino os dados solicitados;

14. ° – não admitir aplicações de castigos físicos aos alunos.

Art. 8. ° Os mapas, fotografias, estampas, dísticos ou emblemas, assim nas salas de aula, como em qualquer outra parte do prédio escolar, não poderão perder o característico de brasilidade.

Parágrafo único – É obrigatória a colocação da Bandeira Nacional, em lugar de destaque, em todas as salas do estabelecimento.

Art. 9. ° – Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá, direta ou indiretamente, ser mantido, ou subvencionado, por instituição ou govêrno estrangeiro, ou elementos que, embora não estrangeiros, não exprimam, a juízo exclusivo do Govêrno do Estado, cabal garantia de que o auxílio escolar fornecido não concorra para desvirtuar ou enfraquecer os sentimentos de brasilidade, que devem ser transmitidos à infância e à juventude nascidas no Brasil.

Art. 10. ° – Deverá ser préviamente aprovada pelo Secretario do Interior e Justiça a denominação de estabelecimentos de ensino particular.

Parágrafo único – Não poderá ser adotada denominação que, embora em língua nacional, recorde, ou exprima, de qualquer forma, origem ou relação estrangeira.

Art. 11. ° – O responsável por estabelecimento particular de ensino primário assinará, perante o inspetor escolar de circunscrição,

termo de responsabilidade pelo cumprimento de todas as exigências do presente do decreto-lei.

Art. 12.º – Fica obrigado ao exame previsto pelo Decreto n. 1.300, de novembro de 1919, o diretor, ou professor, de escola particular que não fôr diplomado por estabelecimento de ensino oficial, ou reconhecido, nem possuir certificado de professor provisório.

§ 1.º - A reprovação no exame inabilita o candidato, assim para as funções de professor, como para as de diretor ou responsável.

§ 2.º – Sómente passados dois anos poderá requerer novo exame o candidato reprovado.

§ 3.º – O exame será presidido pelo inspetor federal das escolas subvencionadas, quando realizado nas zonas sob sua jurisdição.

Art. 13.º – Executados os estrangeiros que sejam hóspedes oficiais do Govêrno do Estado, nenhum orador, ou conferencista, poderá expressar-se, nas reuniões ou comemorações escolares, senão em língua nacional.

Parágrafo único – Serão préviamente submetidos à aprovação do inspetor de ensino da circunscrição os programas dessas comemorações, ou reuniões.

Art. 14.º – O ensino religioso será feito em língua nacional, quando ministrado dentro do horário dos trabalhos escolares.

Art. 15.º – Os estabelecimentos particulares de ensino primário não poderão ter outro horário, senão o aprovado pelo Departamento de Educação.

Art. 16.º – Á infração de dispositivos de presente decreto-lei corresponderão as seguintes penalidades.

- a) afastamento do diretor, ou responsável, e professores;
- b) fechamento temporário do estabelecimento;
- c) fechamento definitivo, com apreensão do material escolar e didático.

Art. 17.º – O diretor, ou professor, será afastado, quando:

1.º – não tiver ensaiado os hinos oficiais em todos os cursos, nem der aos alunos a explicação e a interpretação das respectivas letras;

2.º – não fizer a escrituração escolar no idioma nacional e de acordo com o modelo oficial;

3.º – não adotar programas oficiais para o curso primário;

4.º – não usar a série de livros didáticos adotados pelo Departamento de Educação, para o curso primário;

5.º – negar informações solicitadas pelas autoridades escolares, ou fornecê-las inverídicas;

6.º – aplicar castigos físicos aos alunos.

7.º – infringir individualmente quaisquer outros dispositivos deste decreto-lei, 8.º – fôr acometido de moléstia contagiosa, ou que o torne incapaz, para a função;

§ 1.º – Não poderá, durante cinco anos, exercer o magistério no Estado, o diretor, responsável ou professor afastado por qualquer dos motivos previstos neste artigo.

§ 2.º – Se o afastamento fôr motivado por ter cooperado para impedir ou dificultar a nacionalização do ensino, não mais poderá exercer qualquer função pública em repartição do Estado, nem em instituição ou estabelecimento por este subvencionado.

Art. 18.º – Fechar-se-á o estabelecimento temporariamente, e enquanto persistir a irregularidade, quando:

1.º – não ministrar todo o ensino na lingua nacional, exceto o de idioma estrangeiro;

2.º – não haver cometido a brasileiro nato o ensino da lingua nacional, história da civilização e do Brasil, geografia, educação moral e civica e os cursos de jardim de infância e de escola maternais;

3.º – adotar livros em língua estrangeira, sem prévia licença de Departamento de Educação;

4.º – tiver professor em situação ilegal no copo docente;

5.º – houver reincidência na aplicação de castigos físicos aos alunos;

6.º – não tomar parte nas comemorações cívicas providas na localidade, ou deixar comemorar os dias de festas nacional, recomendados pelo Departamento de Educação;

7.º – não mantiver o prédio escolar em condições de salubridade, higiene, ou segurança;

8.º – deixar de ter, por qualquer motivo, responsável pelo seu funcionamento, ou o que fôr aceito não assinar o respectivo termo de responsabilidade;

9.º – não lhe fôr, manifestamente, a renda ou auxílio, bastante à manutenção, tendo-se em vista o disposto no artigo 20º.;

10.º – contravier o dispositivo do decreto-lei, e para a infração não tiver sido prevista sanção especial.

Art. 19.º – Fechar-se-á definitivamente o estabelecimento quando:

1.º – não estiver registrado no Departamento de Educação, conforme o presente decreto-lei;

2.º – houver fraude, ou simulação, no registro;

3. ° – receber, direta ou indiretamente, subvenção ou auxílio compreendido na proibição prevista pelo artigo 9 °;

4. ° – constituir-se por qualquer motivo ou forma centro desnacionalizador;

5. ° – ministrar ensino de língua estrangeira a crianças que não tenham o curso primário no idioma nacional.

6. ° – impedir ou dificultar a visita de autoridade do ensino;

7. ° – Houver graves e manifestas irregularidades no seu funcionamento, ou emprego de fraude ou simulação, para evitar o cumprimento deste decreto-lei;

8. ° – houver reincidência nas falta previstas nos artigos 17 e 18.°.

Art. 20. ° – A manutenção de estabelecimento particular de ensino primário, desde que baseadas em contribuições de alunos, será calculada, tomando-se em considerações os seguintes dados:

a) Para o cômputo da receita, não se admitira contribuições mensal excedente de seis mil réis (6\$000), por alunos, nas sedes de distritos e nas zonas rurais, e de dez mil réis (10\$000) nas sedes de municípios.

b) Para o cômputo de despesas, calcular-se-ão, no mínimo, os vencimentos mensais de cento e vinte mil réis (120\$000), nas sedes de distritos e nas zonas rurais, e de cento e cinquenta mil réis (150\$000) nas sedes dos municípios, para cada professor, e de trinta mil réis (30\$000) mensais, para a conservação ou aluguel, do prédio escolar, havendo diretor, ser-lhe-ão computados os vencimentos de duzentos mil réis (200\$000) mensais, incluídos nestes os de professor, se fôr também.

c) A cada professor corresponderá uma classe de cinquenta alunos, no máximo, salvo autorização especial do Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único – O Departamento de Educação poderá promover os meios necessários à fiscalização das contribuições, ou subvenções. E caso de presuma, com fundado motivo existência de fraude ou simulação, no modo de ser dada a subvenção ou contribuição, poderá o Secretário Interior e Justiça determinar que se faça por intermédio daquele Departamento, com as cautela e garantias que julgar necessárias.

Art. 21. ° – Fechado estabelecimento particular de ensino primário, com frequência escolar, promoverá, desde logo, o

Departamento de Educação, no mesmo local ou dentro na mesma área a abertura da escola estadual, com capacidade correspondente à do estabelecimento interdito.

Art. 22 – As penas previstas nas alíneas a, b, e c, do artigo dezesesseis serão impostas:

- a) pelo Diretor do Departamento de Educação, com recurso para o Secretário do Interior e Justiça, as da alíneas a;
- b) pelo Secretário Interior e Justiça, com recurso para o Governador, ou Interventor Federal, as alíneas b;
- a) pelo Governador ou Interventor Federal as das alíneas c; do referido artigo.

Parágrafo único – Os recursos deverão ser interpostos dentro de quinze dias, contados da data da publicação do ato, ou despacho, sob pena de deserção.

Art. 23.º – Compete ao Inspetor Escolar:

- 1.º – fiscalizar o ensino primário nas escolas particulares, enquadrando-as no sistema das escolas estaduais, e propor ao Departamento de Educação as providências que, a respeito, julgar necessárias;
- 2.º – dar parecer nos processos de abertura e fechamento de escolas particulares.
- 3.º – fazer cumprir os dispositivos deste decreto-lei.

Art. 24.º – Os atuais estabelecimentos particulares de ensino primário deverão, dentro em noventa dias e sob pena de fechamento, regularizar a sua situação, de acordo com os novos requisitos criados por êste decreto-lei.

Parágrafo único – Não os beneficia, porém, esse prazo em relação ao cumprimento de condições já existentes em leis anteriores e que, por êste decreto-lei, foram apenas consolidadas. Neste caso, a aplicação da pena independente do transcurso do prazo.

Art. 25.º – As prefeituras Municipais não poderão subvencionar escolas particulares de ensino primário, sem prévio parecer do Departamento de Educação e despacho do Secretário Interior e Justiça.

Art. 26.º – Ficam revogados o decreto n. 58, de 28 de janeiro de 1931, e as demais disposições em contrário.

Art. 27.º – Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do governo, em Florianópolis, 31 de março de 1938.

Nerêu Ramos

Ivo d' Aquino

Fonte: Coleção de decretos-leis de 1938 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1938.

Decreto-Lei n.124

Cria a inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização de Ensino.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição da República, e

Considerando a necessidade de tornar efetivas e expedientes as medidas estabelecidas pelas leis federais e pelo decreto-lei n.88, de 31 de março do corrente ano, relativamente à orientação e fiscalização de escolas primárias, particulares e, especialmente, quanto à nacionalização do ensino:

DECRETA:

Art. 1.º – É criada a Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização de Ensino, subordinada à Superintendência Geral do Ensino.

Art. 2.º – Compete à Inspetoria Geral:

a) fazer, com o concurso dos inspetores escolares, que para esse fim forem nomeados, ou designados em comissão, a inspeção dos estabelecimentos de ensino particulares regidos pelas leis do Estado;

b) velar pelo fiel cumprimento das leis estaduais quanto à adoção dos programas, normas de ensino e educação, orientação pedagógica e eficiência dos professores nas escolas particulares, dando necessárias instruções aos inspetores escolares e docentes;

c) tornar efetivas as exigências do decreto-lei n.88, de 31 de março de 1938, e das leis federais, no tocante à nacionalização do ensino, propondo à Superintendência Geral do Ensino as medidas que, para esse fim, julgar necessárias, especialmente quanto ao afastamento do professor e interdição de estabelecimentos escolares que transgridam aquelas leis;

d) fiscalizar as associações a que se refere o decreto-lei n. 76, de 4 de março de 1938, e exigir delas o cumprimento das leis do Estado e

das determinações do Departamento de Educação, quanto à educação cívica e organização de programas comemorativos;

e) cooperar com a Superintendência Geral do Ensino nos trabalhos que esta indicar e com ela colaborar para o aperfeiçoamento do ensino e educação nas escolas primárias particulares;

f) auxiliar a fiscalização federal do ensino primário privado no Estado, tomando as providências que por ela forem solicitadas em benefício do ensino;

g) aplicar penalidades regulamentares aos funcionários que lhe forem diretamente subordinados;

h) apresentar anualmente à Superintendência Geral do Ensino relatório dos serviços desempenhados.

Art. 3.º – O cargo de Inspetor Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino será exercido em comissão com os vencimentos do cargo efetivo, pelo funcionário que for designado pelo Governo do Estado.

Parágrafo único – Quando em viagem, por motivo de serviço, terá o inspetor geral as diárias que lhe tocariam na função efetiva.

Art. 4.º – Decreto-lei especial criará os cargos de inspetores e funcionários, que forem necessários aos serviços da Inspetoria Geral.

Art. 5.º – Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do governo, em Florianópolis, 18 de junho de 1938.

Nerêu Ramos
Gustavo Neves
Altamiro Guimarães

Fonte: Coleção de decretos-leis de 1938 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1938.

Decreto-Lei n.142

Dispõe sobre sociedades escolares.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição da República, e

Considerando que não obstante a orientação traçada pelo Estado Novo e refletidas em reiteradas medidas legislativas, no tocante à nacionalização do ensino, elementos interessados no desvirtuamento desse programa tentam veladamente perturbar e distrair o seu cumprimento;

Considerando que essa influência se faz sentir sobretudo nas sociedades escolares dos meios de ascendência alienígena, muitas das quais estão servindo de veículo à ação maliciosa daqueles elementos;

Considerando que, para serem confiados a essas sociedades a educação e o ensino primário de alunos brasileiros, é necessário que elas expressem cabal garantia de não sofrerem influências estranhas e nocivas ao interesse nacional;

DECRETA:

Art. 1.º – As sociedades escolares que mantenham cursos primários ou pré-primários devem ser pessoas jurídicas autônomas e com exclusiva finalidade de ministrar a educação e o ensino consoante as leis em vigor e a orientação do Departamento de Educação.

Art. 2.º – Deverão ser modificados de acordo com êste decreto-lei e, com modificação, de novo inscritos no registro público, os estatutos de sociedades escolares em que se mencione relação de dependência, concerto ou conformidades com qualquer outra organização, cuja finalidade não seja a de exclusiva e legalmente ministrar a educação e o ensino.

Art. 3.º – Desde que os estatutos de sociedade escolar façam referência a qualquer outra entidade, com a qual se relacione, deverá ser junta ao requerimento de pedido de licença da escola a certidão dos estatutos da outra entidade com a prova de seu registro.

Art. 4.º – Serão fechadas, nos termos do decreto-lei n. n.88, de 31 de março de 1938, as escolas particulares primárias mantidas por sociedade em contravenção a este decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 20 de julho de 1938.

Nerêu Ramos

Ivo d' Aquino

Fonte: Coleção de decretos-leis de 1938 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1938.

Decreto-Lei n.301

Estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário, institui a quitação escolar e cria o registro de censo escolar.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição da República,

Considerando que a Constituição da República estabelece a obrigatoriedade do ensino primário como meio de educar a infância e a juventude no cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação;

Considerando que a orientação do Estado Novo, no tocante à educação, é intensamente nacional, cumprindo aos poderes públicos exercer contínua vigilância e tutela eficaz, para que o espírito da criança seja impressionado e guiado por ensinamentos que, além de úteis à cooperação social, lhe estimulem o amor, o culto e a compreensão às tradições e às instituições brasileiras;

Considerando que, sendo a educação da infância e da juventude problema que interessa à construção da moral da Nacionalização e ao seu equilíbrio político, não pode ficar adstrita à vontade individual ou a opiniões puramente especulativas, devendo ser coordenada e disciplinada, desde já, para fazer parte de um plano futuro da educação nacional.

Considerando que, destarte, devem cooperar para a efetivação da obrigatoriedade do ensino primário, assim os responsáveis pelas crianças, em idade escolar, como todas as autoridades públicas e todos os cidadãos brasileiros;

Considerando a necessidade de ser iniciado o recenseamento escolar, para o conhecimento exato do problema do ensino da educação no Estado,

DECRETA:

Art. 1.º – São obrigadas a frequência escolar, em estabelecimento primário oficial ou registrado, regularmente, no Departamento de Educação, todas as crianças de oito a quatorze anos.

Art. 2.º – O limite do ensino primário obrigatório é fixado pelo programa do quarto ano dos Grupos Escolares ou do terceiro ano das escolas isoladas, conforme a zona de influência de cada um desses estabelecimentos.

§ 1.º – É considerada zona de influência o círculo com o raio de três quilômetros, tendo por centro o estabelecimento escolar.

§ 2.º – O mesmo critério é aplicável aos estabelecimentos de ensino municipal.

Art. 3.º – São isentas da obrigação escolar as crianças que:

a) por incapacidade física ou mental, estejam impedidas de receber instrução primária, em estabelecimentos comuns;

b) sofram de moléstia repugnante ou contagiosa;

c) tenham residência distante mais de três quilômetros de estabelecimento oficial ou licenciado, salvo nos lugares em que lhes sejam proporcionados meios de transporte;

d) não tenham domicílio fixo ou seja temporário, considerado assim até seis meses, o seu domicílio no Estado;

e) não tenham nascido no Brasil, e sejam estrangeiros os seus pais;

f) antes dos quatorze anos tenham completado o curso primário;

g) por motivo legítimo, não sejam admitidos em estabelecimentos da circunscrição escolar da sua residência, enquanto perdurar esse motivo;

h) por motivo que, embora não previsto neste artigo, seja julgado relevante pelo Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único – Provar-se-ão os motivos das letras a e b por atestado médico do Departamento de Saúde Pública, que nessa qualidade o ateste; os das letras c e d por atestado do prefeito ou intendente municipal; o da letra e por certidão autenticada competente do país, e os das letras f e g por atestado do diretor ou professor do respectivo estabelecimento escolar, devendo todos os documentos ter reconhecida por tabelião a firma de quem os subscrever.

Art. 4.º – Os pais ou outros representantes legais são obrigados a promover a matrícula e a frequência das crianças em idade escolar, em estabelecimento primário oficial ou registrado no Departamento de Educação.

§ 1.º – Quem quer que tenha menores em idade escolar a seu serviço deve permitir-lhes a frequência escolar.

§ 2.º – Se o aluno faltar à aula mais de três dias consecutivos, deve a ausência ser justificada pelo seu representante legal, perante o diretor ou professor da escola, que anotarà a justificativa.

Art. 5.º – A infração ao disposto no artigo anterior determinará as seguintes penalidades:

a) falta de matrícula na época legal, multa de 20\$000 a 200\$000;

b) a não justificação de faltas por mais de três dias, dentro do prazo de uma semana, multa de 10\$000 a 30\$000;

c) a cessação da frequência da criança, por mais de um mês, sem motivo que a justifique, multa de 50\$000 a 300\$000;

Art. 6.º – Na aplicação de multas, por quaisquer infrações a este decreto-lei, serão observados os seguintes preceitos:

a) se o motivo alegado da falta de frequência for moléstia e esta perdurar por mais de um mês, deverá ser exibido atestado subscrito por médico do Departamento de Saúde Pública, que nessa qualidade a ateste, ou, na falta deste, por outro profissional;

b) não existindo médico na localidade, o atestado poderá ser subscrito pelo intendente municipal, que ficará responsável pela afirmação nele contida;

c) sendo a interrupção de frequência motivada por mudança de domicílio do responsável pelo menor, deverá ser esta provada por atestado do prefeito ou intendente municipal, com a obrigação da matrícula imediata da criança no estabelecimento escolar do seu novo domicílio dentro do Estado, salvo se não houver vaga na escola, o que se provará por atestado do respectivo diretor ou professor;

d) as multas serão aplicadas gradualmente, tendo-se em vistas as posses dos infratores, o seu grau de instrução as condições do meio em que vivem, a facilidade de comunicação e o motivo determinante da infração, se esta resultar de resistência do cumprimento da lei.

e) sendo precipuamente educativas as normas de obrigatoriedade do ensino primário, as multas somente devem assumir o caráter repressivo e ser aplicados além do mínimo, quando, com elementos de justa convicção, se averiguar que a infração representa uma deliberada resistência ou bula ao cumprimento deste decreto-lei.

f) as multas, porém, serão sempre aplicadas no máximo, quando averiguar que a falta de matrícula ou frequência é determinada

para contrariar ou burlar, direta ou indiretamente, as leis de nacionalização de ensino.

g) as multas serão impostas com o aumento de cinquenta por cento (50%) sobre o grau aplicado, nos casos de reincidência, considerando-se tal qualquer nova infração a este decreto-lei;

h) multado o representante legal ou patrão de menor, por infração a este decreto-lei, ser-lhe-á, independentemente da obrigação de satisfazer a multa, marcado prazo, até dez dia, para providenciar a matrícula ou a frequência do menor, conforme fôr o caso, sob pena de continuar a ser multado até cumprir essa determinação.

i) as autoridade escolares não ficam adstritas a qualquer atestado, desde que tenham elementos de convicção, para presumi-lo inverídico, o que devem expor, por intermédio do Departamento de Educação ao Secretário do Interior e Justiça, para que este, caso julgue procedente a representação, mande submeter à criança a exame por profissional ou por junta médica que designar;

j) a recusa ou esquivaça do responsável pelo menor de submetê-lo a exame médico, determinará a explicação da multa, nos termos deste decreto-lei.

Art. 7.º – Incurrerá na multa graduada de 200\$000 a 500\$000, que será aplicada pelo Secretário do Interior e Justiça, a autoridade ou profissional que der atestado inverídico, e com ele forem burladas disposições deste decreto-lei.

Art. 8.º – Será demitido a bem do serviço público o funcionário estadual ou municipal, contra quem se apurar, pelos meios regulares, responsabilidade tendente a contrariar ou burlar a obrigatoriedade do ensino primário.

Art. 9.º – Os promotores públicos promoverão, perante o Juízo de Menores, o processo para a suspensão do pátrio-poder dos pais ou remoção do tutor, quando este, faltando ao dever que lhes incumbe da educação dos menores sob sua guarda, persistirem na recusa de fazê-lo freqüentar o curso primário desde que em idade escolar.

Art. 10.º – Serão passíveis de multa graduada de 200\$000 a 500\$000 e o dobro nas reincidências os professores que, sem prévia licença e registro previstos no decreto-lei 88, de 31 de março de 1938, ministrarem o ensino primário e pré- primário em classe, individualmente, a domicílio do aluno, ou qualquer outra forma, seja permanente ou transitoriamente, em caráter fixo ou ambulante.

§ 1.º – Será passível de igual pena a pessoa natural ou jurídica que ceder a qualquer título residência, prédio ou recinto, seja ou não de

sua propriedade, para o exercício de ensino primário ou pré-primário, em contravenção ao decreto-lei 88, de 31 de março de 1938, ou a este decreto-lei, e bem assim que, direta ou indiretamente, prestar auxílio de qualquer espécie, para aquele fim.

§ 2.º – Em se tratando de sociedade, além de multa, ser-lhe-á caçada a licença para funcionar, se esta depender das autoridades estaduais.

§ 3.º – A multa será sempre aplicada no máximo, se, além, do exercício clandestino do ensino, se apurar infrações às leis federais ou estaduais de nacionalização.

Art. 11.º – Serão multados em 100\$000 a 300\$000 e o dôbro nas reincidências todos quanto obstarem, burlarem ou tentarem obstar ou burlar, por qualquer forma ou meio não previsto especialmente neste decreto-lei, o cumprimento das leis de obrigatoriedade e de nacionalização do ensino, ou contra elas ou as medidas para a sua efetivação, fizeram propaganda escrita, figura oral, em público ou de pessoa a pessoa, seja qual fôr o meio empregado.

Parágrafo único – Em igual multa incorrerão os que de qualquer forma prestarem auxílio à resistência ou à propaganda, referida nesse artigo.

Art. 12.º – Compete a fiscalização direta da obrigatoriedade do ensino primário:

- a) aos inspetores escolares;
- b) aos diretores e professores de Grupos Escolares;
- c) aos auxiliares de inspeção
- d) ao professores de escolas isoladas
- e) aos exatores da Fazenda Estadual, nos casos do arts. 14 e 17;
- f) aos promotores públicos, nos termos do art. 9º.

Art. 13.º – Mensalmente, os diretores de Grupos Escolares e os professores de escolas isoladas estaduais e municipais enviarão aos inspetores escolares da sua circunscrição os nomes dos pais ou responsáveis por crianças em idade escolar, os quais, por aqueles intimados a fazer a matrícula ou tornar efetiva a frequência exigida por êste decreto-lei, não tenham cumprido essa obrigação, dentro dos prazos legais.

§ 1.º – o inspetor escolar aplicará a multa que no caso couber e ordenará a intimação do infrator, para pagá-la dentro de cinco dias, ou no mesmo prazo recorrer para o Superintendente Geral do Ensino, mediante prévio depósito da respectiva importância, na Coletoria Estadual, a cuja jurisdição pertencer.

§ 2.º – Dado provimento ao recurso, será o depósito restituído, mediante simples comunicação do Departamento Educação ou do inspetor escolar.

§ 3.º – Não havendo recurso ou não sendo satisfeito o pagamento, o inspetor remeterá a certidão da multa ao Departamento de Educação, para que este dê as providenciais necessárias à sua cobrança.

§ 4.º – Da mesma forma procederá o inspetor escolar nos demais casos de infração ao decreto-lei, por ele verificada ou de que tenha conhecimento por meio de representação de qualquer autoridade.

§ 5.º – As certidões de multa independem para a sua validade da assinatura do infrator ou de testemunha, devendo, porém, especificar o fato que a determinou e conter o nome do infrator, sua residência e nacionalidade.

Art. 14.º – Compete ao inspetor escolar a aplicação das multas previstas nos artigos 5 e 11, ao Superintendente Geral do Ensino a aplicação nos casos destes artigos e do artigo 10 e ao Secretário do Interior e Justiça em quaisquer casos previstos neste decreto-lei.

§ 1.º – As multas serão impostas por simples despacho, pelo Secretário do Interior e Justiça e pelo Superintendente Geral do Ensino, cabendo recurso do despacho deste para o primeiro, dentro de sete dias de sua intimação, ou da publicação no “Diário Oficial”, se o infrator não fôr encontrado, mediante prévio depósito da importância da multa, na Coletoria Estadual a cuja jurisdição pertencer o infrator, ou no Tesouro do Estado. Provido o recurso, será o depósito restituído por meio de simples comunicação do Departamento de Educação.

§ 2.º – As intimações aos infratores para o pagamento administrativo das multas serão feitas por qualquer autoridade escolar estadual ou municipal, que dará os certificados necessários.

§ 3.º – Em se tratando de infração às leis de nacionalização do ensino, poderá sempre o Secretário do Interior e Justiça avocar a si o conhecimento do fato, para aplicar a multa que no caso couber, ou modificar a que tiver sido aplicada, embora agravando-a.

Art. 15.º – Não satisfeita a multa administrativamente, será feita a comunicação necessária ao Tesouro do Estado, para sua inscrição e imediata cobrança executiva.

Art. 16.º – Negado provimento ao recurso, a Fazenda do Estado arrecadará o depósito, para ser entregue, por intermédio do Departamento de Educação, à Caixa Escolar da circunscrição a que pertencer o infrator.

Art. 17.º – As pessoas multadas por infração a este decreto-lei ou às leis de nacionalização de ensino não poderão extrair quaisquer licenças ou certidões negativas e obter atestados de repartições estaduais e municipais; adquirir estampilhas de venda e consignações, tomar parte em concorrência pública ou administrativa, vender ou celebrar qualquer outro contrato com o Estado ou o Município ou destes receber dinheiro a qualquer título, ainda que por vencimentos, enquanto não pagarem, ou não depositarem o valor da multa.

Parágrafo único – Para esse fim, far-se-à a devida publicação do “Diário Oficial”, e o inspetor escolar comunicará imediatamente às coletorias e demais repartições estaduais e municipais da sua circunscrição a aplicação da multa e, posteriormente, o seu pagamento ou depósito, se qualquer deles fôr feito.

Art. 18.º – Não estão isentos da obrigatoriedade escolar e serão passíveis das penas previstas neste decreto-lei os representantes legais de menores em idade escolar, quando estes não freqüentarem os estabelecimentos a que alude o artigo primeiro, embora sob alegação de que se preparam para exame de admissão a curso não primário.

Art. 19.º – Os inspetores escolares estaduais poderão fiscalizar os estabelecimentos de ensino municipal, para o cumprimento dos dispositivos deste decreto-lei e solicitar dos prefeitos as providenciais que, a respeito, julgarem necessárias.

Art. 20.º – É instituída a quitação escolar, que consistirá no atestado, a pedido verbal do interessado, de que este está cumprindo as exigências das normas que regem a obrigatoriedade escolar, ou dela está isento legalmente.

§ 1.º – Esse atestado será subscrito pelo diretor e na falta deste pelo professor de estabelecimento de ensino primário reconhecido ou equiparado pelo Estado, ou regularmente registrado no Departamento de Educação, e dele contarão o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência do interessado; com a declaração da idade, estabelecimento escolar e classe em que estão matriculadas.

§ 2.º – Não sendo responsável por criança em idade escolar, ou estando no caso de isenção legal, será feita essa declaração.

§ 3.º – Cada diretor ou professor dará atestado relativo às pessoas residente na zona de influência do respectivo estabelecimento escolar.

Art. 21.º – A partir de 1º. de julho vindouro, ninguém poderá, sem apresentação da quitação escolar:

a) ser admitido em qualquer serviço do Estado ou do Município;

- b) ser promovido em cargo público estadual ou municipal;
- c) receber dinheiro do Estado ou do Município, a qualquer título e ainda que em remuneração de cargo público, com eles celebrar qualquer contrato ou transação, nem tomar parte da concorrência pública ou administrativa;
- d) adquirir estampinhas de vendas e consignações;
- e) extrair certidões negativas ou obter atestados de quaisquer repartições estaduais ou municipais;

Art. 22. ° – É criado o Registro de Censo Escolar, cuja direção, organização e finalidade serão definidas em regulamento especial, que também especificará as medidas, para a efetividade da quitação escolar, a que se referem os artigos 20 e 21.

Parágrafo único – Todos os demais artigos deste decreto-lei entrarão em vigor na data da sua publicação, sem dependência de regulamentação.

Art. 23. ° – A prova de idade será feita por certidões do registro civil, isenta de emolumentos e selos, se extraída especialmente para fins de matrícula em estabelecimento escolar.

§ 1. ° – A certidão, uma vez produzidos os efeitos legais, será remetida ao Departamento de Educação.

§ 2. ° – Será consentida a matrícula condicional, em casos justificados, com a obrigação de ser apresentada a certidão dentro de 30 dias.

Art. 24. ° – A incidência das sanções deste decreto-lei não veda a acumulação com as do decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938.

Art. 25. ° – Os casos omissos neste decreto-lei serão resolvidos pelo Secretario do Interior e Justiça, mediante representação do Departamento de Educação.

Art. 26. ° – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 24 de fevereiro de 1939.

Nerêu Ramos
Ivo d' Aquino
Altamiro Guimarães.

Fonte: Coleção de decretos-leis de 1939 – Florianópolis, Imprensa Oficial, 1939.